

# RELATÓRIO E CONTAS 2019



**9H**

RIO DE JANEIRO  
RIO DE JANEIRO



**8H**

CARACAS  
CARACAS



**6H**

NOVA IORQUE  
NEW YORK



PORTO



**2H**

LONDRES  
LONDON



**2H**

PARIS  
PARIS



**2H**

BERLIM  
BERLIN



SANTA  
MARIA  
da FEIRA

POR  
TU  
GAL



**20 min.**

AEROPORTO DO PORTO  
(FRANCISCO SÁ CARNEIRO)  
MINUTES FROM OPORTO AIRPORT  
(FRANCISCO SÁ CARNEIRO)



**10 min.**

LINHA FERROVIÁRIA  
'LINHA DO NORTE'  
10 MIN.  
RAIL LINE  
(NORTH LINE)



**20 min.**

PORTO DE MAR | PORTO  
20 MIN. | SEAPORT (PORTO)

**40 min.**

PORTO DE MAR | AVEIRO  
40 MIN. | SEAPORT (AVEIRO)



santa maria da feira  
câmara municipal





<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>Mensagem do Presidente .....</b>	<b>7</b>
<b>Nota Prévia.....</b>	<b>15</b>
<b>Principais Resultados .....</b>	<b>17</b>
<b>II. RELATÓRIO FINANCEIRO .....</b>	<b>19</b>
<b>ANÁLISE ORÇAMENTAL .....</b>	<b>21</b>
1. Equilíbrio Orçamental .....	23
2. Análise Global do Orçamento .....	26
3. Análise do Orçamento da Receita .....	29
4. Análise do Orçamento da Despesa .....	37
5. Estrutura Orçamental - Rácios .....	50
<b>ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>53</b>
<b>ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA .....</b>	<b>61</b>
I. Análise do Balanço .....	63
II. Análise da Demonstração de Resultados .....	84
III. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício .....	88
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>89</b>
<b>III. ATIVIDADES.....</b>	<b>117</b>
Desenvolvimento Económico e Urbanismo .....	119
Administração e Finanças .....	133
Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do território .....	151
Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social .....	177
Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus .....	257
Educação, Desporto e Juventude .....	273
<b>IV – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	



## Índice Quadros

Quadro 1 - Análise do Equilíbrio Orçamental	23
Quadro 2 - Análise da Poupança Corrente	24
Quadro 3 - Análise aos Saldos no período 2018 e 2019	25
Quadro 4 - Orçamento do ano 2019	26
Quadro 5 - Modificações orçamentais	28
Quadro 6 - Reforço / Diminuição do orçamento da receita	28
Quadro 7 - Estrutura Geral da Receita	29
Quadro 8 - Receitas Próprias	30
Quadro 9 - Impostos Diretos	32
Quadro 10 - Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades	33
Quadro 11 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes	34
Quadro 12 - Rendimentos de Propriedade	35
Quadro 13 - Transferências	35
Quadro 14 - Transferências – Receitas Correntes	36
Quadro 15 - Transferências – Receitas de Capital	36
Quadro 16 - Estrutura Geral da Despesa	37
Quadro 17 - Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento	39
Quadro 18 - Despesa com o Pessoal	41
Quadro 19 - Aquisição de Bens	43
Quadro 20 - Aquisição de Serviços	44
Quadro 21 - Outros Serviços	44
Quadro 22 - Evolução das Transferências Correntes e Subsídios	46
Quadro 23 - Investimento Global	46
Quadro 24 - Plano Plurianual Investimentos do ano 2019	47
Quadro 25 - Transferências de Capital	48
Quadro 26 - Evolução do Serviço da Dívida	49
Quadro 27 - Resumo dos Fluxos de Caixa	50
Quadro 28 - Rácios	50
Quadro 29 - Entidades Participadas	58
Quadro 30 - Posição do grupo municipal	59
Quadro 31 - Limites para 2020	60
Quadro 32 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético	63
Quadro 33 - Evolução do Imobilizado Líquido	66
Quadro 34 - Investimentos Financeiros	67
Quadro 35 - Ativo Circulante	68
Quadro 36 - Acréscimos e Diferimentos – Ativo	69
Quadro 37 - Fundos Próprios	70
Quadro 38 - Estrutura do Passivo	71
Quadro 39 - Evolução da Dívida	72
Quadro 40 - Dívida de Médio e Longo Prazo	74
Quadro 41 - Dívida a Terceiros de Curto Prazo	76
Quadro 42 - Prazo Médio de Pagamentos	78
Quadro 43 - Acréscimos e Diferimentos - Passivo	80
Quadro 44 - Controlo Financiamentos Obtidos	81
Quadro 45 - Demonstração de Resultados	84
Quadro 46 - Indicadores Financeiros	86
Quadro 47 - Rácios	87



## Índice Gráficos

Gráfico 1 - Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada	27
Gráfico 2 - Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada	27
Gráfico 3 - Evolução da Receita	29
Gráfico 4 - Evolução Receitas Próprias	31
Gráfico 5 - Comparação das Receitas Próprias	31
Gráfico 6 - Evolução dos Impostos Diretos	32
Gráfico 7 - Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades	33
Gráfico 8 - Estrutura Geral da Despesa	38
Gráfico 9 - Composição das Despesas de Funcionamento	39
Gráfico 10 - Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente	40
Gráfico 11 - Evolução dos limites versus evolução da dívida do grupo municipal	60
Gráfico 12 - Estrutura e Evolução da Autarquia	64
Gráfico 13 - Peso dos Fundos Próprios	70
Gráfico 14 - Evolução da Dívida Global	73
Gráfico 15 - Dívida de Médio e Longo Prazo / Dívida de Curto Prazo	73
Gráfico 16 - Natureza da Dívida de Médio e Longo Prazo	75
Gráfico 17 - Natureza da Dívida de Curto Prazo	77
Gráfico 18 - Evolução da dívida de curto prazo	78
Gráfico 19 - Evolução do prazo médio de pagamento	79
Gráfico 20 - Evolução dos Resultados	86



**introdução**





# mensagem do presidente

No momento em que apresentamos o presente relatório e contas o mundo enfrenta uma terrível pandemia global a que Portugal e Santa Maria da Feira não são imunes. Os efeitos que se sentem hoje, especialmente na saúde, relações sociais e economia são dramáticos e terão efeitos tremendos na nossa economia.

A humanidade nunca tinha sido confrontada com esta situação. Os efeitos serão devastadores e as respostas políticas para o retomar da economia e da vida humana ainda são uma incógnita absoluta.

Naturalmente que ninguém estava preparado. Santa Maria da Feira também não.

No entanto o rigor financeiro e o modelo económico em que apostamos no nosso território, poderá ser uma ferramenta forte para o futuro, pois a atividade industrial assente na produção de bens transacionáveis e nas exportações será, em nossa opinião, um fator importante para a nossa empregabilidade e competitividade futuras.

Analisando o ano de 2019, mais uma vez se evidencia o rigor e excelência da gestão financeira, com nova diminuição da dívida, manutenção de prazos de pagamentos inferiores a 30 dias, sem comprometer os necessários



investimentos, como se comprova nos documentos e mapas setoriais que constituem o presente relatório.

Na área da administração e finanças para além da gestão financeira, merece especial destaque a conclusão do processo de desenvolvimento do novo portal cm-feira, que envolveu a generalidade dos serviços municipais, com especial destaque para as aplicações dos serviços do urbanismo e as aplicações Medidata. Ainda na área do desenvolvimento aplicacional teve início o processo de criação/adaptação de uma aplicação para gestão do urbanismo, de vital importância para o funcionamento deste serviço, que irá complementar as funções, atualmente desempenhadas pelo Nortear e deverá permitir um alargamento aos restantes serviços municipais.

Durante o ano de 2019 procedeu-se à eliminação do circuito em papel de todo o processo de despesa, desde a sua origem até ao seu pagamento, permitindo assim também uma redução do arquivo físico. Prática esta que se está a implementar já noutros sectores.

Como é do conhecimento de todos o desenvolvimento económico e o emprego foram e são a grande aposta estratégica do executivo. A aposta revelou-se certa: somos um dos dez municípios mais exportadores de Portugal, atingimos uma situação de pleno emprego – havendo já alguns setores onde há falta de mão de obra – o que nos permite já ambicionar a captação de investimentos geradores de emprego qualificado e consequentemente melhores salários. Tem sido notória a dinâmica empresarial de todo o território e o fervilhar de atividade em todos os setores. O projeto Bizfeira é a ferramenta que desde o início encabeçou este processo e pelo 5º ano consecutivo o Fórum Bizfeira no Europarque foi o momento alto de encontro e de reflexão sobre temáticas da atualidade empresarial. O tema de 2019 foi “O futuro do trabalho”, com a presença de diferentes entidades/empresas de grande representatividade nacional e internacional em diferentes áreas e a presença das Câmaras de Comércio e Indústria da Suécia, Alemanha, Cuba, Genebra/Suíça, República Checa entre outras.

O setor da Educação é para nós a maior aposta estratégica do território, tendo como objetivo transformar a atratividade do território. É nosso objetivo passar de



um território competitivo pela existência de mão de obra barata, mas pouco qualificada, para um território competitivo pelas qualificações das pessoas.

Assim, concluímos a revisão da carta educativa, sendo de destacar neste processo a participação da comunidade educativa local, que foi fundamental em todo o processo, perspetivando-se a continuidade desta parceria no futuro.

O Plano Educativo Municipal do ano letivo de 2018/2019 integrou a estratégia nacional e apresentou uma grande novidade: a implementação do Plano Integrador e Inovador para o combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), que teve assim em 2019 a sua implementação em todos os agrupamentos com enorme sucesso.

No âmbito do projeto Educação 5.0, foi lançada a plataforma multimédia on-line, com conteúdos customizados para o Município, tendo-se realizado ações de capacitação para todos os professores do 1º Ciclo (220 professores) e foram distribuídas as senhas de acesso a todos os alunos (4096), encarregados de educação e professores.

O projeto “Hora de Programar” decorreu em 23 turmas do 1º CEB e em grupos do 2º/3º CEB, num total de 420 alunos no ano letivo de 2018/2019 e de 410 alunos no ano letivo de 2019/2020 e o projeto “hora de experimentar” decorreu em 21 turmas do 1º CEB, abrangendo cerca de 370 Alunos.

Em 2019 concluiu-se e foi inaugurado o novo Centro Escolar de Fornos, onde se iniciou já o ano letivo de 2019/2020 e deu-se início às obras de requalificação da EB2.3 e Secundária de Fiães, obras que no seu conjunto representam um investimento de cerca de 5 milhões de euros.

Na área do desporto merece especial destaque a inauguração do Pavilhão Municipal de Mozelos, passando assim o Município a gerir diretamente 4 pavilhões, para além de outros geridos em parceria com Juntas de Freguesia ou Escolas. Estes espaços desportivos são ocupados por mais de 35 entidades de diferentes modalidades desportivas.

No setor do ambiente, espaços verdes e proteção civil, manteve-se o nível de excelência habitual no saneamento básico e recolha de resíduos urbanos, sendo de destacar ao nível do serviço de recolha seletiva porta a porta em habitações unifamiliares, implementado no final de 2015, o alargamento em 2019, dos



circuitos para as freguesias de Fornos, Mosteirô, Arrifana, Milheirós de Poiares e Escapães, tendo já aderido ao serviço cerca de dezanove mil habitantes.

Na área dos jardins e espaços verdes o ano de 2019 foi marcado pela conclusão dos trabalhos de reabilitação da icónica Quinta do Castelo e a sua devolução ao usufruto da população, num investimento de cerca de dois milhões de euros. Simultaneamente foram efetuados vários trabalhos de embelezamento de espaços verdes e rotundas.

Uma nota importante para a campanha municipal de esterilização de animais de companhia livre de custos para os munícipes, como forma de controlar a sobrepopulação animal. Apesar de várias ações e todo o trabalho desenvolvido a nível intermunicipal, este problema está longe de ser resolvido, sendo necessário outras ações e formas de enfrentar o abandono dos animais.

A área social é um setor de especial importância para o território e em particular para os mais vulneráveis. Em 2019 merece especial destaque a realização da 6ª edição do mosaico social, nesta edição centrado na longevidade, tendo presente a grande atenção ao crescente envelhecimento da população, tendo-se promovido uma profunda reflexão sobre os desafios que todos temos para que se possa viver mais e melhor.

Destaque ainda para o início da Pós-Graduação em Gestão das Organizações da Economia Social, promovida pelo Município em conjunto com a Universidade Católica Portuguesa – Porto, tendo como objetivo a capacitação das organizações de economia social, nomeadamente as IPSS's, setor estratégico pelos serviços que garante à comunidade.

No âmbito da Habitação Social salienta-se a reabilitação de 9 empreendimentos de habitação social, com as empreitadas de Caldas de S. Jorge, Canedo, Fiães (Ferradal e Souto) Escapães, Guisande, Lourosa-Cadinha, Milheirós de Poiares e Paços de Brandão.

Paralelamente manteve-se todo o extenso trabalho e atividades do setor com a continuidade dos vários projetos para a população Sénior, combate ao desemprego, exclusão e à desigualdade social, através de protocolos com várias entidades parceiras da rede social.



Em síntese e face a problemas sociais cada vez mais complexos, em que a sua atenuação/resolução não se encontra contemplada nas medidas de política social existentes, o Município continuou a sua ação assente em abordagens sustentadas em processos colaborativos e cooperantes, numa lógica de atuação integradora, participada e concertada, tendo em vista por um lado, responder às necessidades coletivas e individuais, e por outro a estimular as potencialidades quer das comunidades, quer das suas organizações.

Em 2019, o Gabinete de Apoio às Comunidades Emigrantes registou uma mudança de espaço, com o surgimento do espaço Migrações, verificando-se uma alteração de hábitos de procura do Gabinete e grandes alterações no seu funcionamento, com a assinatura do protocolo de 2ª geração, oferecendo outros serviços, particularmente no que diz respeito ao investimento da diáspora. Pela primeira vez, em 2019, realizou-se em Stª Mª da Feira o V Encontro de Gabinetes de Apoio ao Emigrante, que contou com a participação do Secretário de Estado das Comunidades.

No âmbito das obras municipais o ano de 2019 ficou claramente marcado pela grande aposta do Município na prossecução da reabilitação da rede viária. Foram concluídas, lançadas ou encontravam-se em execução, as 6ª, 7ª e 8ª fases de pavimentações, sendo que até ao final do ano foram pavimentados cerca de 150 quilómetros de vias por todo o concelho, para além de pequenos troços de pavimentação por administração direta.

No âmbito ainda das pavimentações e reabilitação dos centros urbanos, outra das prioridades definidas, procedeu-se à requalificação Urbana Fase I de Paços de Brandão; Rua Armando Pinto Assunção – Fornos; Rua da Igreja – S. Paio de Oleiros; EM 520 entra a rua dos Camalhães e a rua Marco da Poça em Argoncilhe/Olival; construção de arruamento e requalificação na zona industrial da Silveirinha – S. J. de Ver; requalificação da rua Dr. Carlos Alberto Almeida – Vila Maior; ampliação da zona industrial de Arrifana; requalificação urbana da zona central de Fiães; e da área central de Lourosa.

No âmbito dos projetos foram preparados ou lançados a concurso mais de 14 milhões de euros de valor base, constituindo-se a requalificação dos espaços urbanos o maior enfoque, tendo-se posto a concurso, entre outros, a



requalificação ambiental da envolvente das Termas de Caldas de S. Jorge; a requalificação urbana do Largo Inácio Monteiro (Souto); a requalificação da Praceta Rosa Amorim (Lamas); reabilitação da Avenida do Corgo (Arrifana); pavimentação da R. Prof Domingos Henrique Ferreira e Rua do Barreiro e Travessa da Estrada Nova (Sanguedo); requalificação de arruamentos do centro de Paços de Brandão; arranjo urbanístico da rotunda do hospital (St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> da Feira); ciclovia – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro (S.J. de Ver); requalificação da Rua de Goím (Romariz) e a marcação rodoviária de cerca de 75 quilómetros da rede viária municipal.

Destaque especial para o lançamento do concurso para a requalificação ambiental das margens do Rio Uíma – 3<sup>a</sup> Fase (Passadiço) – troço entre a rua do rio Uíma (Lobão) e as Termas de Caldas de S. Jorge, entretanto adjudicado e cuja conclusão dos trabalhos vai permitir a ligação e usufruto de um espaço de excecional beleza e biodiversidade no parque natural das ribeiras do Uíma.

Referência ainda para o lançamento do concurso para a substituição integral de todas as luminárias de iluminação pública de mercúrio e vapor de sódio por leds, num valor base superior a cinco milhões de euros, processo que no seu final irá permitir a poupança de cerca de 1 milhão de euros anuais na fatura energética do Município com os benefícios ambientais daí decorrentes.

Na área da mobilidade 2019 foi o ano em que o cartão andante se alargou a toda a Área Metropolitana do Porto e em que o Município contribuiu e aderiu à proposta apresentada, tendo já sido lançado o concurso público internacional, que, além do aumento da oferta, prevê uma modernização dos transportes públicos, quer no nível de equipamentos, quer ao nível da informação aos utentes, com especial enfoque na intermodalidade.

No âmbito da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, foram mais uma vez concretizados os grandes eventos internacionais como são o Imaginarius, Viagem Medieval e Perlim, que obtiveram mais uma vez grande sucesso apesar da chuva que em todos eles surgiu obrigando ao cancelamento durante alguns dias.

Além dos grandes eventos é de sublinhar a realização de 270 atividades, entre a gestão da programação do teatro municipal, o Cineteatro António Lamoso,



Centro de Criação, Artes em itinerância que percorreu 17 freguesias do Concelho, alcançando 121.510 pessoas.

No âmbito do Programa de Apoio a Projetos Culturais foram apoiados 39 projetos de 27 associações culturais concelhias.

No setor do Turismo foram desenvolvidas brochuras promocionais para cada uma das vinte e uma Freguesias ou Uniões de Freguesia, possibilitando uma descentralização da promoção de todo o território e um desdobrável do Turismo Religioso do concelho.

Quanto à Biblioteca Municipal é cada vez mais um Hub de Informação, Aprendizagem, Criatividade e de Encontro. De facto, o ano passado foi um excelente ano para a biblioteca: encerramos com 36.070 cidadãos inscritos na biblioteca como leitores; 156.790 empréstimos de documentos e devido ao alargamento do horário no período de exames e a abertura ao domingo de manhã, tivemos 117.896 visitas presenciais e 144.729 visitas virtuais, que traduzem a massiva utilização dos nossos serviços.

Finalmente uma nota muito especial e gratificante e que constituirá um marco para o nosso território: o início da obra do Arquivo Municipal, que permitirá o tratamento arquivístico de massas documentais acumuladas e a disponibilização ao público e investigadores de um notável acervo documental.

Sem prejuízo de uma leitura mais aprofundada dos relatórios setoriais, é este o resultado do trabalho efetuado em 2019 que certamente orgulha todos os que de várias formas contribuíram para a sua execução.

Não poderia concluir esta mensagem sem deixar de referir que todos os projetos e obras que planeamos para o futuro serão certamente condicionados pela epidemia que nos ataca e fere. O futuro terá que ser novamente previsto e planeado num ambiente de incerteza e insegurança, cujo alcance ainda não nos é possível antecipar. De uma coisa temos a certeza: o impacto nas nossas vidas vai ser tremendo e todos nos devemos preparar.





# nota prévia

Em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e respetivas alterações, compete ao Órgão Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas identificados no n.º2, do ponto 2 – Considerações Técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, que dele faz parte integrante, e submete-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2019, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Santa Maria da Feira, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Com o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecidos pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas passam a poder ser aprovados em momento diferente das contas individuais do Município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental, patrimonial e analítica da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas, tendo como princípio orientador uma situação financeira robusta, como se comprova nos rácios financeiros, e uma estratégia de adequação do modelo organizacional na melhoria da eficiência operacional.





# principais resultados

No ano de 2019 prosseguimos uma política de gestão centrada no rigor, tendo sido possível assegurar que no essencial, as atividades previstas e programadas nas Opções do Plano fossem concretizadas. De facto, conseguimos demonstrar que a Câmara Municipal foi capaz, não só de reunir as condições técnicas, financeiras e materiais essenciais ao integral aproveitamento dos recursos disponíveis, bem como manter e elevar a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

As contas do Município de Santa Maria da Feira relativas ao exercício de 2019, resumem-se, globalmente, pelos seguintes aspetos:

- Diminuição da dívida global do Município entre o ano 2018 e o ano 2019 no montante de 2.748.541,37€, não considerando o valor das operações de tesouraria.
- Um prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMPF) de 9 dias.
- Em termos orçamentais, atingimos uma execução global da receita de 100,66%, sendo que a receita corrente bruta cobrada foi de 62.028.146,22€, ou seja, foi executada em 104,77%, o que denota o grande rigor com que foram elaborados os documentos previsionais de 2019.
- Em termos financeiros, de notar o aumento do ativo líquido do Município em 12.519.402,03€, ou seja 3,61%, face ao ano anterior.
- Uma diminuição do passivo de médio e longo prazo no montante de 2.687.947,09€ e uma diminuição do passivo de curto prazo em 60.594,28€, excluindo o valor das operações de tesouraria.
- Na ótica patrimonial destaca-se o resultado Líquido do exercício positivo de 13.737.409,75€.

Estes factos evidenciam o sucesso no alcance dos objetivos traçados, demonstrando, ainda, que em devido tempo o Município teve a capacidade de adequar o seu orçamento à realidade, designadamente, promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.



# **relatório financeiro**





## **análise orçamental**





## I - Equilíbrio Orçamental

O Município de Santa Maria da Feira cumpre integralmente o conceito de equilíbrio orçamental, que nos termos do artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, prevê o seguinte:

“1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.”

### Quadro 1 - Análise do Equilíbrio Orçamental

Análise do equilíbrio orçamental	
Receitas correntes líquidas arrecadadas	61 742 576,07 €
Despesas correntes pagas	41 211 897,08 €
<b>Saldo corrente</b>	<b>20 530 678,99 €</b>
Amortizações médias para o ano de 2019	3 052 432,94 €
<b>Equilíbrio orçamental</b>	<b>17 478 246,05 €</b>

Também o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A evolução da poupança corrente ao longo do último biénio, verificada no quadro seguinte, permite comprovar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa



libertação de meios para aplicarem em investimento e amortização da dívida. O acréscimo da receita corrente em 2019 relativamente a 2018 influenciou a poupança corrente cujo valor foi superior ao verificado no ano de 2018.

**Quadro 2 - Análise da Poupança Corrente**

<b>EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO</b>		
	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Receita Corrente Executada	57 920 910,69 €	62 028 146,22 €
Despesa Corrente Executada	39 204 824,73 €	41 211 897,08 €
<b>Poupança Corrente Bruta</b>	<b>18 716 085,96 €</b>	<b>20 816 249,14 €</b>

Por último, é fundamental analisar os saldos orçamentais no âmbito da abordagem do SEC/95 e das contas públicas nacionais, sendo que o cálculo dos saldos orçamentais permite efetuar uma melhor abordagem dos equilíbrios orçamentais (entre a estrutura da receita e da despesa), bem como do défice público. Utiliza-se para o efeito o saldo na ótica de caixa.

**Quadro 3 - Análise aos Saldos no período 2018 e 2019**

Análise Global			
	2018	2019	
Receita corrente bruta	57.920.910,69 €	62.028.146,22 €	
Saldo da gerência anterior + reposições	27.625.251,80 €	31.729.728,54 €	
Despesa corrente	39.204.824,73 €	41.211.897,08 €	
<b>Saldo Corrente</b>	<b>46.341.337,76 €</b>	<b>52.545.977,68 €</b>	
Receita de capital bruta	3.039.493,78 €	4.491.109,89 €	
Despesa de capital	17.665.468,55 €	18.230.649,42 €	
<b>Saldo de capital</b>	<b>- 14.625.974,77 € -</b>	<b>13.739.539,53 €</b>	
Receitas totais	88.585.656,27 €	98.248.984,65 €	
Despesas totais	56.870.293,28 €	59.442.546,50 €	
<b>Saldo orçamental</b>	<b>31.715.362,99 €</b>	<b>38.806.438,15 €</b>	
Ativos financeiros receita			
Ativos financeiros despesa	308.807,25 €	205.869,50 €	
Passivos financeiros receita			
Passivos financeiros despesa	3.589.102,59 €	3.028.377,14 €	
Receitas totais-AF-PF	88.585.656,27 €	98.248.984,65 €	
Despesas totais-AF-PF	52.972.383,44 €	56.208.299,86 €	
<b>Saldo global ou efetivo</b>	<b>35.613.272,83 €</b>	<b>42.040.684,79 €</b>	
Juros	123.914,32 €	121.770,06 €	
<b>Saldo Primário</b>	<b>35.737.187,15 €</b>	<b>42.162.454,85 €</b>	

Como se pode constatar no quadro supra, fica patente a capacidade que o Município tem em assegurar a sustentabilidade da receita face às despesas geradas.



## II. Análise Global do Orçamento

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Com o objetivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efetivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respetivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 4 - Orçamento do ano 2019

ORÇAMENTO DO ANO 2019					
	PREVISÃO			EXECUÇÃO	
	INICIAL	FINAL	DESVIO	VALOR	Taxa de Execução%
<b>Receitas Correntes</b>	59.099.317,00 €	59.201.975,00 €	102.658,00 €	62.028.146,22 €	104,77%
<b>Receitas Capital</b>	10.387.320,00 €	6.687.320,00 €	- 3.700.000,00 €	4.491.109,89 €	67,16%
<b>Outras Receitas</b>	500,00 €	500,00 €	- €	14.365,55 €	2873,11%
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>	- €	31.715.362,99 €	31.715.362,99 €	31.715.362,99 €	100,00%
<b>Total</b>	<b>69.487.137,00 €</b>	<b>97.605.157,99 €</b>	<b>28.118.020,99 €</b>	<b>98.248.984,65 €</b>	<b>100,66%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	45.262.216,00 €	53.845.096,67 €	8.582.880,67 €	41.211.897,08 €	76,54%
<b>Despesas Capital</b>	24.224.921,00 €	43.760.061,32 €	19.535.140,32 €	18.230.649,42 €	41,66%
<b>Total</b>	<b>69.487.137,00 €</b>	<b>97.605.157,99 €</b>	<b>28.118.020,99 €</b>	<b>59.442.546,50 €</b>	<b>60,90%</b>

Do observado do quadro anterior resulta que o total do orçamento final aprovado para o ano de 2019 foi de 97.605.157,99 €, sendo o total da receita bruta cobrada de 98.248.984,65 € e o total da despesa executada de 59.442.546,50 €.

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

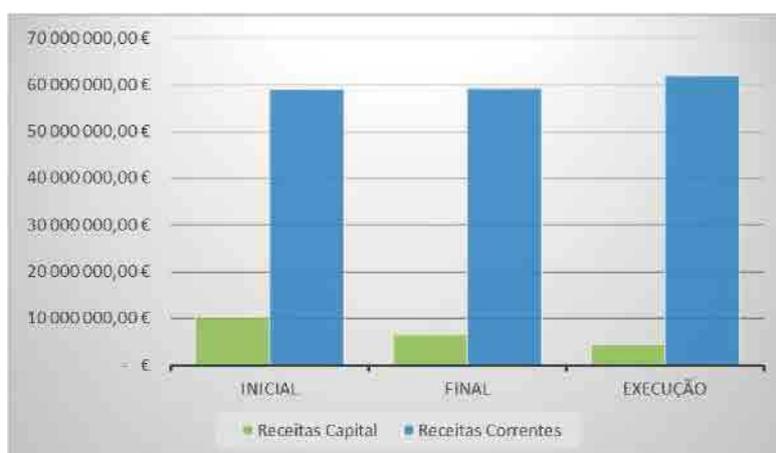
- A taxa de execução das receitas correntes foi de 104,77%, o que significa que para uma previsão final de 59.201.975,00€ se atingiu uma execução de 62.028.146,22€ que traduz um desvio positivo de cerca de 2,8 M€, ou seja, a cobrança efetiva de receita foi superior à receita estimada;

- No que respeita às receitas de capital, e para uma previsão final de 6.687.320,00€ atingiu-se uma execução de 4.491.109,89€, representando um desvio de (-) 2.196.210,11€, correspondendo a uma taxa de execução 67,16%.

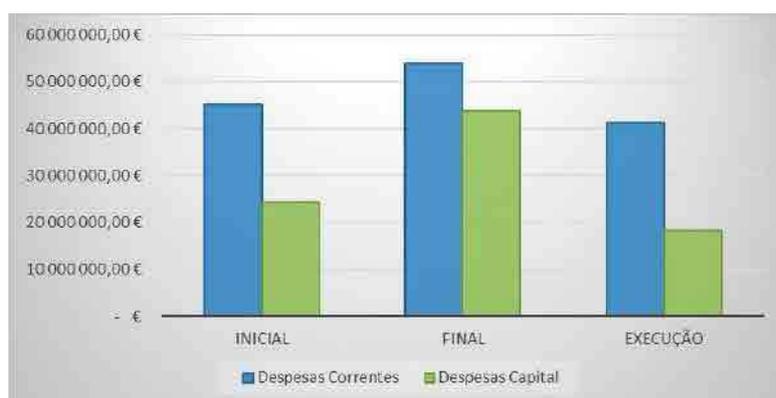
- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 60,90%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 76,54%, e 41,66%, do total orçamentado.

Segue-se gráficos demonstrativos da receita e da despesa, referentes ao ano de 2019.

**Gráfico 1** – Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada



**Gráfico 2** – Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada



### **Modificações Orçamentais**

Faz parte integrante do normal processo de execução orçamental reforçar ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.



Interessa, por isso, proceder à apreciação dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o ciclo em apreço, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se segue.

**Quadro 5 - Modificações orçamentais**

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	14	3
Plano Plurianual de Investimentos	14	3
Plano de Atividades Municipais	14	3
Orçamento da Receita	1	2

O reforço/diminuições do orçamento da receita deve-se à incorporação dos valores a seguir discriminados:

**Quadro 6 - Reforço / Diminuição do orçamento da receita**

Descrição	Reforço	Diminuições
Transferências Capital - Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados - FEDER		3 700 000,00 €
Transferências Correntes_DGAV	15 000,00 €	
Transferências Correntes_U.E.	87 658,00 €	
Saldo da Gerência Anterior	31 715 362,99 €	
<b>Total</b>	<b>31 818 020,99 €</b>	<b>3 700 000,00 €</b>

A elaboração do orçamento para o ano económico de 2019, ocorreu de acordo com o preceituado no artigo 45º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o qual, foi realizado três meses antes do final do ano. Desta situação resultou que para além da inscrição do saldo orçamental, e para que se obtivesse uma informação mais realista do orçamento, se diminuiu a dotação de algumas rubricas que julgamos deter excesso de dotação, face à expectativa gerada pelo quadro comunitário.

Na primeira revisão procedeu-se à integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 31.715.362,99€, bem como a atualização das transferências de algumas entidades que implicou o aumento global do orçamento da receita, como contrapartida do aumento global do orçamento da despesa, em igual montante. A utilização do diferencial, no valor de 3.700.000,00€ teve como contrapartida a diminuição das rubricas “Feder” e “Portugal 2020” que se encontravam dotadas com valores elevados face ao desenrolar das candidaturas.

### III. Análise do Orçamento da Receita

Na gerência em apreço, a receita cobrada bruta totalizou 98.248.984,65€, sendo que a arrecadação de receitas bruta correntes foi de 62.028.146,22€, o que corresponde a uma taxa de execução de 104,77% face ao previsto.

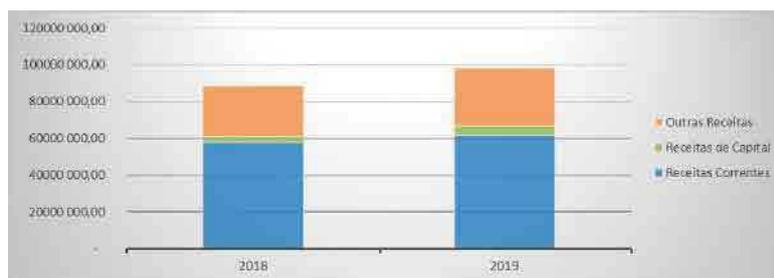
A arrecadação de receitas brutas de capital foi de 4.491.109,89€, correspondente a uma taxa de execução de 67,16%, face à previsão orçamental.

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

**Quadro 7 - Estrutura Geral da Receita**

ESTRUTURA GERAL DA RECEITA							
Tipo	2018		2019				
	Execução	% Peso na Rubrica	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução	% Peso na Rubrica	% Execução
Correntes	57 920 910,69 €	65,38%	59 099 317,00 €	59 201 975,00 €	62 028 146,22 €	63,13%	104,77%
Capital	3 039 493,78 €	3,43%	10 387 320,00 €	6 687 320,00 €	4 491 109,89 €	4,57%	67,16%
Outras Receitas	27 625 251,80 €	31,18%	500,00 €	31 715 862,99 €	31 729 728,54 €	32,30%	100,04%
<b>Total</b>	<b>88 585 656,27 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>69 487 137,00 €</b>	<b>97 605 157,99 €</b>	<b>98 248 984,65 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,66%</b>

**Gráfico 3 – Evolução da Receita**



Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
  - Impostos Diretos;
  - Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades;
  - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes;
  - Rendimentos de Propriedade
- Transferências



- Passivos Financeiros

### Receitas Próprias

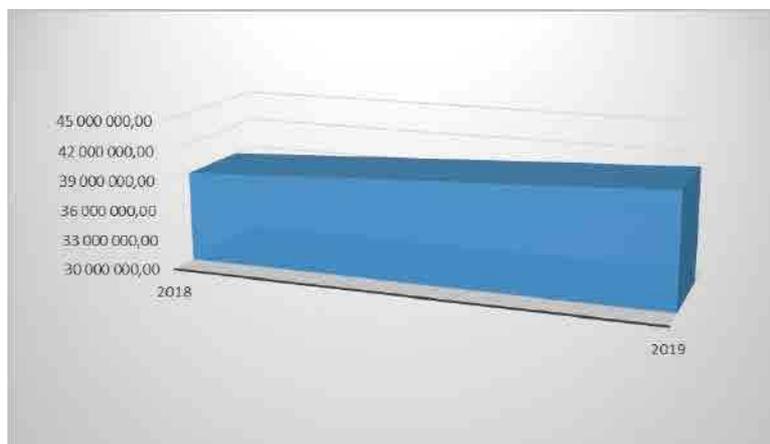
Receitas próprias são aquelas que o Município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

As receitas próprias incluem quer receitas correntes, quer receitas de capital. As receitas correntes dizem respeito aos impostos directos, impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam à venda de bens de investimento e outras receitas de capital.

O quadro e gráfico seguinte espelham as receitas próprias da autarquia nos dois últimos exercícios.

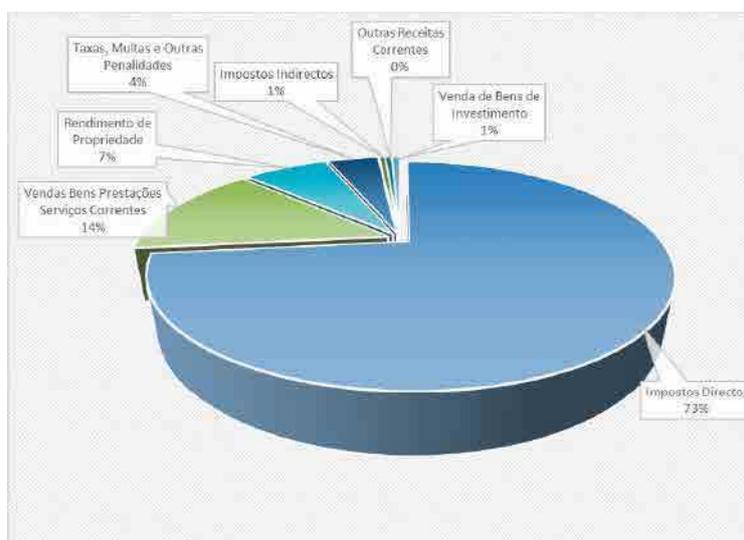
Quadro 8 - Receitas Próprias

	Receitas Próprias			% Receitas		
	2018	2019	$\Delta$ 2019/2018	Próprias	Correntes	Totais
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						
Impostos Directos	29.837.139,42 €	30.331.771,43 €	1,66%	73,25%	48,90%	30,87%
Impostos Indirectos	127.153,76 €	245.018,76 €	92,69%	0,59%	0,40%	0,25%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.350.569,86 €	1.728.640,64 €	27,99%	4,17%	2,79%	1,76%
Rendimento de Propriedade	2.260.242,82 €	2.848.313,52 €	26,02%	6,88%	4,59%	2,90%
Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	5.133.250,55 €	5.763.933,10 €	12,29%	13,92%	9,29%	5,87%
Outras Receitas Correntes	180.146,76 €	227.793,14 €	26,45%	0,55%	0,37%	0,23%
<b>Total</b>	<b>38.888.503,17 €</b>	<b>41.145.470,59 €</b>	<b>5,80%</b>	<b>99,37%</b>	<b>66,33%</b>	<b>41,88%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>						
Venda de Bens de Investimento	120.097,10 €	262.164,71 €	118,29%	0,63%	0,42%	0,27%
<b>Total</b>	<b>120.097,10 €</b>	<b>262.164,71 €</b>	<b>118,29%</b>	<b>0,63%</b>	<b>0,42%</b>	<b>0,27%</b>
<b>Total das Receitas Próprias</b>	<b>39.008.600,27 €</b>	<b>41.407.635,30 €</b>	<b>6,15%</b>	<b>100,00%</b>	<b>66,76%</b>	<b>42,15%</b>
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>57.920.910,69 €</b>	<b>62.028.146,22 €</b>	<b>7,09%</b>	-	<b>100,00%</b>	<b>63,13%</b>
<b>Total de Receitas</b>	<b>88.585.686,27 €</b>	<b>98.248.984,65 €</b>	<b>10,91%</b>	-	-	<b>100,00%</b>

**Gráfico 4 – Evolução Receitas Próprias**

Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias tiveram um acréscimo de 6,15%, em relação ao ano anterior.

Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

**Gráfico 5 – Comparação das Receitas Próprias**

Os Impostos Directos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 73,25%, dos mesmos, seguem-se as Vendas de Bens e Prestações de Serviços correntes com 13,92% e a rubrica dos Rendimentos de Propriedade com 6,88%.

Dada a sua importância no cômputo geral da receita própria, os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de Propriedade serão objeto de uma análise detalhada.

### Impostos Diretos

Quadro 9 - Impostos Diretos

Impostos Diretos			
	2018	2019	$\Delta$ 2019/2018
Impostos Abolidos	105,01 €		-100,00%
Imposto Municipal sobre Imoveis	18 071 188,75 €	16 412 468,66 €	-9,18%
Imposto Municipal sobre Transmissão	4 123 157,46 €	6 327 898,94 €	53,47%
Derrama	4 120 235,88 €	3 878 332,57 €	-5,87%
Impostos Único de Circulação	3 522 452,32 €	3 713 071,26 €	5,41%
	<b>29 837 139,42 €</b>	<b>30 331 771,43 €</b>	1,66%

Gráfico 6 – Evolução dos Impostos Diretos



Ao nível dos Impostos Diretos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, Derrama e IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis.

## Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

Quadro 10 - Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades

Impostos Indiretos e Taxas Multas Outras Penalidades					
	2018	2019		Taxa de Execução	Δ 2019/2018
	Execução	Previsão	Execução		
Loteamento e Obras	30,00 €	883,00 €	216,00 €	24,46%	620,00%
Ocupação da Via Pública	218 696,12 €	118 823,00 €	220 254,44 €	185,36%	0,71%
Publicidade	81 274,69 €	111 760,00 €	151 741,29 €	135,77%	86,70%
Outros	901 756,64 €	890 827,00 €	1 323 045,09 €	148,52%	46,72%
Multas e Outras Penalidades	127 610,48 €	136 085,00 €	154 248,07 €	113,35%	20,87%
Saneamento	148 355,69 €	153 064,00 €	124 154,51 €	81,11%	-16,31%
<b>Total</b>	<b>1 477 723,62 €</b>	<b>1 411 442,00 €</b>	<b>1 973 659,40 €</b>	<b>139,83%</b>	<b>33,56%</b>

Gráfico 7 – Impostos Indiretos e Taxas e Multas e Outras Penalidades



Da apreciação do quadro e gráfico anterior resulta que a receita cobrada em 2019, através de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, ascendeu a 1.973.659,40€ sendo a sua componente mais representativa os “Outros”, que diz respeito essencialmente a alvarás, taxas e licenciamentos do setor do urbanismo, e, de seguida a receita da rubrica “Ocupação da Via Pública”.

A cobrança da receita na rubrica em análise teve um acréscimo de 33,56%, face ao ano anterior.



## Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Quadro 11 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes					
	2018	2019		Taxa de Execução	Δ 2019/2018
	Execução	Previsão	Execução		
<b>Venda de Bens</b>	<b>9 606,82 €</b>	<b>8 982,00 €</b>	<b>3 940,68 €</b>	43,87%	-58,98%
<b>Prestação Serviços Diversos</b>					
S.Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	103 199,14 €	79 358,00 €	157 929,34 €	199,01%	53,03%
Serviços Específicos das Autarquias	4 605 031,04 €	4 947 003,00 €	5 182 999,73 €	104,77%	12,55%
Outros	18 353,91 €	11 566,00 €	28 361,17 €	245,21%	54,52%
<b>Sub-total</b>	<b>4 726 584,09 €</b>	<b>5 037 927,00 €</b>	<b>5 369 290,24 €</b>	106,58%	13,60%
<b>Rendas e Alugueres</b>	<b>397 059,64 €</b>	<b>337 074,00 €</b>	<b>390 702,18 €</b>	115,91%	-1,60%
<b>Total</b>	<b>5 133 250,55 €</b>	<b>5 383 983,00 €</b>	<b>5 763 933,10 €</b>	<b>107,06%</b>	<b>12,29%</b>

A receita total da Venda de bens e prestação de serviços em 2019 fixou-se em 5.763.933,10€.

A rubrica Serviços Específicos das Autarquias compreende vertentes muito importantes da atividade municipal, nomeadamente, cobrança da recolha dos resíduos sólidos (2.788.785,49€), saneamento (1.289.910,78€), refeições escolares (872.470,65€), transportes escolares (9.517,32€) e outros.

### Rendimentos de Propriedade

A rubrica Rendimentos de Propriedade apresenta uma execução de 2.848.313,52€ (92,28%) e titulam 6,88% das Receitas Próprias do Município. Verifica-se um aumento de 26,02% do valor arrecadado em 2019 face ao ano anterior, justificado em grande parte com o facto do valor da renda do 4º trimestre da concessão da EDP de 2018 (655.110,27€), ter sido arrecadado em janeiro de 2019.

O quadro seguinte reflete a distribuição da rubrica Rendimentos de Propriedade.



Quadro 12 - Rendimentos de Propriedade

Rendimentos de Propriedade					
	2018	2019		Taxa de Execução	Δ 2019/2018
	Execução	Previsão	Execução		
<b>Juros - Sociedades Financeira</b>	22 896,91 €	20 005,00 €	6 269,29 €	31,34%	-72,62%
<b>Dividendos e Participações nos lucros</b>	137 775,39 €	310 116,00 €	55 000,57 €	17,74%	-60,08%
<b>Rendas</b>					
Concessão da EDP	1 965 330,81 €	2 620 441,00 €	2 655 521,22 €	101,34%	35,12%
Concessão da Indáqua	87 106,22 €	85 996,00 €	88 007,96 €	102,34%	1,04%
Terrenos	5 148,49 €	13 360,00 €	4 790,60 €	35,86%	-6,95%
Outros	41 985,00 €	36 516,00 €	38 723,88 €	106,05%	-7,77%
<b>Total</b>	<b>2 260 242,82 €</b>	<b>3 086 434,00 €</b>	<b>2 848 313,52 €</b>	<b>92,28%</b>	<b>26,02%</b>

### Transferências

O quadro que se segue, reflete a natureza e montante das transferências recebidas em 2018 e 2019.

Quadro 13 - Transferências

TRANSFERÊNCIAS			
	Execução		Δ 2019/2018
	2018	2019	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>			
Estado	18 963 870,34 €	20 631 435,04 €	8,79%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	68 537,18 €	115 672,65 €	68,77%
Serviços e Fundos Autónomos	- €	6 696,00 €	
Resto Mundo	- €	128 871,94 €	
<b>Sub-total</b>	<b>19 032 407,52 €</b>	<b>20 882 675,63 €</b>	<b>9,72%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>			
Estado	1 238 581,73 €	1 873 617,00 €	51,27%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	1 605 349,76 €	2 305 328,18 €	43,60%
Outros	- €	- €	
<b>Sub-total</b>	<b>2 843 931,49 €</b>	<b>4 178 945,18 €</b>	<b>46,94%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>21 876 339,01 €</b>	<b>25 061 620,81 €</b>	<b>14,56%</b>

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as Transferências do Estado – Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados, correntes e de capital, apresentam no ano de 2019 um acréscimo de 747.113,89€. Também as transferências provenientes do Orçamento de Estado, corrente e de capital, tiveram um acréscimo de 2.302.599,97€.



## Quadro 14 - Transferências – Receitas Correntes

Transferências - Receitas Correntes			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas
REWRITE YOU (TH)	AGENCIA NACIONAL ERASMUS + JUVENTUDE EM AÇÃO	060901	499,50 €
HUGS NOT DRUGS	AGENCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	060901	3 269,14 €
AÇÃO CHAVE 1 MOB. P. FINS APRENDIZAGEM	AGENCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	060901	7 556,40 €
E+ PROJETO PT01-KA102	AGENCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	060901	70 126,40 €
PICNOCCHIO JOINS THE ORQUESTRA	AGENCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	060901	36 144,00 €
PROJ. BE ACTIVE- SHAPE EUROPE	COMMUNITY ENTREPRISE OF THESSALONIKI MUNICIPALITY- KEDITH	060901	7 500,00 €
CIRCOSTRADA	ARTCENA	060901	250,00 €
COMISSÃO EUROPEIA	FEC - FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO	060901	3 526,50 €
PARTIS-PRATICAS ARTISTICAS P/INC. SOC.	FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN	060307	6 696,00 €
FEDER - AUTARQUIA DIGITAL	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	06030601	5 959,28 €
M.I.D.A.S.- FSE	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	06030602	9 896,28 €
PEPAL - FSE	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	06030602	36 204,89 €
EDUFEIRA - FSE	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	06030602	63 612,20 €
FEF	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	11 713 082,00 €
FSM	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	2 530 073,00 €
IRS	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	4 366 175,00 €
ASSITENTES OPERACIONAIS	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	1 426 369,21 €
FRUTA ESCOLAR	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	49 459,43 €
APOIO FAMILIA	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	268 948,09 €
REFEIÇÕES ESCOLARES	DIREÇÃO GERAL ESTABELECIMENTOS ESCOLARES -DGESTE	0603019901	209 426,11 €
CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO+	IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL, I.P.	0603019902	2 850,24 €
GIP	IEFP - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL, I.P.	0603019902	11 422,76 €
APOIO TECNICO	COMISSAO NACIONAL PROMOÇÃO DIREITOS E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS	0603019999	30 923,40 €
APOIO FORMAÇÃO	CONSEIL DE L'EUROPE	0603019999	2 047,50 €
DGT	DGPC - DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL	0603019999	13 405,78 €
IMAGINARIUS ACESSIVEL	TURISMO DE PORTUGAL, IP	0603019999	7 252,52 €
	<b>Total</b>		<b>20 882 675,63 €</b>

## Quadro 15 - Transferências – Receitas de Capital

Transferências - Receitas Capital			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas
REQUALIFICAÇÃO QUINTA DO CASTELO	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	197 038,48 €
HABITAÇÃO SOCIAL DE ESCAPÃES	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	138 028,20 €
HABITAÇÃO SOCIAL SOUTO FIÃES	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	7 318,50 €
HABITAÇÃO SOCIAL A. GARRETE FIÃES	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	7 318,50 €
HABITAÇÃO SOCIAL CADINHA LOUROSA	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	134 538,12 €
HABITAÇÃO SOCIAL CALDAS DE S. JORGE	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	132 876,35 €
HABITAÇÃO SOCIAL DE CANEDO	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	87 879,61 €
HABITAÇÃO SOCIAL DE GUISANDE	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	7 318,50 €
HABITAÇÃO SOCIAL MILHEIRÓS POIARES	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	110 827,96 €
HABITAÇÃO SOCIAL DE PAÇOS BRANDÃO	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	78 199,76 €
ESCOLA BASICA DE FORNOS	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	62 944,58 €
AUTARQUIA DIGITAL	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	50 165,37 €
R. H. FASE I, II, III - FIÃES	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	106 496,26 €
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	991 203,24 €
REQ. ESCOLA COELHO E CASTRO FIÃES	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	88 423,16 €
ARQUIVO MUNICIPAL	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.	10030701	87 772,57 €
FEF	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	10030701	1 301 453,00 €
AR35	DGAL DIRECCAO - GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	1003010501	522 164,00 €
FSE	INSTITUTO DE GESTAO FINANCEIRA DA SEGURANCA SOCIAL	10030799	16 979,02 €
ACESSO INTERNET WIRELESS PUBLICO	TURISMO DE PORTUGAL, IP	1003010499	50 000,00 €
	<b>Total</b>		<b>4 178 945,18 €</b>



### **Passivos Financeiros**

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art.º 4.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sendo aí estabelecido que:

- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.
- Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal.

Na gerência de 2019 não foram contratualizados ou utilizados empréstimos de curto, médio e/ou longo prazo.

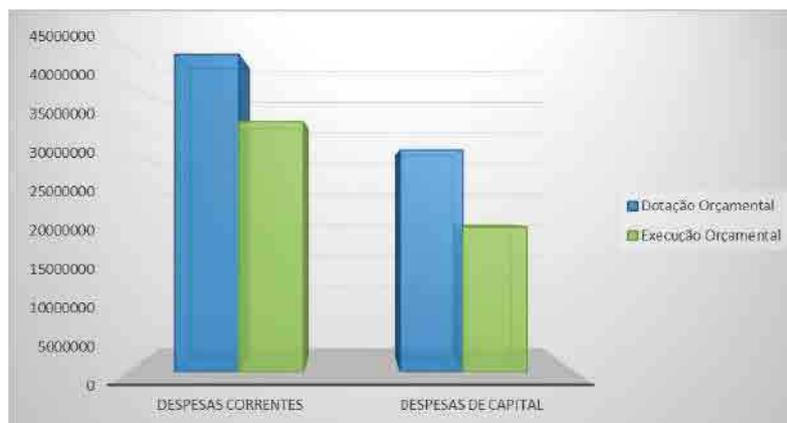
### **IV. Análise do Orçamento da Despesa**

O Município manteve a política de reforço, de racionalização e de contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos.

No quadro e gráfico seguintes, apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2019.

**Quadro 16 - Estrutura Geral da Despesa**

<b>ESTRUTURA GERAL DA DESPESA</b>					
	<b>Dotação inicial</b>	<b>Dotação Final</b>	<b>Execução Orçamental</b>	<b>% Peso na Rubrica</b>	<b>% Execução</b>
Despesas Correntes	45.262.216,00 €	53.845.096,67 €	41.211.897,08 €	69,33%	76,54%
Despesas de Capital	24.224.921,00 €	43.760.061,32 €	18.230.649,42 €	30,67%	41,66%
<b>Total</b>	<b>69.487.137,00 €</b>	<b>97.605.157,99 €</b>	<b>59.442.546,50 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>60,90%</b>

**Gráfico 8 – Estrutura Geral da Despesa**

A despesa paga no exercício de 2019 representou uma taxa de execução de cerca de 60,90% atingindo o montante de 59,4 milhões de euros.

Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
  - Despesas com Pessoal
  - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

### ***Despesas de Funcionamento***

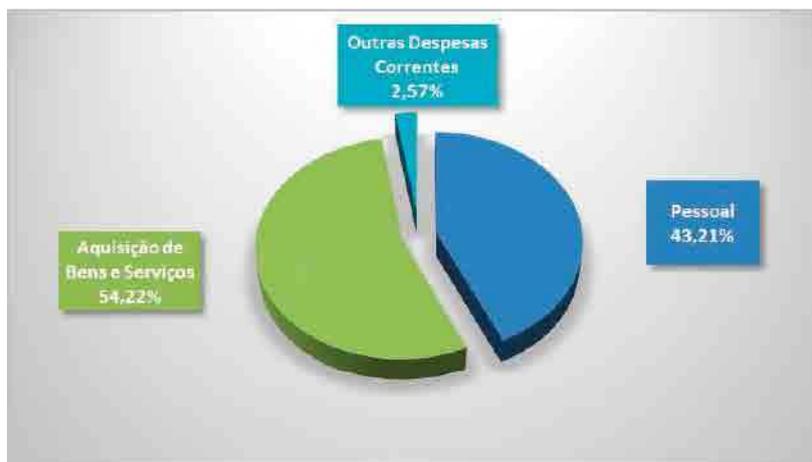
As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade do Município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro a seguir ilustrado.

**Quadro 17 - Estrutura Geral da Despesa de Funcionamento**

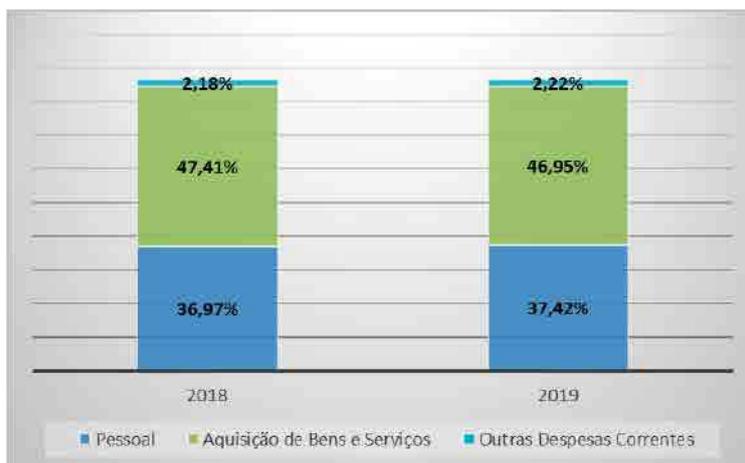
ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO								
	2018				2019			
	Despesa Realizada				Despesa Realizada			
	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	%Desp Total
Pessoal	14 494 982,09 €	42,71%	36,97%	25,49%	15 421 419,65 €	43,21%	37,42%	25,94%
Aquisição de Bens e Serviços	18 588 837,48 €	54,77%	47,41%	32,69%	19 350 004,25 €	54,22%	46,95%	32,55%
Outras Despesas Correntes	854 207,87 €	2,52%	2,18%	1,50%	916 901,30 €	2,57%	2,22%	1,54%
<b>Total Desp Funcionamento</b>	<b>33 938 027,44 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>86,57%</b>	<b>59,68%</b>	<b>35 688 325,20 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>86,60%</b>	<b>60,04%</b>
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>39 204 824,73 €</b>	<b>86,57%</b>	<b>100,00%</b>	<b>68,94%</b>	<b>41 211 897,08 €</b>	<b>86,60%</b>	<b>100,00%</b>	<b>69,33%</b>
<b>Total Despesas</b>	<b>56 870 293,28 €</b>	-	-	<b>100,00%</b>	<b>59 442 546,50 €</b>	-	-	<b>100,00%</b>

No ano de 2019 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 35.688.325,20€, verificando-se um acréscimo de 5,16% em relação ao ano anterior, como resultado do aumento registado na rubrica de despesas com pessoal de 926.437,56€, aumento na rubrica de aquisição de bens e serviços de 761.166,77€ e na rubrica de outras despesas de funcionamento de 62.693,43€.

Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2019.

**Gráfico 9 – Composição das Despesas de Funcionamento**


Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 86,60% e 60,04%, respetivamente.

**Gráfico 10 – Peso da Despesa de Funcionamento no Total da Despesa Corrente**

Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal e da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

### ***Despesas com Pessoal***

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a referente a despesas com pessoal, representando cerca de 37,42% das despesas correntes, 43,21% das despesas de funcionamento e em cerca de 25,94% das despesas totais.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 15.421.419,65€, isto é, mais 926.437,56€ que em 2018, o que representa um acréscimo de 6,39%, face ao ano anterior.



## Quadro 18 - Despesa com o Pessoal

DESPESAS COM O PESSOAL	2018	2019	Varição
<b>Remunerações membros Órgãos Autárquicos</b>	<b>274.163,44 €</b>	<b>261.918,65 €</b>	<b>-4,47%</b>
Titulares de Órgão de Soberania e membros de Órgão Autárquicos	274.163,44 €	261.918,65 €	-4,47%
<b>Remunerações do Pessoal</b>	<b>8.446.865,77 €</b>	<b>8.961.121,77 €</b>	<b>6,09%</b>
Pessoal dos Quadros - Regime do Contrato Individual do Trabalho	7.186.826,21 €	7.585.013,53 €	5,54%
Pessoal contratado a Termo	595.374,35 €	610.040,74 €	2,46%
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	70.067,06 €	125.588,35 €	79,24%
Pessoal aguardando Aposentação	1.998,64 €	12.945,39 €	547,71%
Pessoal em qualquer outra situação	383.532,91 €	395.499,58 €	3,12%
Remunerações por doença e maternidade / paternidade	209.066,60 €	232.034,18 €	10,99%
<b>Suplementos de Remuneração</b>	<b>2.533.247,17 €</b>	<b>2.667.001,70 €</b>	<b>5,28%</b>
Subsídio de Refeição	778.905,94 €	782.594,04 €	0,47%
Subsídios de Férias e Natal	1.441.903,26 €	1.540.863,28 €	6,86%
Representação - Pessoal dirigente	107.024,41 €	114.695,22 €	7,17%
Horas Extraordinárias	125.515,94 €	165.488,92 €	31,85%
Ajudas de Custo	14.387,58 €	18.495,95 €	28,55%
Abono para falhas	7.405,76 €	7.372,09 €	-0,45%
Outros suplementos e prémios	48.940,20 €	37.492,20 €	-23,39%
Indemnizações por cessação de funções	9.164,08 €	- €	-100,00%
<b>Prestações Sociais Diretas</b>	<b>77.146,68 €</b>	<b>74.593,32 €</b>	<b>-3,31%</b>
Subsídio familiar a crianças e jovens	53.630,40 €	53.872,89 €	0,45%
Outras prestações familiares	23.516,28 €	20.720,43 €	-11,89%
<b>Outros Custos com Pessoal</b>	<b>746.809,63 €</b>	<b>918.593,02 €</b>	<b>23,00%</b>
Encargos com a saúde	718.785,21 €	771.547,50 €	7,34%
Seguro	20.000,00 €	129.306,53 €	546,53%
Outras pensões	8.024,42 €	17.738,99 €	121,06%
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>2.416.749,40 €</b>	<b>2.538.191,19 €</b>	<b>5,03%</b>
Contribuições para a Segurança Social	2.416.749,40 €	2.538.191,19 €	5,03%
<b>TOTAL</b>	<b>14.494.982,09 €</b>	<b>15.421.419,65 €</b>	<b>6,39%</b>

O quadro supra espelha a estrutura detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

O subagrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2019 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 58,11%.

As remunerações do pessoal contratado por tempo indeterminado em 2019 representaram 49,18% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes cerca de 7,58 milhões de euros.



Os encargos com a Saúde representam cerca de 5% da despesa global com pessoal, o que totalizou aproximadamente 771 mil euros.

### ***Limites legais das despesas com pessoal***

1. O Decreto-Lei n.º 117/2018 de 27 dezembro atualizou o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro 2019 (600,00€);
2. O artigo n.º 119.º da Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro – Lei Orçamento de Estado, prevê o alargamento do abono de família para o 4º escalão;
3. O artigo n.º 16 da Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro – Lei Orçamento de Estado, prevê as valorizações remuneratórias;
4. A portaria n.º 24/2019 de 17 de janeiro procede a atualização do valor do indexante dos apoios sociais para 435,76€ a partir de 1 de janeiro 2019;
5. O Decreto Lei n.º 29/2019 de 20 fevereiro, altera o valor base da remuneração na administração pública para 635,07€ com efeitos a 1 de janeiro 2019;
6. A Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro constituiu o valor de referencia, do subsidio de refeição de 4,77€, para efeitos de tributação;
7. A Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro– Lei do Orçamento de Estado, alterou as percentagens das horas extraordinárias:
  - ✓ 25% do valor hora na primeira hora e de 37,5% na segunda (dias normais de trabalho);
  - ✓ 50% do valor hora nos dias de descanso ou feriados.
8. Durante o ano de 2019, ocorreram 35 entradas (1 regresso licença sem vencimento/ 16 Assistentes Operacionais, 2 Assistentes Técnicos e 7 Técnicos Superiores – procedimentos concursais precários/ 2 Assistentes Técnicos e 3 Assistentes Operacionais – procedimentos concursais e 4 por recurso à mobilidade entre órgãos ou serviços). Em matéria de saídas, verificou-se uma redução de 33 trabalhadores (17 aposentações; 12 caducidades de contrato a termo/Denúncia/Rescisão mútuo acordo; 3 por mobilidade; 1 falecimento). Assim e comparativamente com o ano de 2018, cujo número de trabalhadores em 31 de dezembro era de 759, durante o ano de 2019, o MSMF viu o número total de trabalhadores aumentar em 2, (total 31/12/2019 (761) = entradas 2019 (35) – saídas 2019 (33)).

**Despesas com Aquisição de Bens e Serviços**

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, pelo que faremos uma análise separada de cada componente.

A Aquisição de Bens são despesas a que não se possa reconhecer a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação – refeições, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

**Quadro 19 - Aquisição de Bens**

	AQUISIÇÃO DE BENS								
	2018			2019			Valor a transitar	% Pago	Variação de Facturação
	Facturado	Pago	% Pago	Facturado	Pago				
Matérias-primas e subsidiárias	20 519,13 €	19 328,30 €	94,20%	55 186,97 €	55 186,97 €	- €	100,00%	168,95%	
Gasolina	21 575,34 €	21 575,34 €	100,00%	22 399,97 €	22 399,97 €	- €	100,00%	3,82%	
Gasóleo	177 779,74 €	177 779,74 €	100,00%	161 788,46 €	161 788,46 €	- €	100,00%	-8,99%	
Outros	54 255,06 €	47 747,87 €	88,01%	64 975,25 €	63 963,53 €	1 011,72 €	98,44%	19,76%	
Limpeza e Higiene	22 753,18 €	22 753,18 €	100,00%	26 523,13 €	26 523,13 €	- €	100,00%	16,57%	
Alimentação - Refeições confeccionada	1 479 279,61 €	1 425 093,22 €	96,34%	1 599 904,34 €	1 498 941,03 €	100 963,31 €	93,69%	8,15%	
Vestuário e artigos pessoais	32 571,82 €	32 511,55 €	99,81%	11 435,88 €	11 435,88 €	- €	100,00%	-64,89%	
Material de escritório	44 845,50 €	44 709,46 €	99,70%	49 680,73 €	49 631,53 €	49,20 €	99,90%	10,78%	
Produtos químicos e farmacêuticos	25,46 €	25,46 €	100,00%	2 864,08 €	2 864,08 €	- €	100,00%	11149,33%	
Produtos vendidos nas farmácias	- €	- €		37,93 €	37,93 €	- €	100,00%		
Material de consumo clínico	- €	- €		- €	- €	- €			
Material de Transporte - Peças	39 565,06 €	39 565,06 €	100,00%	22 908,29 €	22 908,29 €	- €	100,00%	-42,10%	
Material de consumo hoteleiro	4 691,32 €	4 691,32 €	100,00%	5 098,99 €	5 098,99 €	- €	100,00%	8,69%	
Outro material - Peças	- €	- €		- €	- €	- €			
Prémios, condecorações e ofertas	87 299,03 €	87 115,58 €	99,79%	125 318,95 €	123 706,78 €	1 612,17 €	98,71%	43,55%	
Mercadorias para venda	7 819,09 €	7 211,19 €	92,23%	3 079,97 €	3 079,97 €	- €	100,00%	-60,61%	
Ferramentas e utensílios	15 271,30 €	13 734,64 €	89,94%	21 849,65 €	21 849,65 €	- €	100,00%	43,08%	
Livros e documentação técnica	2 763,08 €	2 763,08 €	100,00%	2 715,76 €	2 715,76 €	- €	100,00%	-1,71%	
Artigos honoríficos e de decoração	- €	- €		- €	- €	- €			
Material de educação, cultura e recreio	49 439,16 €	48 640,96 €	98,39%	99 908,10 €	99 099,81 €	808,29 €	99,19%	102,08%	
Outros bens	303 605,55 €	300 504,86 €	98,98%	371 164,29 €	370 713,25 €	451,04 €	99,88%	22,25%	
<b>Total</b>	<b>2 364 058,43 €</b>	<b>2 295 750,81 €</b>	<b>97,11%</b>	<b>2 646 840,74 €</b>	<b>2 541 945,01 €</b>	<b>104 895,73 €</b>	<b>96,04%</b>	<b>11,96%</b>	

Pela análise do quadro anterior pode observar-se um acréscimo no cômputo geral da aquisição de bens em 11,96%. Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 1.599.904,34€, por si só representam 60,45% do total da despesa faturada, logo seguida dos combustíveis com um peso de 6,96%.

No que diz respeito à aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, seguros, estudos pareceres e projetos, etc., apresentamos o seguinte quadro:



## Quadro 20 - Aquisição de Serviços

Designação	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS							
	2018			2019				Variação faturação
	Faturado	Pago	% Pago	Faturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	
Encargos de instalações	4 273 422,13 €	4 213 048,66 €	91,27%	3 458 274,95 €	3 209 961,76 €	248 313,19 €	92,82%	-19,07%
Limpeza e higiene	100 704,18 €	94 325,68 €	99,92%	158 320,93 €	156 062,47 €	2 258,46 €	98,57%	57,21%
Conservação de bens	65 819,48 €	63 914,93 €	86,32%	85 855,88 €	84 552,68 €	1 303,20 €	98,48%	30,44%
Locação de edifícios	130 346,24 €	130 346,24 €	100,00%	133 927,37 €	133 927,37 €	- €	100,00%	2,75%
Locação de material de transporte	460 273,97 €	434 040,37 €	97,83%	684 202,26 €	684 202,26 €	- €	100,00%	48,65%
Locação de outros bens	181 573,97 €	174 998,02 €	96,46%	254 643,09 €	254 056,81 €	586,28 €	99,77%	40,24%
Comunicações	172 543,80 €	172 087,27 €	95,34%	161 214,87 €	155 245,19 €	5 969,68 €	96,30%	-6,57%
Transportes	1 021 742,61 €	1 019 985,41 €	100,00%	1 111 766,19 €	1 111 766,19 €	- €	100,00%	8,81%
Representação dos serviços	11 239,17 €	9 995,87 €	100,00%	5 726,59 €	5 726,59 €	- €	100,00%	-49,05%
Seguros	310 837,27 €	310 837,27 €	100,00%	302 554,01 €	302 554,01 €	- €	100,00%	-2,66%
Deslocações e estadas	93 404,34 €	89 310,34 €	95,66%	139 088,41 €	137 343,89 €	1 744,52 €	98,75%	48,91%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	184 388,53 €	184 388,53 €	97,29%	200 673,96 €	200 673,96 €	- €	100,00%	8,83%
Formação	49 795,35 €	44 295,35 €	97,15%	39 223,47 €	39 223,47 €	- €	100,00%	-21,23%
Seminários, exposições e similares	- €	- €	-	- €	- €	- €	-	-
Publicidade	88 238,01 €	87 444,66 €	96,30%	95 300,68 €	93 470,03 €	1 830,65 €	98,08%	8,00%
Vigilância e segurança	384 970,42 €	384 970,42 €	92,58%	424 729,05 €	389 999,47 €	34 729,58 €	91,82%	10,33%
Assistência técnica	168 272,31 €	162 166,13 €	95,60%	167 528,42 €	160 178,40 €	7 350,02 €	95,61%	-0,44%
Outros trabalhos especializados	349 517,03 €	345 719,65 €	99,91%	611 035,50 €	602 097,50 €	8 938,00 €	98,54%	74,82%
Serviços de saúde	22 151,40 €	22 151,40 €	100,00%	33 954,60 €	33 954,60 €	- €	100,00%	53,28%
Outros Serviços Especiais	62,73 €	62,73 €	100,00%	- €	- €	- €	-	-100,00%
Encargos de cobrança de receitas	639 210,94 €	639 210,94 €	100,00%	656 635,64 €	656 635,64 €	- €	100,00%	2,73%
Outros serviços	8 214 913,20 €	7 709 786,80 €	93,52%	8 904 172,53 €	8 396 426,95 €	507 745,58 €	94,30%	8,39%
<b>Total</b>	<b>16 923 427,08 €</b>	<b>16 293 086,67 €</b>	<b>94,14%</b>	<b>17 628 828,40 €</b>	<b>16 808 059,24 €</b>	<b>820 769,16 €</b>	<b>95,34%</b>	<b>4,17%</b>

A rubrica que apresenta o maior peso face ao total “*Outros Serviços*” diz respeito aos encargos com a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Recolha e tratamento de Afluentes – Saneamento, conforme consta do Quadro 21 – Outros Serviços.

## Quadro 21 - Outros Serviços

Outros Serviços	
Descrição	Valor pago
Tratamentos Águas Residuais / ADCL	2 963 393,03 €
Utilização do aterro da SULDOURO	867 005,45 €
Recolha de RSU e Limpeza Urbana / SUMA	2 016 176,57 €
Outros Serviços	2 549 851,90 €
<b>Total</b>	<b>8 396 426,95 €</b>

A percentagem do valor pago face ao valor faturado na aquisição de bens e na aquisição de serviços é de 96,04% e 95,34%, respetivamente, comprovando a capacidade que o Município detém em solver os seus compromissos atempadamente.



## ***Transferências Correntes***

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município atribuiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando uma clara preocupação no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como:

- transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar;
- transferências para a Administração Local – Freguesias, que se destinam a apoiar o funcionamento das suas atividades;
- transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos;
- transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras;
- transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva, e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos Subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, auxiliando nas correspondentes despesas de funcionamento.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde está presente um resumo das transferências correntes e subsídios atribuídos. O discriminativo destas transferências encontra-se espelhado no anexo dos documentos constantes da prestação de contas, nomeadamente no mapa – Transferências Correntes – Despesas.

**Quadro 22 - Evolução das Transferências Correntes e Subsídios**

	Execução		Taxa de Variação	%Desp Correntes	%Desp Total
	2018	2019			
Transferências Correntes	3 381 882,97 €	3 676 801,82 €	8,72%	8,92%	6,19%
Subsídios	1 761 000,00 €	1 725 000,00 €	-2,04%	4,19%	2,90%
Total	5 142 882,97 €	5 401 801,82 €	5,03%	13,11%	9,09%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>39 204 824,73 €</b>	<b>41 211 897,08 €</b>			<b>69,33%</b>
<b>Total Despesas</b>	<b>56 870 293,28 €</b>	<b>59 442 546,50 €</b>			<b>100,00%</b>

**Investimento Global**

Neste conceito de investimento global do Município estão incluídos o Investimento Direto - Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indireto), Ativos Financeiros e Outras despesas de capital.

A observação do próximo quadro permite refletir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

**Quadro 23 - Investimento Global**

Rubricas	2018		2019			Δ %
	Despesa Executada	%Desp Total	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	
Aquisição Bens de Capital	11 853 238,93 €	20,84%	13 165 860,06 €	22,15%	72,22%	11,07%
Transferências de Capital	1 914 319,78 €	3,37%	1 830 542,72 €	3,08%	10,04%	-4,38%
Activos Financeiros	308 807,25 €	0,54%	205 869,50 €	0,35%	1,13%	-33,33%
Outras Despesas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%	
<b>TOTAL</b>	<b>14 076 365,96 €</b>	<b>24,75%</b>	<b>15 202 272,28 €</b>	<b>25,57%</b>	<b>83,39%</b>	<b>8,00%</b>

O investimento global representa cerca de 25,57% do total da despesa realizada da autarquia e teve um incremento de cerca de 1,1 milhões de euros face ao ano anterior, que traduz uma variação de 8,00%.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 13,1 milhões de euros, que constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).



O quadro seguinte reflete a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

**Quadro 24 - Plano Plurianual Investimentos do ano 2019**

Plano Plurianual de Investimentos			
Código	Classificação Funcional	Realização Valor	Coef.%
<b>1.</b>	<b>Funções Gerais</b>	<b>485 994,11 €</b>	<b>3,69%</b>
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	463 617,79 €	3,52%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	22 376,32 €	0,17%
<b>2.</b>	<b>Funções Sociais</b>	<b>7 040 069,23 €</b>	<b>53,47%</b>
2.1.	Educação	3 232 689,66 €	24,55%
2.2.	Saúde	32 656,29 €	0,25%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	- €	0,00%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	3 137 907,54 €	23,83%
2.4.1.	Habituação	1 496 316,89 €	11,37%
2.4.2.	Ordenamento do Território	999 318,65 €	7,59%
2.4.3.	Saneamento	278 739,20 €	2,12%
2.4.4.	Abastecimento de Água	78 659,74 €	0,60%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	284 873,06 €	2,16%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	636 815,74 €	4,84%
2.5.1.	Cultura	281 024,78 €	2,13%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	355 790,96 €	2,70%
<b>3.</b>	<b>Funções Económicas</b>	<b>5 639 796,72 €</b>	<b>42,84%</b>
3.2.	Indústria e energia	1 366 889,24 €	10,38%
3.2.1.	Indústria e energia	1 366 889,24 €	10,38%
3.3.	Transportes e Comunicações	4 272 867,48 €	32,45%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	4 272 867,48 €	32,45%
3.4.	Comércio e Turismo	40,00 €	0,00%
3.5.	Outras Funções Económicas	- €	0,00%
<b>Total PPI</b>		<b>13 165 860,06 €</b>	<b>100,00%</b>

A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções educação e os transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição, evidenciando a preocupação e o compromisso com estas áreas na atuação municipal.

De seguida, apresentamos um quadro discriminado, que traduz a despesa associada às transferências de capital que representam 3,08% da despesa total e cerca de 10,04% da despesa de capital do Município.



## Quadro 25 - Transferências de Capital

Mapa Transferencias Capital - Despesa			
Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Economica	Transferências Efetivas
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASS. HUMANITARIA BOMBEIROS V. ARRIFANA	080701	17.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASS.HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS LOUROSA	080701	17.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOC. CULTURA RECREIO DA BANDA MARCIAL VALE	080701	5.750,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOCIACAO DE BEM ESTAR S. M. LAMAS	080701	56.596,83 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOCIACAO DO CENTRO SOCIAL DE ESCAPAES	080701	15.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOCIACAO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA FEIRA	080701	17.000,00 €
LEI 75/2013-ARTº_114º	ASSOCIACAO MUNICIPIOS TERRAS SANTA MARIA	08050104	16.726,63 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	ASSOCIACAO DESPORTIVA E CULTURAL DE LOBÃO	080701	10.557,75 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO DESPORTIVO E CULTURAL DE S.PAIO DE OLEIROS	080701	3.756,20 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO SOCIAL DE GIAO	080701	5.360,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO SOCIAL DE SOUTO	080701	11.650,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO SOCIAL PADRE JOSE COELHO	080701	11.650,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO SOCIAL S. MAMEIDE DE GUISANDE	080701	2.483,54 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CENTRO SOCIAL S. TIAGO DE LOBÃO	080701	4.590,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CERCH-LAMAS	080701	11.650,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CLUBE ACADEMICO DA FEIRA	080701	20.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CLUBE DESPORTIVO DE PAÇOS DE BRANDAO	080701	99.950,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	CONDOMINIO PREDIO R REG ENG ESPINHO ENT 31-BLOCO 17	080701	949,67 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	FABRICA IGREJA PAROQ.FREG.S.CRISTOVÃO N. REGEDOURA	080701	20.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	FEDESPAB - ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E DES. DE PAÇOS DE BRANDAO	080701	30.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FIRES SPORT CLUBE	080701	50.000,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE ARGONCILHE	08050102	85.544,68 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE ARRIFANA	08050102	42.353,57 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE CALDAS SÃO JORGE E DE PIGEIROS	08050102	65.267,43 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE CANEDO, VALE E VILA MAIOR	08050102	181.974,19 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE ESCAPÃES	08050102	27.995,68 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE FIÃES	08050102	64.567,87 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE FORNOS	08050102	26.831,72 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE LOBÃO, GIÃO, LOUREDO E GUISANDE	08050102	136.366,28 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE LOUROSA	08050102	58.674,93 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE MILHEIROS DE POIARES	08050102	44.436,29 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE MOZELOS	08050102	45.405,50 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE NOGUEIRA DA REGEDOURA	08050102	39.031,50 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE PAÇOS DE BRANDÃO	08050102	33.303,68 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE RIO MEAO	08050102	42.099,41 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE ROMARIZ	08050102	37.929,90 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE S. JOÃO DE VÊR	08050102	81.296,26 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE S. PAIO DE OLEIROS	08050102	30.540,83 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE SANGUEDO	08050102	29.509,03 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE SANTA MARIA DE LAMAS	08050102	37.804,03 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DO SOUTO E MOSTEIRO	08050102	63.215,63 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u) e m)	FREGUESIA SANTA MARIA DA FEIRA, TRAVANCA, SANFINS E ESPARGO	08050102	159.770,56 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	GRUPO REFLEXAO SENIOR SANTA MARIA DA FEIRA	080701	1.425,00 €
LEI 75/2013-ARTº_114º	MUNICIPIO DE S. JOAO DA MADEIRA	08050101	10.222,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	RANCHO FOLCLÓRICO "AS FLORINHAS DE RIO MEÃO"	080701	8.364,00 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	RANCHO REGIONAL DE ARGONCILHE	080701	8.942,13 €
LEI 75/2013_ARTº_33º_1º_u)	TUNA MUSICAL BRANDOENSE/ACADEMIA MUSICA P. BRANDAO	080701	40.000,00 €
	<b>TOTAL</b>		<b>1.830.542,72 €</b>

**Serviço de Dívida**

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último biénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pelo Município.

**Quadro 26 - Evolução do Serviço da Dívida**

	2018	2019
Juros	123 914,32 €	121 770,06 €
Amortizações	3 589 102,59 €	3 028 377,14 €
Amortização de Emp.curto prazo	- €	- €
<b>Total do Serviço da Dívida</b>	<b>3 713 016,91 €</b>	<b>3 150 147,20 €</b>
<b>Taxa de Crescimento do Serviço da Dívida</b>		<b>-15,16%</b>
Juros / Receita Total Cobrada	0,15%	0,14%
Juros / Despesa Total Paga	0,22%	0,21%
Juros / Despesa de Capital Paga	0,60%	0,69%
Serviço da Dívida / Receita Total Cobrada	4,37%	3,56%
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	6,48%	5,54%

**Fluxos de Caixa**

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, baseada nos princípios de caixa (cash basis) em que as receitas e as despesas são registadas no momento em que se verificam os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a vigência de 2019, aparece refletido no quadro infra, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a 70.284.171,83€, provenientes de receitas orçamentais de 66.533.621,66€ e de operações de tesouraria de 3.750.550,17€.

A despesa global totalizou o montante de 59.442.546,50€ inferior em 7.091.075,16€ relativamente à receita efetivamente cobrada, e tendo em consideração o saldo inicial de 31.715.362,99€, o saldo que transita para a gerência seguinte ascende a 41.263.693,99€. Este saldo decompõe-se em saldo de operações orçamentais com o valor de 38.806.438,15€ e em saldo de operações de tesouraria em 2.457.255,84€. Os valores considerados em operações de tesouraria correspondem a cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação no sistema de contabilidade patrimonial.

Constata-se que o valor da receita de capital é inferior à despesa de capital, do qual se infere que o Município libertou meios financeiros correntes para investir.

**Quadro 27 - Resumo dos Fluxos de Caixa**

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência Anterior	33 969 137,80 €	Despesas Orçamentais	59 442 546,50 €
Execução Orçamental	31 715 362,99 €	Correntes	41 211 897,08 €
Operações de Tesouraria	2 253 774,81 €	Capital	18 230 649,42 €
Receitas Orçamentais	66 533 621,66 €	Operações de Tesouraria	3 547 069,14 €
Correntes	62 028 146,22 €	Saldo para a Gerência Seguinte	41 263 693,99 €
Capital	4 491 109,89 €	Execução Orçamental	38 806 438,15 €
Outras	14 365,55 €	Operações de Tesouraria	2 457 255,84 €
Operações de Tesouraria	3 750 550,17 €		
<b>Total</b>	<b>104 253 309,63 €</b>	<b>Total</b>	<b>104 253 309,63 €</b>

**V. Estrutura Orçamental - Rácios**

A execução orçamental e do plano traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise direta da evolução da entidade no último período.

**Quadro 28 – Rácios**

Receita	2018	2019
Imp.Diretos / Rec. Correntes	51,51%	48,90%
Transf.Correntes / Rec. Correntes	32,86%	33,67%
Venda Bens e Serv. / Rec. Correntes	8,86%	9,29%
Rec. Correntes / Rec. Totais	95,01%	93,25%
Rec. Capital / Rec. Totais	4,99%	6,75%
Receitas Previstas / Receitas Cobradas	75,32%	70,73%
Despesa	2018	2019
Pessoal / Desp. Correntes	37,54%	37,42%
Aq.Bens e Serv. / Desp. Correntes	47,41%	46,95%
Investimentos / Desp. de Capital	67,10%	52,20%
Passivos Fin. / Desp. de Capital	20,32%	16,61%
Desp. Correntes / Desp. Total	68,94%	69,33%
Desp. Capital / Desp.Total	31,06%	30,67%
Despesas Previstas / Despesas Comprometidas	126,67%	126,94%
Rácios Financeiros	2018	2019
Pessoal / Rec. Correntes	25,41%	24,86%
Amortiz+Juros / Rec. Totais	6,09%	4,74%
Rec.Correntes / Desp.Correntes	147,74%	150,51%
Rec.Capital / Desp.Capital	17,21%	24,63%



Os rácios orçamentais registam em 2019, valores que demonstram que o Município continua a manter um controlo efetivo do seu orçamento.

As receitas correntes resultantes dos impostos diretos continuam a ser as receitas com um peso mais significativo no total das receitas correntes, 48,90% seguida das transferências correntes em 33,67%. Ao longo deste período esta situação tem-se vindo a manter, sendo a expectativa que continue, o que poderá ser atenuada com as receitas esperadas do Quadro 2020.

Ao nível das despesas, são as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços que tem o maior peso nas despesas correntes (46,95%), apesar de ter vindo a diminuir esse peso ao longo dos anos.

O equilíbrio do orçamento destes anos, constata-se pelo controlo quer ao nível da receita quer ao nível da despesa.

O peso das despesas correntes é sempre coberto pelas receitas correntes, o qual demonstra o rigor e a prudência nos pressupostos na elaboração do orçamento, bem como se pode aferir igualmente pela taxa de execução da receita corrente do Município.





## **análise do endividamento**





A 3 de setembro de 2013 foi publicada a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014, bem como a Lei n.º 75/2013 a 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

O n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, veio estabelecer um novo conceito de endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades previstas no art.º 54º, do mesmo preceituado jurídico.

Este conceito de dívida total de operações orçamentais, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- Os empréstimos, tal como definidos no nº 1 do artigo 49º;
- Os contratos de locação financeira;
- Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras;
- Todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O n.º 3 do mesmo artigo dispõe que, caso o município:

- Não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira;
- Cumpra o limite, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Este regime jurídico vem reforçar o conceito de que todas as entidades constituídas e participadas pelo município relevam para efeitos de endividamento municipal, desde que, cumpridos os requisitos legais do art. 54.º.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, introduz um novo conceito de perímetro das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, alargando esse mesmo perímetro, aos serviços municipalizados e intermunicipalizados, às entidades intermunicipais e associativas municipais, às empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, às cooperativas e fundações e, por fim, às



entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do Município.

De acordo com o artigo n.º 54 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais são:

- a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo, com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento;
- c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- d) As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- e) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total.

Após a delimitação do perímetro das entidades do Município, de acordo com a disposição legal do artigo 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, todas as entidades no âmbito geral são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município (grupo municipal), à exceção das entidades abrangidas pelo setor empresarial do Estado, como é o caso das Águas Douro e Paiva, S.A., Suldouro - Valorização e Tratamento Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. e ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A., e as abrangidas pelo setor regional, como é o caso do Turismo Porto e Norte, E.R. (artigo 54º n.º 1 alínea c).



É igualmente excluído do perímetro a Retecork, uma vez que esta entidade não tem como objeto a prossecução das atividades e das competências do Município, conforme o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Para a gerência em apreço, exclui-se do perímetro para o apuramento da dívida total a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal- no final da gerência de 2019.

Tal alteração resulta do entendimento proferido pela DGAL – Direcção-Geral das Autarquias Locais, comunicado ao município em 2019, segundo o qual, atenta a natureza da entidade ANMP, a mesma não releva para a dívida do Município a que se refere o n.º1 do artigo 52º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Em 2019, a empresa Municipal Feira Viva apresenta um resultado negativo, que de acordo com a alínea c) do n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, releva para o computo da dívida total do Município.

Porém, estabelece a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no seu artigo 2, que, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.

Quando os sócios são de direito público, nos termos do n.º 3 e 4 do art.º 40.º do RJAEL, têm que proceder obrigatoriamente à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, em limite no mês seguinte à apreciação das contas nos termos e nos prazos da lei comercial, ou seja, em regra, abril do ano seguinte àquele a que o resultado diz respeito.

Nesta conformidade, face ao que precede, e considerando a obrigatoriedade que recai sobre o Município de Santa Maria da Feira nos termos dos números 3 e 4 do art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, enquanto sócio de direito público, impõe-se a concretização de uma transferência monetária de valor equivalente à proporção da participação detida pelo Município no resultado negativo antes de impostos da empresa local.

Assim, considerando que a Feira Viva, EM é uma empresa local cujo sócio de direito público único é o Município de Santa Maria da Feira, e que apresenta resultado líquido antes de impostos negativo de 203.209,45€, deve o Município proceder a uma transferência em numerário no valor de 203.209,45€ (100% do capital) para cobertura total daquele resultado



negativo, conforme despacho proferido pelo Sr. Presidente para ser realizada obrigatoriamente no decorrer do mês de abril.

Ora, para efeitos de endividamento e uma vez articulado os artigos 19.º, 41º, 51º e 52.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com a concretização da transferência, não faz relevar a dívida total da Feira Viva, EM para o cômputo da dívida total do Município

Deste modo, a listagem das entidades relevante para efeitos de apuramento da dívida restringe-se ao seguinte quadro:

### Quadro 29 - Entidades Participadas

Entidades Participadas	%	Resultado Líquido antes de impostos	Ano a que respeita	Inclusão para efeitos de dívida total	Observações
<b>Entidades Intermunicipais e entidades associativas (alínea b) do art.º 54, n.º1)</b>					
Adritem	19,32%	Não aplicável	2019	11.032,39 €	Releva - Valores de 2019 fechadas e assinadas
Área Metropolitana do Porto	8,21%	Não aplicável	2018	125,06 €	Valores de 2018 - Não apresentou valores de 2019 - Imputação pela % da participação das despesas de funcionamento
Associação Municípios de Terras de Santa Maria da Feira	16,66%	Não aplicável	2019	87.178,17 €	Imputação pela % da participação das despesas de funcionamento -valores provisórios, não apresentou as contas de 2019 fechadas e assinadas.
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	Não aplicável	2018	5.748,69 €	Imputação pela % da participação das despesas de funcionamento -valores provisórios, valores de 2018 - não apresentou as contas de 2019
Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	5,73%	Não aplicável	2019	2.564,45 €	Imputação pela % da participação das despesas de funcionamento - valores de 2019
Associação Caminhos de Fátima	7,69%	Não aplicável	2018	618,02 €	Imputação pela % da participação das despesas de funcionamento -valores de 2018, não apresentou as contas de 2019
<b>Empresas locais e participadas (alínea c) do art.º 54 n.º 1)</b>					
Feira Viva, EM	100,00%	- 203.209,45 €	2019		Não releva - Município irá cumprir com a obrigatoriedade da cobertura de prejuízos
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA	50,00%	- 22.423,71 €	2019	327.859,91 €	Releva - resultados anuais desequilibrados não apresentou as contas finais assinadas e fechadas pelo que o Município não pode cumprir com a cobertura de prejuízos
PERM, SA	10,20%	24.925,39 €	2019	- €	Não releva - resultados anuais equilibrados
<b>Cooperativas e Fundações (alínea d) do art.º 54.º n.º1)</b>					
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	10,00%	Não aplicável	2018	20.040,12 €	Releva - Valores de 2018
<b>Outras Entidades</b>					
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	100,00%	Não aplicável	2019	1.534,78 €	Releva pela verificação dos pressupostos do artigo 75º

A informação constante decorre da remissão pela entidades à data da elaboração do presente relatório, pelo que poderá estar sujeita a qualquer alteração.

Os limites máximos de dívida que o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, podia atingir no final de 2019, seria o montante de 33.447.519,39€.

**Quadro 30 - Posição do grupo municipal**

<b>Limites para 2019</b>	
Dívida total do Grupo Municipal a 31/12 /2018	20.359.706,36 €
Margem total (150% receitas-dívida GM)	65.439.065,17 €
Possibilidade de crescimento (20% de margem)	13.087.813,03 €
<b>Limite máximo para 31/12/2019</b>	<b>33.447.519,39 €</b>
<b>Total dívida do grupo municipal a 31/12/2019</b>	<b>17.633.175,99 €</b>
<b>Margem face ao limite</b>	<b>15.814.343,41 €</b>

No início de 2019, a dívida total do grupo municipal ascendia a 20.359.706,36€, podendo no decurso de 2019 aumentar a sua dívida em 20%, ou seja, 13.087.813,03€, uma vez que se situava dentro dos limites impostos por lei.

O quadro supra permite concluir, que, apesar de existir uma margem para aumento da dívida, esta não foi utilizada pelo grupo municipal, resultando ainda numa diminuição da dívida em 2.726.530,37 € ou seja, -13,39%, totalizando uma dívida total de 17.633.175,99€.

Em 2019, a posição do grupo municipal face aos limites máximos permitidos e ao limite da média das receitas correntes, atinge 20,55% e 30,83%. Estas percentagens permitem ter a perceção do posicionamento do Grupo Municipal face ao normativo legal, desde a sua entrada em vigor (01/01/2014) até 2019, em que passa de uma situação em que detém mais dívida que o limite máximo para, uma situação inferior a 50% face ao mesmo limite.

**Limites para 2020**

Para o ano de 2020, e tendo em consideração o disposto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, abaixo se apresenta o limite máximo previsto para o ano de 2020. Alerta-se para o facto de estes limites serem provisórios uma vez que existem entidades participadas que ainda não apresentaram as suas contas assinadas, do qual poderá resultar alterações.



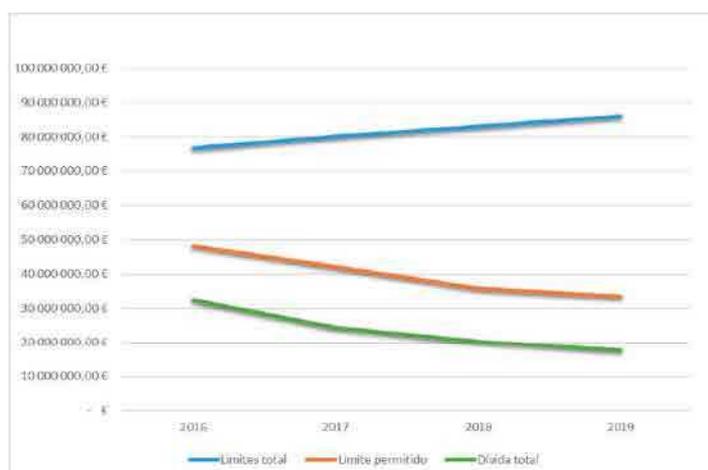
## Quadro 31 - Limites para 2020

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
Receitas Correntes Líquidas	Montante	Observações
Ano	2017	58 494 897,56 €
	2018	57 680 621,65 €
	2019	61 742 576,07 €
		177 918 095,28 €
Valor de referência (média dos 3 anos)		59 306 031,76 €
Limite máximo 150% a 31/12/2020		88 959 047,64 €
20% da margem permitida		14 265 174,33 €
LIMITE MÁXIMO PERMITIDO com inclusão dos 20% da margem para o ano de 2020		31 898 350,32 €

Como se pode constatar o Grupo Municipal, detém uma possibilidade de crescimento da sua dívida total, para 2020, em cerca de 14.265.174,33€, podendo ascender no limite máximo a 31.898.350,32€.

O gráfico abaixo permite interpretar de uma forma clara e inequívoca a posição do Município face aos limites impostos pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, e o seu comportamento ao longo dos últimos quatro anos.

Gráfico 11 – Evolução dos limites versus evolução da dívida do grupo municipal



Como se pode constatar pelo gráfico, os limites máximos (1,5 da receita corrente) têm crescido significativamente em resultado do aumento do valor das receitas correntes. Em sentido inverso, os limites permitidos (20% da margem) para aumentar a despesa, tem diminuído sucessivamente, em paridade com a dívida do grupo municipal. Afere-se ainda do gráfico, que em 2019, a dívida total, continua com a tendência de diminuição iniciada a alguns anos atrás.



# **análise económica e** financeira





## Balanço

O Balanço, do conjunto de mapas que compõem a Prestação de Contas, é aquele que permite aferir o equilíbrio económico e financeiro de uma entidade. Este mapa é o que melhor evidencia a composição do património à data em análise, bem como fornece informação objetiva, quantificável e suscetível de comparação, quer, com outras entidades quer com anos transatos.

Apresenta-se de seguida o balanço municipal à data de 31 de dezembro de 2019, com o comparativo reportado à data de 31 de dezembro de 2018.

**Quadro 32 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético**

Descrição	2018		2019		Δ 2018/2019
<b>Ativo</b>					
<b>Imobilizado</b>	273 555 505,01 €	82%	278 203 239,73 €	80%	1,70%
<b>Circulante</b>					
Existências	337 586,22 €	0%	418 662,12 €	0%	24,02%
Dividas de terceiros - curto prazo	3 294 543,21 €	2%	3 690 301,13 €	1%	12,01%
Disponibilidades	33 969 137,80 €	10%	41 263 693,99 €	12%	21,47%
Acréscimos e Diferimentos	23 093 662,40 €	7%	23 193 939,70 €	6%	0,43%
<b>Total do Ativo</b>	<b>334 250 434,64 €</b>	<b>100%</b>	<b>346 769 836,67 €</b>	<b>100%</b>	<b>3,75%</b>
<b>Fundos Próprios</b>					
Património	87 820 715,98 €	26%	87 911 690,98 €	25%	0,10%
Reservas e Ajustamentos	32 367 138,59 €	10%	33 182 564,05 €	10%	2,52%
Resultados transitados	115 666 802,53 €	35%	132 464 539,32 €	38%	14,52%
Resultados Líquidos	16 467 251,96 €	5%	13 737 409,75 €	4%	-16,58%
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>252 321 909,06 €</b>	<b>75%</b>	<b>267 296 204,10 €</b>	<b>77%</b>	<b>5,93%</b>
<b>Passivo</b>					
Provisões para Riscos e Encargos	819 805,82 €	0%	981 926,06 €	0%	19,78%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo					
Empréstimos	15 862 551,40 €	5%	13 348 369,42 €	4%	-15,85%
Acordos de Pagamento					
FAM + subvenções	250 498,00 €	0%	76 732,89 €	0%	-69,37%
Dívidas a terceiros - curto prazo					
Empréstimos MLP - componente a pagar a curto prazo	2 956 990,42 €	1%	2 513 625,63 €	1%	-14,99%
Outras dívidas	3 617 420,21 €	1%	3 957 317,77 €	1%	9,40%
Acréscimos e Diferimentos	58 421 259,73 €	17%	58 595 660,80 €	17%	0,30%
<b>Total Passivo</b>	<b>81 928 525,58 €</b>	<b>25%</b>	<b>79 473 632,57 €</b>	<b>23%</b>	<b>-3,00%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>334 250 434,64 €</b>	<b>100%</b>	<b>346 769 836,67 €</b>	<b>100%</b>	<b>3,75%</b>

Numa primeira análise é possível constatar que o Ativo Líquido obteve um acréscimo de 3,75% referente ao ano de 2018, do qual resultou um montante de 346.769.836,67€, obtido pelo ativo bruto de 461.295.372,88€. A rubrica que detém uma maior predominância no Ativo continua a ser no Imobilizado que, apesar de um aumento em termos percentuais se fixar em 1,70%, é o que mais contribui para o total do Ativo, com um montante quantificado em 278.203.239,73€, que corresponde a 80%.

Outra rubrica cujo peso no total do Ativo Líquido se destaca é a rubrica Disponibilidades que obteve um acréscimo de 21,47% totalizando o montante de 41.263.693,99€.

As existências obtiveram um incremento significativo em cerca de 24,02% traduzindo-se no montante global de 418.662,18€.

No outro membro do Balanço, o Passivo, obteve um comportamento em sentido inverso ao Ativo, com uma diminuição a totalizar 2.454.893,01€ que, corresponde a um decréscimo de 3,00%.

Os Fundos Próprios registaram um aumento no montante de 14.974.295,04€ acompanhado pelo Resultado Líquido do Exercício no montante de 13.737.409,75€.

**Gráfico 12 – Estrutura e Evolução da Autarquia**



De seguida, procederemos a uma análise individualizada e detalhada pelas principais componentes que compõem o balanço.



### ***Ativo***

Analisando em detalhe o Balanço do Município, à data de 31 de dezembro de 2019, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 346.769.836,67€, ao qual corresponde em termos brutos o valor de 461.295.372,88€.

O imobilizado continua a deter um peso bastante significativo no ativo líquido total, que reflete a ação do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

A estrutura do ativo permanece idêntica à do ano transato, com o imobilizado a deter o maior peso no ativo em 80%, seguido das disponibilidades em 12% e dos acréscimos e diferimentos em 6%.

O Ativo apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 3,75%. Todas as componentes do ativo contribuíram de uma forma favorável para este aumento, tendo sido a componente das existências a que mais contribuiu, com um aumento em 24,02%, seguido da rubrica disponibilidades que registaram um aumento de cerca de 21,47%.

### ***Imobilizado***

À semelhança do que se tem observado nos últimos anos, verifica-se que dentro das diversas componentes que compõem o Ativo Líquido, o Imobilizado permanece preponderante, representando 80%, valorizado em 278.203.239,73€.

**Quadro 33 - Evolução do Imobilizado Líquido**

	2018	2019	Δ 2018/2019
<b>Bens de domínio público</b>			
Terrenos e recursos naturais	5 120 458,81 €	5 606 340,86 €	9,49%
Edifícios	- €	- €	
Outras construções e infra-estruturas	27 569 335,13 €	28 002 259,44 €	1,57%
Bens do património histórico, artístico e cultural	201 728,38 €	201 728,38 €	0,00%
Outros bens de domínio público	180 173,24 €	179 472,03 €	-0,39%
Imobilizações em curso	1 156 445,33 €	1 687 062,45 €	45,88%
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	
<b>Imobilizações incorpóreas</b>			
Propriedade industrial e outros direitos	19 688 000,00 €	19 266 027,00 €	-2,14%
Imobilizações em curso		90 041,54 €	
<b>Imobilizações corpóreas</b>			
Terrenos e recursos naturais	50 848 629,58 €	51 869 630,35 €	2,01%
Edifícios e outras construções	134 108 419,65 €	137 497 124,99 €	2,53%
Equipamento básico	695 350,20 €	759 404,03 €	9,21%
Equipamento de transporte	668 779,39 €	1 203 496,57 €	79,95%
Ferramentas e utensílios	76 754,25 €	60 788,00 €	-20,80%
Equipamento administrativo	340 813,50 €	465 575,67 €	36,61%
Taras e vasilhame	- €	- €	
Outras imobilizações corpóreas	1 959 714,02 €	1 997 073,40 €	1,91%
Imobilizações em curso	26 274 538,26 €	24 839 164,79 €	-5,46%
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	
<b>Investimentos financeiros</b>			
Partes de capital	2 813 528,79 €	2 625 213,75 €	-6,69%
Obrigações e títulos de participação	1 852 826,50 €	1 852 826,50 €	0,00%
Outras aplicações financeira	9,98 €	9,98 €	0,00%
<b>Total</b>	<b>273 555 505,01 €</b>	<b>278 203 239,73 €</b>	<b>1,70%</b>

No imobilizado, o predomínio continua a recair sobre o imobilizado fixo de natureza corpórea que compreende o expressivo valor de 218.692.257,80€ seguido dos bens de domínio público que ascendem a 35.676.863,16€.

A variação observada em Terrenos e Recursos Naturais, teve um aumento bastante significativo, variação esta que totalizou 1.506.882,82€. Foram realizadas diversas aquisições de terrenos quer para domínio público, quer para domínio privado.

Destacam-se os terrenos adquiridos para :

- Centro Criação Artes: 580.000,00€(valor escritura), adquiridos através de permuta;
- Aquisições por Alvarás de Loteamentos: 369.576,15€ – alvarás anteriores a 2019;
- Centro Coordenador Transportes: 138.480,00€;
- Ribeira do Cáster e do Castro de Romariz: 113.271,50€.



No que concerne aos Bens Móveis, no decurso do ano de 2019, houve um investimento forte em equipamento informático, quer para os serviços municipais, quer para o parque escolar. Assim como houve igualmente um reforço em equipamentos de transporte, do qual resultou um aumento líquido de 534.717,18€.

O total das imobilizações em curso perfaz um total de 26.616.268,78€, que reflete as obras que ainda não tiveram o seu término, ou ainda não se obteve o auto de receção provisório.

Os Investimentos Financeiros apresentam uma diminuição na rubrica de Partes de Capital no valor de 188.315,04€ comparativamente ao ano transato, pela imputação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o qual determina o ajustamento dos investimentos financeiros face às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas. Sendo que, até a elaboração deste relatório a empresa Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, não enviou as contas do presente exercício económico, pelo que mantivemos os valores de 2018.

No quadro seguinte, pode identificar-se as participações do Município superiores ou iguais a 20% e os seus respetivos ajustamentos.

**Quadro 34 - Investimentos Financeiros**

Entidades Participadas	% Capital detido	Custo de aquisição <sup>1</sup>	Valor ajustado em 2017	Valor ajustado em 2018	Valor ajustado em 2019
Empresa Municipal Feira Viva	100%	942 230,83 €	1 061 963,38 €	1 057 696,35 €	869 381,31 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	50%	334 000,00 €	- €	- €	- €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20%	30 000,00 €	47 948,13 €	54 354,46 €	54 354,46 €

<sup>1</sup>Este valor inclui prestações suplementares

### **Circulante**

O ativo circulante, totaliza o montante de 45.372.657,24€, que representa 12,75% do ativo líquido total contra os 11,25% em 2018, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros de curto prazo e disponibilidades.

**Quadro 35 - Ativo Circulante**

Designação	2018	2019	Δ 2018/2019
<b>Existências</b>			
36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	337 573,38 €	418 649,28 €	24,02%
32 Mercadorias	12,84 €	12,84 €	0,00%
<b>Dívidas de Terceiros Curto Prazo</b>			
211 Clientes c/c	- €	3 594,70 €	
212 Contribuintes c/c	30 790,25 €	30 991,03 €	0,65%
213 Utentes c/c	2 033 961,11 €	1 628 734,21 €	-19,92%
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	- €	199 987,26 €	
24 Estado e Outros Entes Públicos	1 087 552,95 €	988 895,92 €	-9,07%
26 Outros devedores	142 238,90 €	838 098,01 €	489,22%
<b>Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa</b>			
11 Caixa	3 656,19 €	2 286,58 €	-37,46%
12 Depósito em instituições financeiras	33 965 481,61 €	41 261 407,41 €	21,48%
<b>Total</b>	<b>37 601 267,23 €</b>	<b>45 372 657,24 €</b>	<b>20,67%</b>

A parcela mais relevante no ativo circulante corresponde às Disponibilidades que detém 41.261.407,41€, 90,94% do total do ativo circulante e com 11,59% do total do ativo líquido.

As dívidas de terceiros de curto prazo líquidas totalizam no final de 2019, 3.690.301,13€ que corresponde a 8,13% sobre o ativo circulante e a 1,04% sobre o total do ativo. Este aumento no montante de 395.757,92€ refere-se essencialmente ao registo da dívida que o Estado tem para com a Autarquia relativa aos impostos arrecadados e ainda não remetidos a 31 de dezembro, para o Município, no montante de 988.895,92€. Pedidos de pagamento no valor de 316.069,56€, registados na conta do FEDER, também não arrecadados até 31 de dezembro.

**Acréscimos e Diferimentos - Ativo**

Em 2019, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa fixou-se no montante de 23.193.939,70€.

O quadro infra ilustra as receitas cobradas em 2019, mas cuja transferência para o Município só ocorre em 2020.

**Quadro 36 - Acréscimos e Diferimentos – Ativo**

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Ativo	Valor
27.1.1.1	Juros a receber_Depósitos à ordem	5 127,05 €
27.1.1.2	Juros a receber_Depósitos a prazo	83,33 €
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	
27.1.9.1	IMI	18 510 475,59 €
27.1.9.2	Derrama	3 663 828,00 €
27.1.9.4	RSU	580 916,82 €
27.1.9.5	DGESTE	- €
27.1.9.6	Refeições Escolares	71 496,46 €
27.1.9.9	Outros	355 345,86 €
27.2.9	Outros custos diferidos	6 666,59 €
	<b>Total</b>	<b>23 193 939,70 €</b>

A parcela dominante nos acréscimos de proveitos continua a ser da responsabilidade do Imposto Municipal de Imóveis (IMI), e da Derrama que são cobrados pela Autoridade Tributária e transferidos para o Município no ano de 2020, mas referentes ao ano de 2019.

O cálculo da receita do IMI foi efetuado com base nas listagens disponibilizadas no *site* da Autoridade Tributária, acrescido do montante transferido em janeiro de 2020, e atualizado conforme o aprovado em Assembleia Municipal a 2 de dezembro de 2019. Para a derrama, a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2020, uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor, adicionado o montante transferido em janeiro.

**Fundos Próprios**

Os Fundos Próprios municipais apresentam a 31 de dezembro de 2019, um saldo de 267.296.204,10€, tendo aumentado 14.974.295,04€, relativamente ao valor com que encerrou o ano de 2018.

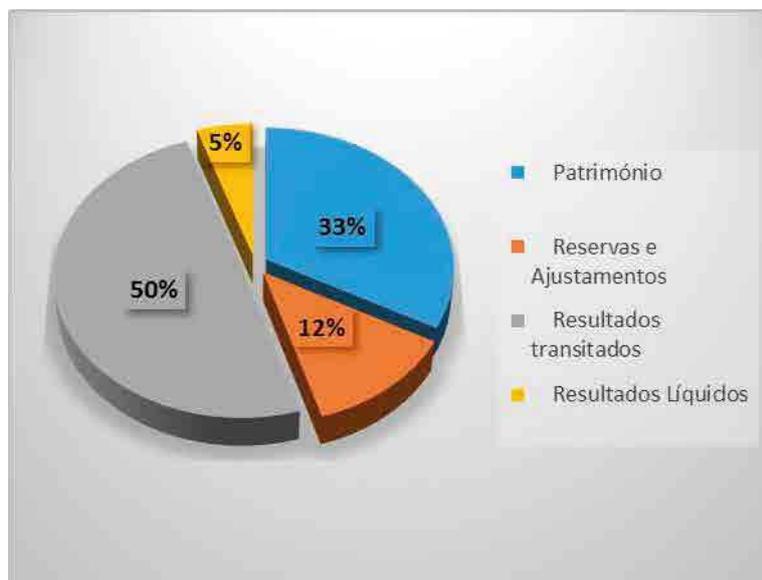
Na origem desta variação positiva está sobretudo a incorporação dos Resultados Líquidos em 16.467.251,96€, dos quais, em resultados transitados o valor de 15.643.889,36€ e em reservas legais o valor de 823.362,60€, conforme deliberação da Assembleia Municipal aquando da aprovação da Prestação de Contas de 2018.

Ainda no decurso do ano de 2019, procedemos à regularização de algumas rubricas que estavam em Imobilizado em Curso e que após devidas análises efetuamos as respetivas correções para resultados transitados as quais contribuíram negativamente.

**Quadro 37 - Fundos Próprios**

	2018		2019		Δ 2018/2019
Património	87 820 715,98 €	34,81%	87 911 690,98 €	32,89%	0,10%
Reservas e Ajustamentos	32 367 138,59 €	12,83%	33 182 564,05 €	12,41%	2,52%
Resultados transitados	115 666 802,53 €	45,84%	132 464 539,32 €	49,56%	14,52%
Resultados Líquidos	16 467 251,96 €	6,53%	13 737 409,75 €	5,14%	-16,58%
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>252 321 909,06 €</b>	<b>100%</b>	<b>267 296 204,10 €</b>	<b>100%</b>	<b>5,93%</b>

**Gráfico 13 – Peso dos Fundos Próprios**



Os Fundos Próprios aumentaram em 5,93% tendo sido o aumento dos Resultados Transitados em 14,52% o que mais contribuiu, e com um peso nos Fundos Próprios de 49,56%.

Salienta-se, ainda que, durante o exercício económico de 2019, foram identificadas situações patrimoniais, às contas do Imobilizado, que alteram a composição do património municipal e que até àquela data não tinham sido devidamente relevados.

Remete-se para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, nomeadamente, no ponto 8.2.2.8 a apreciação detalhada dos Fundos Próprios com todos os movimentos explicados e justificados.



## Passivo

Como se pode observar, à data de 31 de dezembro de 2019, o passivo total atingiu o montante de 79.473.632,57€ tendo-se verificado uma diminuição no montante de 2.454.893.01€ relativamente ao ano de 2018, que corresponde a 3,00%.

**Quadro 38 - Estrutura do Passivo**

Designação	2018	2019	Δ 2018/2019
<b>Provisões</b>	<b>819.805,82 €</b>	<b>981.926,06 €</b>	<b>19,78%</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo</b>			
Empréstimos de médio e longo prazo	15.862.551,40 €	13.348.369,42 €	-15,85%
Subvenções Reembolsáveis	147.563,25 €	76.732,89 €	-48,00%
FAM - componente a pagar de MLP	102.934,75 €		-100,00%
<b>Total Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>	<b>16.113.049,40 €</b>	<b>13.425.102,31 €</b>	<b>-16,68%</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>			
Empréstimos de MLP-componente a pagar a curto prazo	956.990,42 €	2.513.625,63 €	-14,99%
Adiantamentos por conta de vendas	143.326,00 €	266.126,00 €	85,68%
Fornecedores c/c	35.282,60 €	10.365,58 €	-70,62%
Fornecedores-Faturas em receção e conferência	767.166,40 €	1.003.298,56 €	30,78%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Fornecedores de imobilizado c/c	- €	- €	
Fornecedores de imobilizado-Faturas em receção conf.	18.468,18 €	18.436,20 €	-0,17%
Estado e outros entes públicos	149.315,01 €	206.829,90 €	38,52%
Administração autárquica	8.100,44 €	- €	-100,00%
Outros credores	415.996,36 €	241.359,67 €	-41,98%
Garantias e Cauções	2.079.765,22 €	2.210.901,86 €	6,31%
<b>Total Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>6.574.410,63 €</b>	<b>6.470.943,40 €</b>	<b>-1,57%</b>
<b>Acréscimos e diferimentos</b>			
Acréscimos de custos	2.529.015,56 €	2.374.366,12 €	-6,12%
Proveitos diferidos	55.892.244,17 €	56.221.294,68 €	0,59%
<b>Total Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>58.421.259,73 €</b>	<b>58.595.660,80 €</b>	<b>0,30%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>81.928.525,58 €</b>	<b>79.473.632,57 €</b>	<b>-3,00%</b>

Para esta redução contribuíram, com grande relevância a redução da Dívida a Terceiros exigível a Medio e Longo Prazo.

O Passivo para o período em análise mantém uma tendência decrescente, que se traduziu numa redução de 2.454.893,01€ (-3,00%), comparado com o ano de 2018. O contributo maior decorreu essencialmente das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo no montante de 2.514.181,98€. Com efeito, o valor em dívida referente aos empréstimos de médio e longo prazo ascendeu em 2019, a 13.348.368,42€. Estas reduções derivam das amortizações ordinárias.



Em síntese, o grau de dependência do Município de Santa Maria da Feira de capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo tem vindo a diminuir, tendo registado 6% em 2019, e o peso do ativo nos fundos próprios aumentaram para 78% em 2019 (em 2015 era 65% ).

### **Análise da Dívida Municipal**

Como tem sido habitual, é dedicado um espaço próprio a uma apreciação mais pormenorizada do comportamento da dívida do Município de Santa Maria da Feira, pela razão da sua importância.

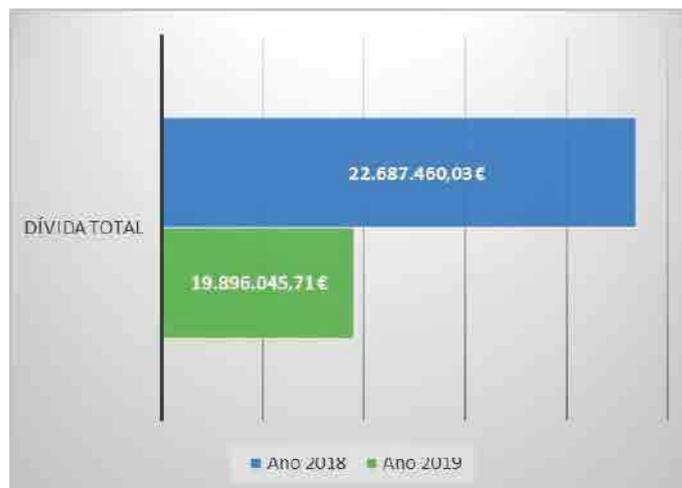
Numa primeira fase procederemos a uma análise global de toda a dívida, quer de natureza orçamental quer de natureza não orçamental. Aquando da análise da dívida de curto prazo, procederemos a uma diferenciação entre os diversos tipos de despesa.

Prosseguindo para uma análise da dívida global do Município de Santa Maria da Feira, podemos constatar pelo quadro infra, uma diminuição significativa que ascende a 2.791.414,32€, resultante maioritariamente da dívida a Terceiros de Medio e Longo prazo, com uma diminuição de 12,30%, em relação a 2018.

**Quadro 39 - Evolução da Dívida**

	Ano 2018	Ano 2019	Δ 2018/2019	Valores em absoluto 2018/2019
Dívida de médio e longo prazo	16.113.049,40 €	13.425.102,31 €	-16,68%	2.687.947,09 €
Dívida de curto prazo	6.574.410,63 €	6.470.943,40 €	-1,57%	103.467,23 €
<b>Dívida Total</b>	<b>22.687.460,03 €</b>	<b>19.896.045,71 €</b>	<b>-12,30%</b>	<b>2.791.414,32 €</b>

O quadro 39, reflete a tendência do elevado rigor e forte controlo da dívida municipal, quer ao nível do *déficit* público municipal, quer ao nível do *déficit* público nacional.

**Gráfico 14 – Evolução da Dívida Global**

Os níveis de endividamento, ao longo dos últimos anos, tem diminuído de uma forma sistemática e consistente, sustentados quer pelo controlo rigoroso da dívida de curto prazo, quer pelas amortizações dos empréstimos.

Quanto à componente dívida de curto prazo, foi aquela que registou uma menor redução, pelo facto de estar devidamente consolidada e controlada, tendência que se tem verificado ao longo dos anos.

**Gráfico 15 – Dívida de Médio e Longo Prazo / Dívida de Curto Prazo**

Como resultado desta política, o Município finalizou o ano de 2019 com 1.028,07% de liquidez imediata. Esta percentagem mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando apenas os montantes de disponibilidades.



### **Dívida a terceiros de médio e longo prazo**

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, no global, diminuíram no montante de 2.687.947,09€ comparativamente com o ano 2018, que corresponde a 16,68%.

Decorre desta evolução a redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo que diminuíram numa lógica de continuidade, ou seja, diminuição através das amortizações ordinárias dos empréstimos transitados e que totalizaram uma diminuição de 2.687.947,09€.

**Quadro 40 - Dívida de Médio e Longo Prazo**

Dívida de médio e longo prazo	Ano 2018	Ano 2019	Δ 2018/2019
- Empréstimos bancários	15.862.551,40 €	13.348.369,42 €	-15,85%
- Fundo Apoio Municipal (FAM)	102.934,75 €	- €	-100,00%
- Subvenções	147.563,25 €	76.732,89 €	-48,00%
<b>Total</b>	<b>16.113.049,40 €</b>	<b>13.425.102,31 €</b>	<b>-16,68%</b>

Ao longo do ano de 2019, o contributo mais significativo dos empréstimos para a diminuição da dívida de médio e longo prazo, são, nomeadamente:

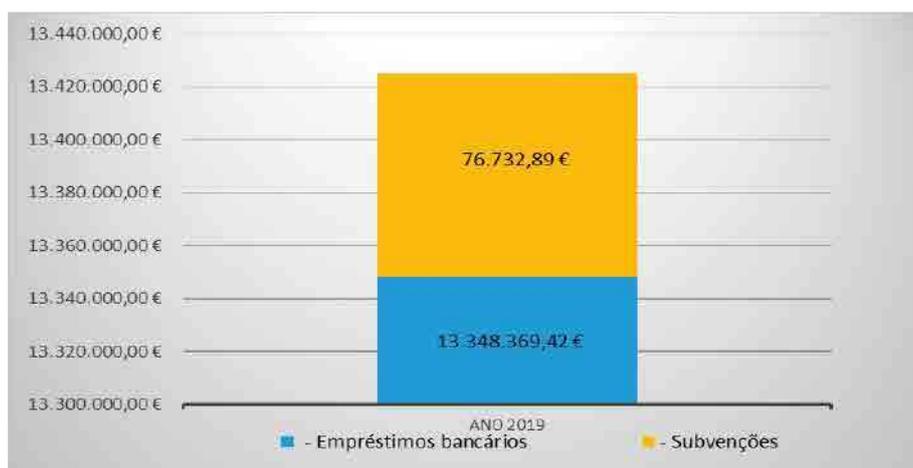
- Empréstimo PREDE, através de uma amortização ordinária no montante de 320.000€, cujo término ocorreu em 2019;
- Além do empréstimo já referido, contribuíram igualmente para uma diminuição significativa da dívida, o empréstimo do BPI, cujo destino foram diversas obras, no montante de 423.101,12€, seguido do empréstimo “Despoluição das bacias afluentes do Rio Douro no concelho de Santa Maria da Feira” cuja amortização ascendeu a 221.211,54€;
- No decurso da gerência finalizou um empréstimo, que estava subdividido por vários, de acordo com a natureza das obras:
  - Empréstimo n.º51-6623-30067031096 SantanderTotta, cujo valor contratualizado foi de 1.977.886,15€

Em relação à subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

A subscrição do capital social atribuída para o Município de Santa Maria da Feira, a partir de 2018, deixou de ser no montante de 2.882.173,05€ para ser titulada em 1.852.825,50€, terminando a última prestação em 2020, com um pagamento no montante de 102.934,75€. Este valor encontra-se refletido nas Dívidas a Curto Prazo.

Para além das rubricas já mencionadas, existe ainda o contrato de financiamento entre o Programa Operacional Temático Valorização do Território e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, assinado no âmbito da operação “EEIP – Eficiência Energética na Iluminação Pública” que teve uma diminuição de acordo com o plano estabelecido, no montante de 70.830,36€.

**Gráfico 16 – Natureza da Dívida de Médio e Longo Prazo**



### ***Dívida a terceiros de curto prazo***

A análise a realizar é o reflexo do balanço do Município com as suas devidas reclassificações, como é o caso dos empréstimos de médio e longo prazo cuja componente a pagar em 2020 aparece como dívida de curto prazo, onde incorpora igualmente a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, do Estado e de outros credores diversos, cuja evolução se encontra espelhada no quadro seguinte.

O quadro infra pretende diferenciar a dívida de curto prazo resultante da atividade do Município da dívida de operações de tesouraria e de cauções em dinheiro. Estas dívidas são cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, como operações de entradas e saídas de fundos, que não se traduzem nem em custos nem em proveitos. São operações efetuadas à margem do orçamento municipal.



Deste modo, a análise centrar-se-á, apenas na dívida resultante da atividade operacional do Município.

Quadro 41 - Dívida a Terceiros de Curto Prazo

Dívida de curto prazo	Ano 2018	Ano 2019	Δ 2018/2019
<b>Operações orçamentais</b>			
Empréstimos bancários_componente a pagar a cp	2.956.990,42 €	2.513.625,63 €	-14,99%
Adiantamento por conta de vendas	143.326,00 €	266.126,00 €	85,68%
Fornecedores conta corrente	802.449,00 €	1.013.664,14 €	26,32%
Fornecedores de imobilizado	18.468,18 €	18.436,20 €	-0,17%
Estado e Outros Entes Públicos	6.414,35 €	206.829,90 €	3124,49%
Administração Autárquica	8.100,44 €	- €	-100,00%
Outros Credores	384.887,43 €	241.359,67 €	-37,29%
<b>Total</b>	<b>4.320.635,82 €</b>	<b>4.260.041,54 €</b>	<b>-1,40%</b>
<b>Operações de Tesouraria</b>			
Estado e Outros Entes Públicos	142.900,66 €	204.387,48 €	43,03%
Outros Credores	2.110.874,15 €	2.252.868,36 €	6,73%
<b>Total</b>	<b>2.253.774,81 €</b>	<b>2.457.255,84 €</b>	<b>9,03%</b>
<b>Total Geral</b>	<b>6.574.410,63 €</b>	<b>6.717.297,38 €</b>	<b>2,17%</b>

A 31 de dezembro de 2019, e expurgando o montante de operações não orçamentais, nomeadamente, as garantias bancárias por se tratar de um ato futuro que não decorre da atividade do Município, o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 4.260.041,54€.

As dívidas a terceiros de curto prazo (apenas orçamentais) diminuíram ligeiramente no montante de 60.594,28€ relativamente ao ano de 2018, que corresponde a 1,40%. Esta diminuição deve-se a comportamentos distintos entre as diversas rubricas.

Os empréstimos de médio e longo prazo relativa à componente a pagar a curto prazo, teve uma diminuição acentuada resultante da finalização do empréstimo do PREDE que apenas deu lugar ao pagamento de uma prestação de 320.000€. Durante o ano de 2019 finalizou um empréstimo do BPI cuja amortização total ascendeu a 443.364,79€.

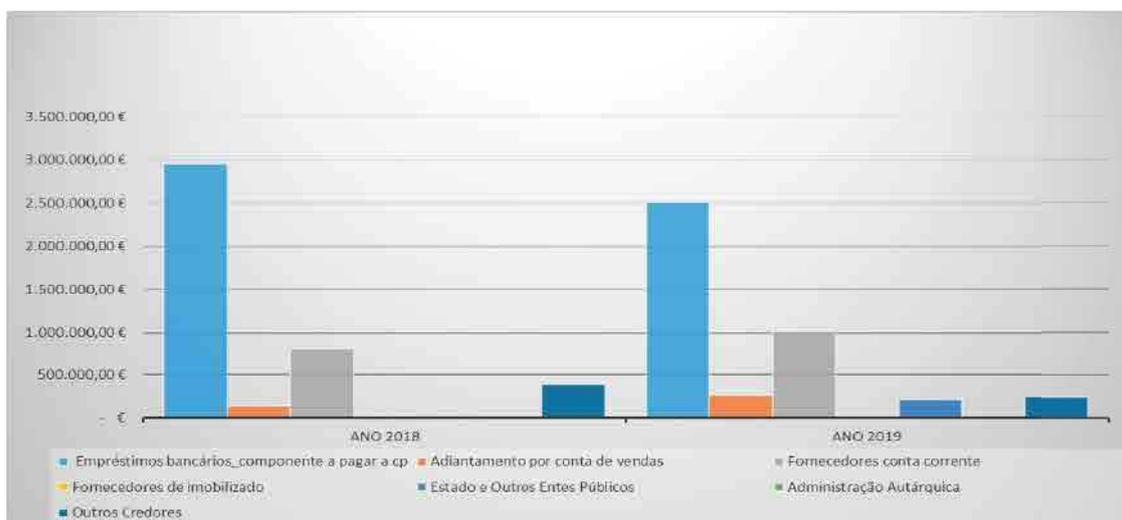
A componente Outros Credores teve uma redução ligeira, resultante da anulação do capital subscrito do FAM em 2018, com implicações em 2019 e 2020, cujo pagamento final ocorrerá em 2020 com o valor da prestação no montante de 102.934,75€.

A componente que mais contribui para o aumento da dívida de curto prazo foi a rubrica “Fornecedores Conta Corrente”, em 211.215,14€, resultante exclusivamente de faturação que deu entrada na contabilidade em janeiro de 2020, impossibilitando o pagamento das mesmas ainda no ano em apreço.

A rubrica “Adiantamentos por conta de vendas”, é a rubrica que reflete um acréscimo considerável e que corresponde às hastas públicas realizadas em 2019, cujas escrituras só serão concretizadas em 2020. O aumento verificado de 2018 para 2019, deve-se essencialmente à realização de uma hasta pública referente à venda de um terreno na Zona Industrial de Fiães (171.000€), cuja escritura irá ocorrer ainda em 2020.

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” teve igualmente um acréscimo, comparado a 2018, porém, esta dívida é exclusivamente relativa a operações não orçamentais, que não traduzem despesa efetivamente suportada pelo Município, uma vez que respeitam a operações de tesouraria. Ou seja, são cobranças que os serviços autárquicos efetuam por conta de terceiros, funcionando apenas como meras entradas e saídas de valores, que não têm enquadramento orçamental, nem custos ou proveitos associados. Como exemplo, temos as retenções realizadas nos vencimentos como IRS, CGA, Segurança Social, retenções por falta de certidões validas da segurança social e finanças, entre outras.

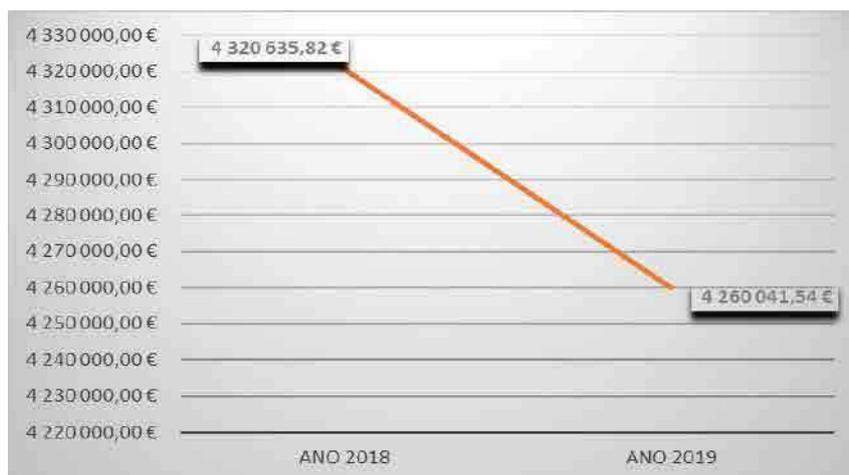
**Gráfico 17 – Natureza da Dívida de Curto Prazo**



Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, diminui de 2018 para 2019, em cerca de 60.594,28€ que corresponde, a uma diminuição de 1,40%. Estes valores não são significativos, porquanto, e, como já referido em relatórios anteriores a dívida de curto prazo está estável, sendo que, estas oscilações referem-se, essencialmente a faturas que entraram no Município em janeiro de 2020, impossibilitando o seu pagamento ainda no decorrer de 2019.

A sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro dos prazos estabelecidos.

**Gráfico 18 – Evolução da dívida de curto prazo**



Para efeitos do cálculo do Prazo Médio de Pagamentos e de acordo com instruções da IGF, expurgamos as regularizações do imobilizado, que atualmente são consideradas, recalculando assim um prazo médio de pagamentos que ascende a 9 dias.

Apraz registar a trajetória decrescente e constante do prazo médio de pagamento a fornecedores desde de 2010, posicionando-se em 2019, com um PMP de 9 dias. Prazo este que se vem mantendo desde 2014 num nível extraordinariamente baixo, inferior a 30 dias.

**Quadro 42 - Prazo Médio de Pagamentos**

PMP				
Anos	2016	2017	2018	2019
Nº Dias	12	13	13	9

**Gráfico 19 – Evolução do prazo médio de pagamento**

Em síntese, o Município apresenta um nível de endividamento global decrescente, consistente e contínuo, o que demonstra o rigor com que se tem pautado a sua atividade, tendo em 2019, atingido o montante de 17.685.143,85 € (sem Operações de Tesouraria), sendo de salientar:

- A diminuição da recuperação da dívida de curto prazo municipal, que passou para 1 dia, no ano em apreço, tendo em conta as receitas regulares;
- A taxa de cobertura da dívida municipal pela receita total disponível, sem considerar os passivos financeiros cobrados atinge em 2019, 493,81%.
- Reduzidos montantes em dívida desta natureza, apenas (2018: 1.746.415,91€ - sem Operações de Tesouraria e sem Empréstimos a Pagar no curto prazo);
- Um saldo orçamental, que permite uma taxa de cobertura da dívida originariamente de curto prazo correspondente em 614,29%;
- Prazo médio de pagamentos a terceiros e a fornecedores, em 2019, foi de 9 dias.

**Acréscimos e Diferimentos – Passivo****Quadro 43 - Acréscimos e Diferimentos - Passivo**

Contas	Acréscimos e Diferimentos - Passivo	Valor
27.3.1	Seguros a liquidar	4 560,77 €
27.3.2	Remunerações a liquidar	1 965 997,72 €
27.3.3.1	Juros a liquidar_Empréstimos de médio e longo prazo	18 851,64 €
27.3.4	Custos correntes (água, eletricidade, aquecimento)	288 188,76 €
27.3.5	Prestação de serviços	38 682,99 €
27.3.9	Outros acréscimos de custos	58 084,24 €
27.4.5	Subsídios para investimento	56 192 951,08 €
27.4.9	Outros proveitos diferidos	28 343,60 €
<b>Total</b>		<b>58 595 660,80 €</b>

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios são os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores.

No que concerne aos acréscimos, destaca-se as remunerações a pagar em 2020, no montante de 1.965.997,72€, cujo custo deverá onerar o exercício a que respeita, ou seja, 2019.

A conta “Custos Correntes” teve uma diminuição significativa relativamente ao ano transato, devido à faturação da eletricidade, ter sido maioritariamente remetida atempadamente pelo fornecedor GALPOWER SA, o mesmo não se tinha verificado em 2019.

Do total dos acréscimos de custos a parcela com maior expressividade respeita a reconhecimento dos subsídios para investimento, no montante global de 56.192.951,08€.

No decurso do ano de 2019, ficaram concluídas as seguintes obras financiadas: “Escola Básica de Fornos” e “Reabilitação da quinta do castelo”.

Como garante do controlo de cada candidatura realizada, anexa-se mapa onde constam todas as obras e a sua imputação de acordo com os financiamentos obtidos.



## Quadro 44 - Controlo Financiamentos Obtidos

Designação obras	Ano utilização	Valor recebido	Amortizações			conta 27.4.5
			Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2019 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Ordenamento Valorização e Requalificação dos Margens do caster	2008	211 372,90 €	116 255,11 €	10 568,65 €	126 823,76 €	84 549,14 € 27.4.5.1.1.1.02.01
Conclusão do Interceptor do Caster	2009	56 382,31 €	28 191,14 €	2 819,11 €	31 010,25 €	25 372,06 € 27.4.5.1.1.1.02.02
Requalificação da Rua dos Descobrimentos	2008	115 486,08 €	63 517,35 €	5 774,31 €	69 291,66 €	46 194,42 € 27.4.5.1.1.1.02.03
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	108 815,11 €	50 179,34 €	8 363,22 €	58 542,56 €	50 272,55 € 27.4.5.1.1.1.02.04
Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe	2015	1 138 886,73 €	56 944,34 €	14 236,08 €	71 180,42 €	1 067 706,31 € 27.4.5.1.1.1.03
Jardim de Infância de Igreja, Sanguedo	2013	243 292,18 €	27 876,19 €	4 176,99 €	32 053,18 €	211 239,00 € 27.4.5.1.1.1.04
Veículos Electricos	2017	13 216,87 €	2 643,38 €	1 321,69 €	3 965,06 €	9 251,81 € 27.4.5.1.1.1.05
Reparação de Infraestruturas Rodoviárias Municipais Danificadas pelos Eventos Climatericas	2017	9 590,72 €	959,07 €	479,54 €	1 438,61 €	8 152,11 € 27.4.5.1.1.2.01
Acesso Internet Wireless Publico Stª Mª Feira	2018	50 000,00 €	12 500,00 €	12 500,00 €	25 000,00 €	25 000,00 € 27.4.5.1.1.3.01
Centro Escolar Souto Nogueira da Regedoura	2011	840 035,57 €	104 514,69 €	11 725,65 €	116 240,35 €	723 795,22 € 27.4.5.4.1.1.01
Reabilitação e Gestão Activa do Corredor Ecológico do Rio Uíma	2014	449 413,16 €	114 888,68 €	22 685,66 €	137 574,34 €	311 838,82 € 27.4.5.4.1.1.02
Requalificação/Ampliação Escola Básica Paços de Brandão	em curso	3 221 390,47 €	- €	- €	- €	3 221 390,47 € 27.4.5.4.1.1.03
Centro Escolar S. Domingos - Argoncilhe	2011	532 223,88 €	64 976,55 €	8 078,09 €	73 054,63 €	459 169,25 € 27.4.5.4.1.1.04
Centro Escolar de Louredo	2011	627 805,12 €	76 310,12 €	8 500,87 €	84 810,99 €	542 994,13 € 27.4.5.4.1.1.05
Centro Escolar de Igreja Lobão	2011	990 663,10 €	134 018,14 €	13 084,22 €	147 102,36 €	843 560,74 € 27.4.5.4.1.1.06
Centro Escolar de Igreja Lourosa	2013	898 700,09 €	90 863,28 €	14 176,32 €	105 039,60 €	793 660,49 € 27.4.5.4.1.1.07
Centro Escolar de Arraial - Sanguedo	2012	662 631,01 €	81 073,54 €	11 062,95 €	92 136,49 €	570 494,52 € 27.4.5.4.1.1.08
Centro Escolar de Mosteiró	2012	1 223 263,94 €	138 799,18 €	19 674,25 €	158 473,43 €	1 064 790,51 € 27.4.5.4.1.1.09
Centro Escolar Chão do Monte - Lamas	2011	325 378,61 €	52 743,18 €	4 315,41 €	57 058,59 €	268 320,02 € 27.4.5.4.1.1.10
Centro Escolar de Espargo	2012	792 250,89 €	90 058,96 €	13 784,18 €	103 843,13 €	688 407,75 € 27.4.5.4.1.1.11
Centro Escolar S. João Vêr	2013	1 944 104,65 €	181 477,85 €	30 021,13 €	211 498,99 €	1 732 605,66 € 27.4.5.4.1.1.12
Centro Escolar de Valrico Souto	2011	621 427,75 €	75 358,68 €	10 354,92 €	85 713,60 €	535 714,15 € 27.4.5.4.1.1.13
Requalificação Pedonal do Centro da Cidade de Stª Mª Feira	2017	27 540,45 €	4 141,41 €	4 141,41 €	8 282,83 €	19 257,62 € 27.4.5.4.1.1.14
Criação Escola Básica de Santa Maria da Feira	em curso	5 333 657,20 €	- €	- €	- €	5 333 657,20 € 27.4.5.4.1.1.15
Museu Convento dos Loios	2008	612 248,05 €	129 174,53 €	7 001,06 €	136 175,60 €	476 072,45 € 27.4.5.4.1.1.16
Ampliação do Museu Convento dos Lóios	2014	525 504,17 €	85 025,96 €	16 892,75 €	101 918,72 €	423 585,45 € 27.4.5.4.1.1.16
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	561 213,67 €	168 364,10 €	28 060,68 €	196 424,78 €	364 788,89 € 27.4.5.4.1.1.17
Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua	2015	1 743 206,27 €	167 782,63 €	44 900,86 €	212 683,49 €	1 530 522,78 € 27.4.5.4.1.1.18
Centro Escolar de Canedo	2015	1 381 035,82 €	133 248,65 €	29 328,11 €	162 576,76 €	1 218 459,06 € 27.4.5.4.1.1.19
Tec Escolas Digitais	2013	87 401,00 €	65 550,78 €	10 925,13 €	76 475,90 €	10 925,10 € 27.4.5.4.1.1.20
Biblioteca Municipal 3ª fase	2000	813 738,93 €	659 289,31 €	8 967,07 €	668 256,38 €	145 482,55 € 27.4.5.4.1.1.21
Complexo Desportivo e Ampliação da Piscina Calvario de Fiães	2007	553 974,20 €	83 096,13 €	6 924,68 €	90 020,81 €	463 953,37 € 27.4.5.4.1.1.22
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª Fase	2005	427 175,81 €	279 866,19 €	21 358,79 €	301 224,98 €	125 950,83 € 27.4.5.4.1.1.23
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª Fase	2005	473 596,20 €	290 697,81 €	23 679,81 €	314 377,62 €	159 218,58 € 27.4.5.4.1.1.24
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	443 038,94 €	248 456,99 €	18 721,15 €	267 178,14 €	175 860,80 € 27.4.5.4.1.1.25
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira	2005	237 423,72 €	115 588,92 €	9 672,59 €	125 261,51 €	112 162,21 € 27.4.5.4.1.1.26
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho - 2ª fase	2004	358 385,73 €	268 318,93 €	17 919,29 €	286 238,22 €	72 147,51 € 27.4.5.4.1.1.27
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Santa Maria da Feira	2006	376 323,61 €	180 966,93 €	16 248,90 €	197 215,83 €	179 107,78 € 27.4.5.4.1.1.28
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial na Rua de S. Tiago - Lobão	2005	222 424,78 €	155 697,35 €	11 121,24 €	166 818,59 €	55 606,19 € 27.4.5.4.1.1.29
Construção de Redes de Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais nas EN's 222 e 223	2005	593 123,07 €	422 949,88 €	47 194,27 €	470 144,15 €	122 978,92 € 27.4.5.4.1.1.30
Construção/Remodelação das Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Vila Boa, Stª Mª da Feira	2005	205 528,86 €	143 870,19 €	10 276,44 €	154 146,63 €	51 382,23 € 27.4.5.4.1.1.31
Abastecimento de água e saneamento na via estruturante Paços de Brandão/Riomeão - EN 109.04	2004	252 566,29 €	189 424,74 €	12 628,32 €	202 053,06 €	50 513,23 € 27.4.5.4.1.1.32
Redes de abastecimento de água na Vergada e Ermil e redes de drenagem em Ermil-Mozelos, Stª Mª Feira	2004	164 216,70 €	123 162,55 €	8 210,84 €	131 373,38 €	32 843,32 € 27.4.5.4.1.1.33
Abastecimento de água e saneamento na Póvoa e Framil - Canedo	2002	222 571,88 €	178 294,13 €	11 128,59 €	189 422,72 €	33 149,16 € 27.4.5.4.1.1.34
Abastecimento de água, drenagem domestica e pluvial Vergada (Mozelos) Ferradal e Gualtar( Fiaes)	2002	206 357,02 €	167 877,48 €	10 317,85 €	178 195,33 €	28 161,69 € 27.4.5.4.1.1.35
Drenagem Doméstica e Pluvial nos lugares de Casas e Lourosela	2002	423 644,02 €	360 097,41 €	21 182,20 €	381 279,61 €	42 364,41 € 27.4.5.4.1.1.36
Etar da Remolha	2002	574 510,34 €	122 083,45 €	7 181,38 €	129 264,83 €	445 245,51 € 27.4.5.4.1.1.37
Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais em Santa Maria da Feira	2002	336 662,40 €	286 163,04 €	16 833,12 €	302 996,16 €	33 666,24 € 27.4.5.4.1.1.38
Redes de Drenagem Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	384 185,01 €	169 201,18 €	12 939,25 €	182 140,43 €	202 044,58 € 27.4.5.4.1.1.39
Redes de Drenagem de Águas Pluviais no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	250 845,31 €	161 599,22 €	12 542,26 €	174 141,48 €	76 703,83 € 27.4.5.4.1.1.40
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	447 000,03 €	34 977,73 €	8 149,47 €	102 527,20 €	344 472,83 € 27.4.5.4.1.1.41
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2008	319 378,41 €	74 624,07 €	6 784,01 €	81 408,07 €	237 970,34 € 27.4.5.4.1.1.42
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2008	392 082,01 €	192 748,16 €	17 457,51 €	210 205,67 €	181 876,34 € 27.4.5.4.1.1.43



Designação obras	Ano utilização	Valor recebido	Amortizações			conta 27.4.5
			Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2019 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 5ª fase	2008	235 621,04 €	111 946,92 €	10 126,87 €	122 073,79 €	113 547,25 € 27.4.5.4.1.1.44
Redes de Abastecimento de água em Canedo e Vale, Stª Mª Feira	2007	326 205,58 €	134 550,57 €	12 104,42 €	146 654,99 €	179 550,59 € 27.4.5.4.1.1.45
Requalificação do Espaço Urbano em Stª Mª Feira	2004	272 189,05 €	182 594,64 €	11 817,54 €	194 412,18 €	77 776,87 € 27.4.5.4.1.1.46
Recuperação da Casa dos Condes de Fijó	2001	179 603,68 €	64 657,31 €	3 592,07 €	68 249,39 €	111 354,29 € 27.4.5.4.1.1.47
Requalificação Urbana no Concelho de Stª Mª Feira	2005	194 383,83 €	114 715,92 €	9 719,19 €	124 435,11 €	69 948,72 € 27.4.5.4.1.1.48
Recuperação/Ampliação de Escolas Primárias do Concelho	2004	400 192,91 €	105 124,38 €	5 892,77 €	111 017,15 €	289 175,76 € 27.4.5.4.1.1.49
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2003	231 674,89 €	178 655,64 €	11 583,74 €	190 239,38 €	41 435,51 € 27.4.5.4.1.1.50
Construção da Escola Pré-Primária de S. Domingos, Argoncilhe	2004	164 425,02 €	31 018,69 €	2 055,31 €	33 074,01 €	131 351,01 € 27.4.5.4.1.1.51
Construção, Recuperação e Ampliação de Escolas no Concelho, 2ª fase	2004	333 747,03 €	58 597,37 €	4 171,84 €	62 769,20 €	270 977,83 € 27.4.5.4.1.1.52
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2005	363 019,41 €	216 981,28 €	15 174,01 €	232 155,29 €	130 864,12 € 27.4.5.4.1.1.53
Recuperação e Ampliação da Escola nº1 Paços Brandão	2007	271 600,00 €	40 740,00 €	3 395,00 €	44 135,00 €	227 465,00 € 27.4.5.4.1.1.54
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2004	207 155,33 €	135 828,47 €	10 357,77 €	146 186,24 €	60 969,09 € 27.4.5.4.1.1.55
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	129 687,41 €	82 882,61 €	6 484,37 €	89 366,98 €	40 320,43 € 27.4.5.4.1.1.56
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	361 937,21 €	186 524,48 €	15 893,62 €	202 418,10 €	159 519,11 € 27.4.5.4.1.1.57
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 4ª Fase	2005	192 302,03 €	94 631,87 €	6 889,22 €	101 521,10 €	90 780,93 € 27.4.5.4.1.1.58
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 3ª Fase	2004	275 477,30 €	198 171,19 €	13 773,86 €	211 945,06 €	63 532,24 € 27.4.5.4.1.1.59
Fechos de Rede em várias freguesias do Concelho	2004	446 405,29 €	345 242,92 €	22 320,26 €	367 563,19 €	78 842,10 € 27.4.5.4.1.1.60
Construção das Redes de Abastecimento de Água e Drenagem Pluvial em Monte de Cima Lodeiro-Paços de Brandão	2004	357 154,29 €	267 865,70 €	17 857,71 €	285 723,41 €	71 430,88 € 27.4.5.4.1.1.61
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 1ª Fase	2003	453 869,05 €	109 241,00 €	7 036,18 €	116 277,18 €	337 591,87 € 27.4.5.4.1.1.62
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 2ª Fase	2003	462 149,97 €	352 737,25 €	23 107,50 €	375 844,75 €	86 305,22 € 27.4.5.4.1.1.63
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 3ª Fase	2003	217 057,57 €	156 445,39 €	10 852,88 €	167 298,27 €	49 759,30 € 27.4.5.4.1.1.64
Reservatórios 1ª fase	2009	1 012 445,18 €	124 785,38 €	12 655,57 €	137 440,95 €	875 004,23 € 27.4.5.4.1.1.65
Reservatórios 2ª fase	2009	943 937,49 €	119 467,00 €	11 799,22 €	131 266,22 €	812 671,27 € 27.4.5.4.1.1.66
Remodelação e Ampliação do Edifício das Termas das Caldas de S. Jorge	2003	2 183 215,97 €	873 880,33 €	21 208,47 €	895 088,80 €	1 288 127,17 € 27.4.5.4.1.1.67
Parque Empresarial da Cortiça (Via de acesso) -1ª Fase	2009	1 608 709,49 €	812 440,50 €	80 442,93 €	892 883,42 €	715 826,07 € 27.4.5.4.1.1.68
Zona Industrial de Soutelo - Fiães	2006	984 856,79 €	640 156,91 €	49 242,84 €	689 399,75 €	295 457,04 € 27.4.5.4.1.1.69
Zona Industrial de Romariz - Santa Maria da Feira	2005	907 758,95 €	635 431,27 €	45 387,95 €	680 819,21 €	226 939,74 € 27.4.5.4.1.1.70
Projecto Despertar Novos Museus	2007	97 971,05 €	97 971,05 €	- €	97 971,05 €	- € 27.4.5.4.1.1.71
Museu Papel	2008	585 128,23 €	116 393,11 €	7 296,90 €	123 690,01 €	461 438,22 € 27.4.5.4.1.1.72
Reabilitação EN 327	2008	1 500 000,00 €	825 000,00 €	75 000,00 €	900 000,00 €	600 000,00 € 27.4.5.4.1.1.73
Construção de Pontões Derrocados Pelas Cheias -1ª Fase	2003	223 897,87 €	179 118,33 €	11 194,90 €	190 313,22 €	33 584,65 € 27.4.5.4.1.1.74
Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do caster	2008	264 090,00 €	145 249,50 €	13 204,50 €	158 454,00 €	105 636,00 € 27.4.5.4.1.1.75
Construção da Escola Fixa de Trânsito de Fiães, Santa Maria da Feira	2010	135 394,97 €	15 231,94 €	1 692,44 €	16 924,38 €	118 470,60 € 27.4.5.4.1.1.76
Recuperação e Ampliação do Edifício na Rua Dr. Elisio de Castro em Santa Maria da Feira	2006	72 898,03 €	11 845,94 €	911,23 €	12 757,16 €	60 140,87 € 27.4.5.4.1.1.77
Reordenamento de instalações das Redes de Educação Pre-escolar e do Ensino Básico - Construção da Escola EB1 Murado, Mozelos	2009	460 736,79 €	74 062,60 €	5 523,92 €	79 586,52 €	381 150,27 € 27.4.5.4.1.1.78
Construção do Prolongamento e Electrificação da Via Estruturante do Eixo Industrial Norte e Construção da Rotunda do Casalinho	2005	809 156,05 €	582 170,69 €	40 457,80 €	622 628,49 €	186 527,56 € 27.4.5.4.1.1.79
Beneficiação do CM 1025 (Igreja/Pousadela/EN14)	2002	169 840,72 €	144 364,59 €	8 492,03 €	152 856,62 €	16 984,10 € 27.4.5.4.1.1.80
Revitalização do Centro Histórico de Santa Maria da Feira	2002	231 556,50 €	173 864,85 €	11 577,82 €	185 442,67 €	46 113,83 € 27.4.5.4.1.1.81
Fundo Coesão	2013	7 299 104,95 €	416 503,69 €	68 475,46 €	484 979,15 €	6 814 125,80 € 27.4.5.4.1.1.82
EDV Digital		619 680,37 €	619 680,37 €	- €	619 680,37 €	- € 27.4.5.4.1.1.83
Espaço NET - Espaço Internet de Santa Maria da Feira	2003	56 043,77 €	56 043,77 €	- €	56 043,77 €	- € 27.4.5.4.1.1.84
Construção e Instalação do Centro de Informação Turística de Santa Maria da Feira	2015	303 789,24 €	30 088,95 €	4 805,16 €	34 894,11 €	268 895,13 € 27.4.5.4.1.1.85
EDV Digital Sama	2015	463 033,21 €	463 033,21 €	- €	463 033,21 €	- € 27.4.5.4.1.1.86
Pavilhão Desportivo de S. João de Vêr_NORTE-10-0153-FEDER-000027	2017	453 442,98 €	11 336,07 €	5 668,04 €	17 004,11 €	436 438,87 € 27.4.5.4.1.1.87
Requalificação da EB1 de S.Paio Oleiros_NORTE-10-0144-FEDER-000587	2017	80 931,98 €	2 129,79 €	1 064,89 €	3 194,68 €	77 737,29 € 27.4.5.4.1.1.88
Sistemas de Comunicação-Protecção Civil_POVT-12-0436-FCOES-000238	2017	5 123,97 €	1 707,99 €	854,00 €	2 561,99 €	2 561,98 € 27.4.5.4.1.1.90
Repavimentacao_pavilhao_lourosa	2017	52 697,13 €	8 107,25 €	4 053,62 €	12 160,87 €	40 536,26 € 27.4.5.4.1.1.92
Edificio_Multiusos_Argoncilhe	2017	178 359,98 €	5 024,22 €	2 512,11 €	7 536,34 €	170 823,64 € 27.4.5.4.1.1.93
Execucao_Ciclovia_SJVer	2017	64 269,29 €	10 711,55 €	5 355,77 €	16 067,32 €	48 201,97 € 27.4.5.4.1.1.94
Promoção segurança rodoviária peões nos centros urbanos SMF	2017	925 138,00 €	121 182,27 €	60 591,13 €	181 773,40 €	743 364,60 € 27.4.5.4.1.1.95
Promoção segurança rodoviária nos centros urbanos do Município de SMFeira	2017	521 969,16 €	66 857,08 €	33 428,54 €	100 285,62 €	421 683,54 € 27.4.5.4.1.1.96
Autarquia Digital_NORTE-09-0550-FEDER-000055	2018	333 494,47 €	161 322,85 €	107 946,22 €	269 269,07 €	64 225,40 € 27.4.5.4.1.1.97



Designação obras	Ano utilização	Valor recebido	Amortizações			conta 27.4.5
			Amortizações anteriores (1)	Amortizações Exercício 2019 (2)	Amortizações acumuladas (1+2)	
Reabilitação da quinta do castelo	2019	1 560 097,88 €	- €	86 023,13 €	86 023,13 €	1 474 074,75 € 27.4.5.4.1.1.98
Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social	em curso	8 131,67 €	- €	- €	- €	8 131,67 € 27.4.5.4.1.1.99.01
Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social	em curso	8 131,67 €	- €	- €	- €	8 131,67 € 27.4.5.4.1.1.99.02
Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social	em curso	161 145,66 €	- €	- €	- €	161 145,66 € 27.4.5.4.1.1.99.03
Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social	em curso	151 225,48 €	- €	- €	- €	151 225,48 € 27.4.5.4.1.1.99.04
Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social	em curso	194 415,00 €	- €	- €	- €	194 415,00 € 27.4.5.4.1.1.99.05
Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social	em curso	138 841,37 €	- €	- €	- €	138 841,37 € 27.4.5.4.1.1.99.06
Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social	em curso	8 131,67 €	- €	- €	- €	8 131,67 € 27.4.5.4.1.1.99.07
Reabilitação dos Empreendimentos de Habitação Social de Milheirós de Poiares e Paços de Brandão	em curso	110 827,96 €	- €	- €	- €	110 827,96 € 27.4.5.4.1.1.99.08
ReabHabSocialMilheirosPBrandao	em curso	78 199,76 €	- €	- €	- €	78 199,76 € 27.4.5.4.1.1.99.09
Redefinição da Hierarquia Viária no Centro da Cidade de Fiães I/II/III Fase	em curso	121 345,35 €	- €	- €	- €	121 345,35 € 27.4.5.4.2.1.01
Escola Básica de Fornos	2019	79 757,38 €	- €	1 062,50 €	1 062,50 €	78 694,88 € 27.4.5.4.2.1.02
Redefinição da Hierarquia Viária no Centro da Cidade de Fiães IV Fase	em curso	533,63 €	- €	- €	- €	533,63 € 27.4.5.4.2.1.03
Arquivo Municipal	em curso	91 548,27 €	- €	- €	- €	91 548,27 € 27.4.5.4.2.1.04
Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães - 2ª Fase	2016	762 829,57 €	30 574,01 €	9 848,63 €	40 422,65 €	722 406,92 € 27.4.5.4.3.1
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B2)	2015	2 634 315,02 €	148 789,02 €	37 197,25 €	185 986,27 €	2 448 328,75 € 27.4.5.4.4.1
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B3)	2015	2 084 904,77 €	72 347,08 €	18 086,77 €	90 433,85 €	1 994 470,92 € 27.4.5.4.4.2
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B4)	2015	1 470 615,52 €	88 355,66 €	22 088,91 €	110 444,57 €	1 360 170,95 € 27.4.5.4.4.3
Recuperação das Pedreiras de Lourosa	2017	1 616 634,01 €	52 580,40 €	19 981,36 €	72 561,76 €	1 544 072,25 € 27.4.5.4.4.4
Eficiência Energética na Iluminação Pública	2016	374 205,42 €	140 327,04 €	46 775,68 €	187 102,72 €	187 102,71 € 27.4.5.4.4.5
Eficiência Energética na Iluminação Pública II,III	em curso	991 203,24 €	- €	- €	- €	991 203,24 € 27.4.5.4.4.6
Requalificação da Escola Coelho e Castro de Fiães	em curso	170 872,44 €	- €	- €	- €	170 872,44 € 27.4.5.4.4.7
Edufeira_inovamos para o sucesso	em curso	16 979,02 €	- €	- €	- €	16 979,02 € 27.4.5.4.5.1
Mobilidade para todos	2013	57 055,48 €	32 430,81 €	4 631,42 €	37 062,23 €	19 993,25 € 27.4.5.4.7.1
Caldas RiverNatura	2014	115 112,23 €	27 027,46 €	5 755,61 €	32 783,07 €	82 329,16 € 27.4.5.4.7.2
Bacias - Suldouro		667 000,00 €	667 000,00 €	- €	667 000,00 €	- € 27.4.5.5.2.1
<b>Total</b>		<b>77 325 480,98 €</b>	<b>19 259 636,75 €</b>	<b>1 872 893,17 €</b>	<b>21 132 529,92 €</b>	<b>56 192 951,08 €</b>



## Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município durante o ano de 2019.

**Quadro 45 - Demonstração de Resultados**

CÓDIGO DAS CONTAS	CONTAS	EXERCÍCIOS			
		2019		2018	
	<b>Custos e perdas</b>				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	2.800,38 €		6.670,23 €	
	Matérias	1.256.596,98 €	1.259.397,36 €	1.149.310,45 €	1.155.980,68 €
62	Fornecimento e serviços externos		19.510.221,60 €		18.537.773,51 €
	Custos com o pessoal				
641+642	Remunerações	11.911.075,74 €		11.348.604,94 €	
643 a 648	Encargos sociais	3.494.003,83 €	15.405.079,57 €	3.352.202,39 €	14.700.807,33 €
63	Transf. e subs. correntes concedidos e prestações sociais		5.396.144,62 €		5.126.054,05 €
66	Amortizações do exercício		8.978.306,74 €		8.295.698,72 €
67	Provisões do exercício		899.073,56 €		894.630,39 €
65	Outros custos operacionais		150.501,60 €		164.953,97 €
	(A)		51.598.725,05 €		48.875.898,65 €
68	Custos e perdas financeiras		296.615,24 €		121.144,61 €
	(C)		51.895.340,29 €		48.997.043,26 €
69	Custos e perdas extraordinários		4.243.218,59 €		2.561.229,87 €
	(E)		56.138.558,88 €		51.558.273,13 €
88	Resultado Líquido do exercício		13.737.409,75 €		16.467.251,96 €
	(X)		69.875.968,63 €		68.025.525,09 €
	<b>Proveitos e ganhos</b>				
7111	Vendas e prestações de serviços				
7112+7113+7119	Venda de mercadorias			4.954,00 €	
	Vendas de produtos				4.954,00 €
			- €		
712	Prestações de serviços	8.785.650,76 €	8.785.650,76 €	8.310.813,06 €	8.310.813,06 €
			8.785.650,76 €		8.315.767,06 €
72	Impostos e taxas		32.895.432,86 €		30.826.438,53 €
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		1.748.092,90 €		1.139.387,01 €
73	Proveitos suplementares		1.741,18 €		1.585,22 €
74	Transferências e subsídios obtidos		22.713.177,21 €		20.835.612,75 €
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		35.371,80 €		23.902,87 €
	(B)		66.179.466,71 €		61.142.693,44 €
78	Proveitos e ganhos financeiros		84.504,33 €		122.638,14 €
	(D)		66.263.971,04 €		61.265.331,58 €
79	Proveitos extraordinários		3.611.997,59 €		6.760.193,51 €
	(F)		69.875.968,63 €		68.025.525,09 €
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		14.580.741,66 €		12.266.794,79 €
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		- 212.110,91 €		1.493,53 €
	Resultados Correntes: (D - C)		14.368.630,75 €		12.268.288,32 €
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		13.737.409,75 €		16.467.251,96 €

Os proveitos globais gerados no ano de 2019 totalizaram 69.875.968,63€, enquanto, os custos totais atingiram 56.138.558,88€, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 13.737.409,75€.



Da análise dos resultados operacionais, constata-se um acréscimo de todas as rubricas que concorrem para os custos operacionais, com exceção da rubrica outros custos operacionais.

Os acréscimos mais significativos dos custos operacionais verificam-se na rubrica fornecimentos e serviços externos no montante de 972.448,09€, nos encargos com remunerações e encargos sociais em 682.608,02€ e das transferências e subsídios correntes concedidos no valor de 270.090,57€, comparativamente com o ano transato.

A respeito dos custos com pessoal e dos encargos com as remunerações o aumento verificado deve-se essencialmente à reposição dos cortes salariais que haviam sido aplicados por força de lei, e cujos efeitos se extinguiram no final de 2016. O aumento gerado é consequência direta da reposição total dos vencimentos.

Apesar do aumento dos custos operacionais o Município foi capaz de gerir proveitos operacionais para fazer face a este aumento do qual resultou um resultado positivo em 14.580.741,66€.

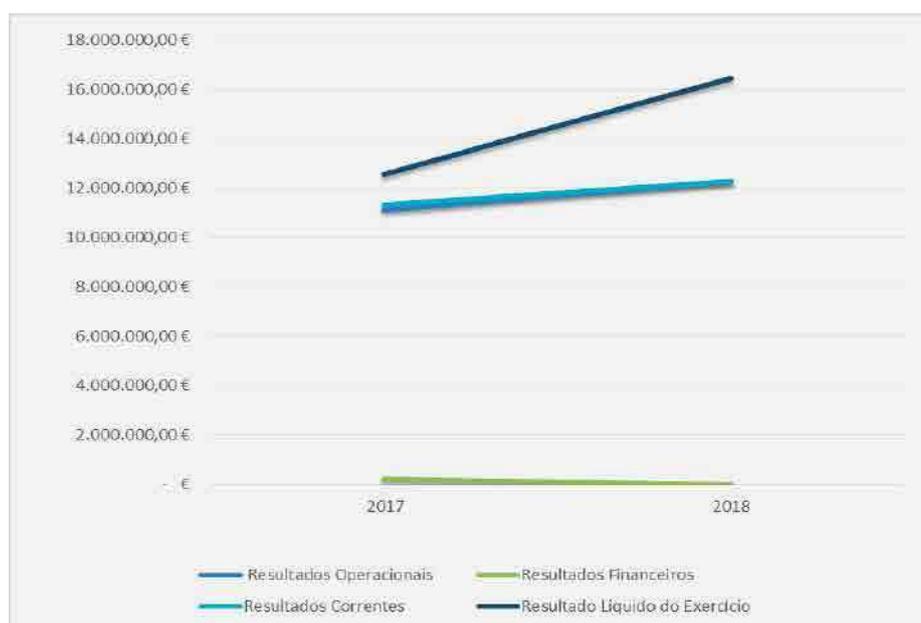
Focalizada a análise nos Proveitos Operacionais, constata-se que o seu valor em 2019 se fixou em 66.179.466,7€ exibindo um crescimento de 8,24%, relativamente ao ano anterior.

Os impostos e taxas, que se apresentam como principal componente das receitas operacionais representando cerca de 47,08% do total das receitas, obtiveram um incremento de 2.068.994,33€. Este aumento deve-se em grande parte ao IMT, no montante de 1.380.707,76€.

Os resultados financeiros apresentam um saldo negativo de 212.110,91€, devido a um ligeiro aumento das taxas de juros dos empréstimos, conjugado com a aplicação do MEP da empresa Municipal Feira Viva, EM que obteve resultados operacionais negativos. Este resultado conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 14.368.630,75€.

Tal como é dado a observar, é a atividade operacional que mais influenciou na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado de 14.580.741,66€. A atividade operacional do Município é de facto aquela que é determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos são os operacionais os que mais relevam, com um peso percentual de cerca de 91,91%, expurgado o resultado líquido.

De referir, que as componentes mais significativas são as que compõem os resultados do exercício e concorrem positivamente para um resultado líquido positivo.

**Gráfico 20 – Evolução dos Resultados**

**Quadro 46 - Indicadores Financeiros**

Indicadores financeiros	2018	2019
<b>Estrutura do Ativo</b>		
Ativo Fixo / Ativo Total	81,84%	80,23%
Ativo Circulante / Ativo Total	11,25%	9,05%
<b>Estrutura do Passivo</b>		
Passivo curto prazo / Passivo Exigível	28,98%	32,52%
Passivo médio longo prazo / Passivo Exigível	71,02%	67,48%
<b>Análise do Passivo Exigível:</b>		
• <b>Coefficiente de Endividamento</b>		
Passivo exigível / Fundos Próprios	6,71%	5,72%
• <b>Coefficiente de Endividamento a curto prazo</b>		
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	1,97%	1,87%
• <b>Coefficiente de Endividamento a longo prazo</b>		
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	4,75%	3,85%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corpóreo	6,37%	5,25%
<b>Índice de Liquidez Geral</b>		
Ativo Circulante / Passivo a curto prazo	571,93%	701,18%
<b>Índice de Solvência</b>		
Dividas a Terceiro/Fundos Prop. e Passivo	1,97%	1,87%
<b>Índices de Autonomia Financeira</b>		
Fundos Próprios / Ativo Total	75,49%	77,08%
Capitais Permanentes / Ativo Imobilizado	98,13%	100,91%



Da análise dos indicadores financeiros apresentados no quadro anterior, verifica-se uma oscilação ligeira em todos eles, destacando-se o rácio de liquidez geral que teve uma variação mais acentuada, confirmando a capacidade do Município em dispor de recursos a curto prazo para pagar as suas dívidas correntes de curto prazo.

Em relação à estrutura do ativo constata-se uma evolução dos rácios invertida, ou seja, verifica-se uma diminuição do peso do ativo fixo e um aumento do ativo circulante em relação ao ativo total.

No seguimento da análise anterior, o comportamento da estrutura do endividamento tem vindo a evoluir positivamente, o que denota a capacidade que o Município tem tido, pois recorre a capitais próprios em vez de capitais alheios.

O índice de autonomia financeira do Município apresenta uma evolução positiva ao longo do período em análise, transmitindo uma maior estabilidade financeira do Município, demonstrando a percentagem dos ativos que está a ser financiada pelos capitais próprios.

**Quadro 47 - Rácios**

Rácios/Ano	2018	2019
Receita Total per Capita	415,76 €	445,25 €
Receita Total Km2	268 313,85 €	287 340,28 €
Despesa Total Per Capita	408,22 €	426,69 €
Despesa Total por Km2	263 446,95 €	275 362,70 €
Receitas Próprias per Capita	279,15 €	295,35 €
Receitas Próprias por Km2	180 147,79 €	190 603,00 €
Fundos Municipais per capita	127,29 €	157,44 €
Fundos Municipais por Km2	82 149,72 €	101 602,30 €
Investimento por Km2	98 753,30 €	112 460,24 €
Despesas Com Pessoal Per Capita	104,05 €	110,70 €
Despesas Com Pessoal por Km2	67 146,81 €	71 438,46 €
Custos com Pessoal / número de efectivos	19 097,47 €	20 264,68 €
<b>Dados de Suporte</b>		
Nº habitantes	139 312	139 312
Km2	215,87	215,87
Receita Total	57 920 910,00 €	62 028 146,22 €
Receitas Próprias	38 888 503,17 €	41 145 470,59 €
Fundos Municipais	17 733 659,00 €	21 932 888,04 €
Investimento-compromissos assumidos	21 317 875,55 €	24 276 792,65 €
Custo com pessoal	14 494 982,09 €	15 421 419,65 €
Nº efectivos	759	761
Despesa Total	56 870 293,28 €	59 442 546,50 €



## Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício. O reforço do Património (Conta 51) é sempre obrigatório até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Nestes termos propõe-se que o resultado líquido de 13.737.409,75€ apurado no exercício de 2019, seja aplicado da seguinte forma:

1. Reservas Legais no montante de 686.870,49€;
2. Resultados Transitados o montante de 13.050.539,26€.



## Anexo às Demonstrações Financeiras

### Introdução

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL.

### 8.1 Caracterização da Entidade

#### 8.1.1. Identificação

##### **Município de Santa Maria da Feira**

##### **Apartado 135**

##### **4524-909 Santa Maria da Feira**

Número de identificação fiscal: 501 157 280

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Santa Maria da Feira é constituído por 21 freguesias com uma área de 215,87 km<sup>2</sup>.

N.º de eleitores: 125 235 dos quais fazem parte 18 cidadãos da União Europeia e 19 cidadãos estrangeiros (fora União Europeia), conforme informação da DGAI (Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 43/2020, Série II, de 2 de março de 2020.



### 8.1.2. Legislação

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

### 8.1.3. Estrutura organizacional efetiva

A estrutura orgânica, o quadro de pessoal, bem como a reorganização dos serviços municipais foram aprovados pelo Executivo Municipal nas reuniões ordinárias dos dias 29 de junho de 2018 e 17 de setembro de 2018, e homologados pela Assembleia Municipal a 21 de setembro de 2018. Desta forma, o município dispõe de 5 unidades orgânicas nucleares, 27 unidades orgânicas flexíveis, 4 subunidades orgânicas e 2 equipas de projeto.

### 8.1.4. Descrição sumária das atividades

O Município de Santa Maria da Feira exerce a sua atividade de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações.

### 8.1.5. Recursos Humanos

O Órgão Executivo Municipal é composto, à data de 31 de dezembro de 2019, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Emídio Ferreira Santos Sousa, em simultâneo com o Pelouro de Desenvolvimento Económico e Urbanismo, e por dez Vereadores, designadamente:

- ✓ Cristina Manuela Cardoso Tenreiro – Vice-presidente, Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude
- ✓ Vitor Carlos Latourrette Marques – Vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social
- ✓ Helena Maria de Sá Portela – Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças
- ✓ António Gil Alves Ferreira – Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus;
- ✓ António Milton Topa Gomes – Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território
- ✓ Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira



- ✓ António Ferreira de Bastos
- ✓ Lia Andreia Cristóvão Ferreira
- ✓ Délio Manuel Ferreira Carquejo
- ✓ Bruno Miguel Sousa Mota

#### 8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, sendo o sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.

Grande parte das aplicações está interligada entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

#### 8.1.7. Outras informações relevantes

- ❖ Ações Inspecivas levadas a efeito por órgãos de controlo interna (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

**Data da Ação:** 04/06/2015

**Assunto:** Auditoria ao Município de Santa Maria da Feira – Controlo das obrigações e objetivos resultantes da adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e Controlo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA).

**Entidade:** IGF

- ❖ Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 foram aprovados pelos órgãos executivo e deliberativo, em 29 de outubro (Reunião Extraordinária) e 12 de novembro (Sessão Ordinária) de 2018, respetivamente.

- ❖ Indicadores de Gestão:

Indicadores Gestão	Montantes 2019
Participação fixa no IRS	4.366.175,00 €
Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente	11.713.782,00 €
Fundo Equilíbrio Financeiro de Capital	1.301.453,00 €
Fundo Social Municipal	2.530.073,00 €
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	57.920.910,69 €
Receitas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	120.097,10 €



## 8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas na base da continuidade das operações do Município em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Santa Maria da Feira.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira, não serão incluídas no presente anexo.

### 8.2.1. Derrogação das disposições do POCAL

Não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

### 8.2.2. Comparabilidade

Tendo como objetivo, não só a correção de situações reportadas a exercícios económicos anteriores, bem como a alteração de metodologias de contabilização que melhor se conformem com as características qualitativas da informação financeira, efetuaram-se em 2019 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, afetando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior, concretamente:

- Correções relativas a exercícios anteriores, com impacto no balanço inicial, imobilizado e amortizações acumuladas do exercício.



### 8.2.3. Critérios Valorimétricos

Neste ponto refere os critérios valorimétricos relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes a ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

#### **Bens de domínio público**

Para a valorização dos bens de domínio foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Não são capitalizados os juros decorrentes de empréstimos específicos de imobilizado.

A criação de bens do domínio público decorrentes de operações urbanísticas, é feita com integração no património municipal, com base em alvarás sendo a sua valorização realizada pela atribuição de 5€/m<sup>2</sup> definido em reunião de câmara de 27 de maio de 2013.

#### **Imobilizações corpóreas**

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que, para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de aumentar a vida útil, são registados como custo do período em que incorrem.

Não são capitalizados os juros decorrentes de empréstimos específicos de imobilizado.

Os imóveis classificados como de interesse público, referidos na nota 8.2.14, não têm valor contabilístico atribuído.

#### **Amortizações**

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.



### **Imobilizações em curso**

Os bens em curso são apenas considerados ativos fixos com a informação do auto de receção provisória.

Não são capitalizados juros em imobilizações em curso.

### **Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros (partes de capital) em virtude de não termos obtido em tempo oportuno as contas da Energaia – Agência Municipal de Energia de Gaia mantivemos o valor das contas de 2018. Foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) à Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.

Todas as restantes participações estão valorizadas ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, é efetuada a constituição de uma provisão para aplicações financeiras.

### **Existências**

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou de produção, sendo que nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.

### **Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

As provisões para cobranças duvidosas são calculadas, de acordo com os critérios do POCAL, isto é, a uma taxa de 50% para as dívidas com prazo de vencimento superior a 6 meses e inferiores a um ano, a uma taxa de 100% para as dívidas com prazo de vencimento superiores a um ano e para as dívidas que se encontrem em execução fiscal. Estas provisões não incluem as dívidas abrangidas por planos de pagamento ou por garantias prestadas, assim como as relativas às operações de tesouraria, que apesar de englobadas no valor em dívida constante das contas clientes, contribuintes e utentes” e/ou “outros devedores”, só serão entregues à entidade a que se destinam, quando se concretizar a respetiva cobrança.



## **Estado e outros entes públicos**

O Município de Santa Maria da Feira enquanto sujeito passivo utiliza em simultâneo dois métodos na dedução do IVA, definidos no Código do IVA, ou seja, os métodos de afetação real e pró-rata.

## **Dívidas a terceiros**

As dívidas a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

## **Disponibilidades**

Não existe moeda estrangeira, pelo que não é necessária qualquer atualização cambial. As aplicações de tesouraria são efetuadas com capital e juros assegurados. O valor de mercado, por consequência, nunca é inferior ao custo de aquisição, equiparando-se a depósitos de longo prazo e sendo tratados contabilisticamente como tal.

## **Constituição de provisões para riscos e encargos**

As provisões são constituídas para fazer face a riscos e encargos de natureza provável. A principal situação que gera a necessidade de registo de provisão são os processos judiciais em curso. Estes são registados com base na estimativa de grau de risco associado individualmente a cada processo. A estimativa de grau de risco é utilizada para valorização do potencial exfluxo de tesouraria, sem data prevista.

## **Acréscimos e diferimentos**

Os subsídios ao investimento e/ou transferências de capital encontram-se diferidos, sendo especializados em proveitos na mesma cadência das amortizações do bem de imobilizado subjacente.

O valor de férias e subsídio de férias, a pagar no próximo ano, encontram-se registados em acréscimos de custos, com base em estimativas.



## Resultados transitados

A conta 59 – resultados transitados – reflete ajustamentos de grau de materialidade excepcionais na sua natureza.

### 8.2.7. Movimentos do Ativo Imobilizado

Ativo Bruto								2019
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Saldo Final	
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>								
451 Terrenos e Recursos Naturais	5 120 458,81 €	- €	571 218,21 €	- €	- €	85 336,16 €	5 606 340,86 €	
452 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
453 Outras Construções e Infra-estruturas	65 900 332,89 €	- €	4 032 338,24 €	- €	- €	- €	69 932 671,13 €	
455 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	201 728,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	201 728,38 €	
459 Outros Bens de Domínio Público	189 481,36 €	- €	107,01 €	- €	- €	- €	189 588,37 €	
445 Imobilizações em Curso	1 156 445,33 €	- €	1 262 221,15 €	- €	- €	731 604,03 €	1 687 062,45 €	
446 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	72 568 446,77 €	- €	5 865 884,61 €	- €	- €	816 940,19 €	77 617 391,19 €	
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>								
449 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
443 Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
431 Despesas de Instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
432 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
433 Propriedade Industrial e Outros Direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
434 Concessões cedidas ao Município	21 400 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	21 400 000,00 €	
439 Outros	- €	- €	9 040,95 €	- €	- €	- €	9 040,95 €	
	21 400 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	21 409 040,95 €	
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>								
421 Terrenos e Recursos Naturais	50 848 629,58 €	- €	1 264 058,47 €	156 111,92 €	- €	86 945,78 €	51 869 630,35 €	
422 Edifícios e Outras Construções	176 158 806,16 €	- €	33 412 360,86 €	- €	- €	26 127 500,97 €	183 443 666,05 €	
423 Equipamento Básico	3 989 628,31 €	- €	149 090,36 €	- €	- €	3 072,07 €	4 135 646,60 €	
424 Equipamento de Transporte	2 785 968,03 €	- €	744 790,57 €	- €	- €	- €	3 530 758,60 €	
425 Ferramentas e Utensílios	892 579,91 €	- €	13 657,47 €	- €	- €	587,37 €	905 650,01 €	
426 Equipamento Administrativo	4 349 010,55 €	- €	249 150,65 €	- €	- €	2 465,34 €	4 595 695,86 €	
427 Taras e Vasilhames	35 718,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	35 718,23 €	
429 Outras Imobilizações Corpóreas	12 383 533,69 €	- €	769 461,30 €	- €	- €	18 803,03 €	13 134 191,96 €	
442 Imobilizações em Curso	26 274 538,26 €	- €	7 402 498,98 €	- €	8 837 872,45 €	- €	24 839 164,79 €	
448 Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	277 718 412,72 €	- €	44 005 068,66 €	156 111,92 €	8 837 872,45 €	26 239 374,56 €	286 490 122,45 €	
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>								
411 Partes de Capital	3 007 708,81 €	- €	- €	- €	- €	- €	3 007 708,81 €	
412 Obrigações e Títulos de Participação	2 882 174,05 €	- €	- €	- €	- €	1 029 347,55 €	1 852 826,50 €	
414 Investimentos em Imóveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
415 Outras Aplicações Financeiras	9,98 €	- €	- €	- €	- €	- €	9,98 €	
441 Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
447 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
	5 889 892,84 €	- €	- €	- €	- €	1 029 347,55 €	4 860 545,29 €	
<b>TOTAL .....</b>	<b>377 576 752,33 €</b>	<b>- €</b>	<b>49 870 953,27 €</b>	<b>156 111,92 €</b>	<b>8 837 872,45 €</b>	<b>28 085 662,30 €</b>	<b>390 377 099,88 €</b>	

O valor inscrito em Investimentos Financeiros, do mapa supra, não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP).



Mapa de Amortizações e Provisões - Detalhado

2019

Rubricas	SALDO INICIAL	REFORÇO					REGULARIZ.	SALDO FINAL
		B.INIC	ANOS ANTERIORES	DIVER.	EXERCÍCIO	TOTAL		
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS</b>	<b>102 797 826,76 €</b>	- €	<b>5 674 371,06 €</b>	- €	<b>8 976 681,74 €</b>	<b>14 651 052,80 €</b>	<b>5 569 098,38 €</b>	<b>111 879 781,18 €</b>
<b>48.2 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	<b>62 745 413,87 €</b>	- €	<b>5 606 243,53 €</b>	- €	<b>5 013 680,63 €</b>	<b>10 619 924,16 €</b>	<b>5 569 098,38 €</b>	<b>67 796 239,65 €</b>
48.2.1 Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2 Edifícios e outras construções	42 050 386,51 €	- €	5 606 227,27 €	- €	3 838 372,49 €	9 444 599,76 €	5 550 070,21 €	45 944 916,06 €
48.2.2.1 Edifícios	23 707 833,43 €	- €	5 584 009,30 €	- €	1 736 163,43 €	7 320 172,73 €	5 549 081,45 €	25 478 924,71 €
48.2.2.1.01 Habitação	8 126 586,50 €	- €	5 584 009,30 €	- €	492 193,78 €	6 076 203,08 €	5 549 081,45 €	8 653 708,13 €
48.2.2.1.02 Instalações de Serviços	1 923 099,76 €	- €	- €	- €	125 854,71 €	125 854,71 €	- €	2 048 954,47 €
48.2.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	5 579 468,31 €	- €	- €	- €	431 691,75 €	431 691,75 €	- €	6 011 160,06 €
48.2.2.1.04 Mercados e instalações de fiscalização sanitários	573 277,78 €	- €	- €	- €	5 370,79 €	5 370,79 €	- €	578 648,57 €
48.2.2.1.05 Creches	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.06 Escolas	6 520 120,59 €	- €	- €	- €	572 309,41 €	572 309,41 €	- €	7 092 430,00 €
48.2.2.1.07 Lares de terceira idade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.08 Investimentos em Edifícios Alheios	67 374,40 €	- €	- €	- €	25 030,88 €	25 030,88 €	- €	92 405,28 €
48.2.2.1.08.01 Comissões Proteção de Menores	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.08.02 Europarque	67 374,40 €	- €	- €	- €	25 030,88 €	25 030,88 €	- €	92 405,28 €
48.2.2.1.08.99 Outros	- €	0	- €	- €	1 625,00 €	1 625,00 €	- €	1 625,00 €
48.2.2.1.09 Capelas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.99 Outros	917 906,09 €	- €	- €	- €	83 712,11 €	83 712,11 €	- €	1 001 618,20 €
48.2.2.2 Outras construções	18 342 553,08 €	- €	22 217,97 €	- €	2 102 209,06 €	2 124 427,03 €	988,76 €	20 465 991,35 €
48.2.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares	3 506 132,91 €	- €	- €	- €	356 716,82 €	356 716,82 €	- €	3 862 849,73 €
48.2.2.2.02 Esgotos	70 811,76 €	- €	- €	- €	7 843,92 €	7 843,92 €	- €	78 655,68 €
48.2.2.2.03 Iluminação pública	852 818,10 €	- €	- €	- €	117 798,52 €	117 798,52 €	- €	970 616,62 €
48.2.2.2.04 Parques e jardins	178 871,30 €	- €	- €	- €	106 536,52 €	106 536,52 €	- €	285 407,82 €
48.2.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas	261 273,20 €	- €	22 217,97 €	- €	47 380,55 €	69 598,52 €	988,76 €	329 882,96 €
48.2.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água	1 526 097,19 €	- €	- €	- €	255 486,37 €	255 486,37 €	- €	1 781 583,56 €
48.2.2.2.07 Viação rural	3 234 262,42 €	- €	- €	- €	317 734,33 €	317 734,33 €	- €	3 551 996,75 €
48.2.2.2.08 Sinalização e trânsito	146 201,83 €	- €	- €	- €	4 665,37 €	4 665,37 €	- €	150 867,20 €
48.2.2.2.09 Infra-estruturas para distr.de energia eléctrica	100 917,02 €	- €	- €	- €	2 336,85 €	2 336,85 €	- €	103 253,87 €
48.2.2.2.10 Infra-estruturas p/tratamento de resíduos sólidos	372 201,37 €	- €	- €	- €	34 940,41 €	34 940,41 €	- €	407 141,78 €
48.2.2.2.11 Cemitérios	149 874,04 €	- €	- €	- €	19 920,29 €	19 920,29 €	- €	169 794,33 €
48.2.2.2.12 Outras	7 943 091,94 €	- €	- €	- €	830 849,11 €	830 849,11 €	- €	8 773 941,05 €
48.2.3 Equipamento básico	3 294 278,11 €	- €	- €	- €	85 013,14 €	85 013,14 €	3 048,68 €	3 376 242,57 €
48.2.4 Equipamento e transporte	2 117 188,64 €	- €	- €	- €	210 073,39 €	210 073,39 €	- €	2 327 262,03 €
48.2.5 Ferramentas e utensílios	815 825,66 €	- €	- €	- €	29 623,72 €	29 623,72 €	587,37 €	844 862,01 €
48.2.6 Equipamento administrativo	4 008 197,05 €	- €	- €	- €	124 388,48 €	124 388,48 €	2 465,34 €	4 130 120,19 €
48.2.7 Taras e vasilhame	35 718,23 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	35 718,23 €
48.2.9 Outras imobilizações corpóreas	10 423 819,67 €	- €	16,26 €	- €	726 209,41 €	726 225,67 €	12 926,78 €	11 137 118,56 €
48.3 De imobilizações incorpóreas	1 712 000,00 €	- €	- €	- €	431 013,50 €	431 013,50 €	- €	2 143 013,50 €
48.3.1 Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.3 Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €	3 013,50 €	3 013,50 €	- €	3 013,50 €
48.3.4 Concessões cedidas ao Município	1 712 000,00 €	- €	- €	- €	428 000,00 €	428 000,00 €	- €	2 140 000,00 €
48.3.4.1 Europarque	1 712 000,00 €	- €	- €	- €	428 000,00 €	428 000,00 €	- €	2 140 000,00 €
<b>48.5 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>38 340 412,89 €</b>	- €	<b>68 127,53 €</b>	- €	<b>3 531 987,61 €</b>	<b>3 600 115,14 €</b>	- €	<b>41 940 528,03 €</b>
48.5.1 Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.2 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.3 Outras construções e infraestruturas	38 330 997,76 €	- €	68 127,53 €	- €	3 531 286,40 €	3 599 413,93 €	- €	41 930 411,69 €
48.5.5 Bens de património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.9 Outros bens de domínio público	9 415,13 €	- €	- €	- €	701,21 €	701,21 €	- €	10 116,34 €
<b>TOTAL.....</b>	<b>102 797 826,76 €</b>	- €	<b>5 674 371,06 €</b>	- €	<b>8 976 681,74 €</b>	<b>14 651 052,80 €</b>	<b>5 569 098,38 €</b>	<b>111 879 781,18 €</b>

### 8.2.8. Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de Edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado.

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (ver mapas em Anexos).



### 8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros

Imobilizações em poder de Terceiros, incluindo bens de Domínio Público cedidos:

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Arrifana	Parque Público de Lazer	Freguesia de Arrifana	24/2004
Arrifana	Sede e Polidesportivo	Centro de Cultura e Desporto de Arrifana	86/1999
Escapães	Sede	Associação Recreativa e Columbófila de Escapães	09/2002
Escapães	Sede	Rotary Clube da Feira	09/2009
Espargo		Fundação Técnica e Científica do Desporto	46/2005
Fiães	Sede	Grupo Columbófilo de Fiães	28/2002
Gião	Reconstrução / Recuperação da antiga Escola Primária do Outeiro	Freguesia de Gião	6/2011
Gião	Equipamentos	Freguesia de Gião	20/2012
Guisande	Centro de Dia e Lar da Terceira Idade	Centro Social S. Mamede - Guisande	8/2011
Lobão	Lar de Idosos	Centro Social de S. Tiago de Lobão	36/2010
Lobão	Sede	Rancho Folclórico de S. Tiago de Lobão	76/2001
Lourosa	Lar da Terceira Idade	Centro Social de Lourosa	1/2011
Lourosa	Sede	Grupo Cénico de Lourosa	3/2005
Lourosa	Sede	Sociedade Columbófila de Lourosa	47/2001
Mozelos	Sede	Futebol Clube de Mozelos	19/2008
Mozelos	Sede	Grupo Columbófilo de Mozelos	24/2006
Mozelos	Sede	Os Dragões de Mozelos - Associação de Cultura Desporto e Recreio	21/2005
Nogueira da Regedoura	Campo de Jogos	Centro Popular de Trabalhadores de Pousadela	29/2001
Paços de Brandão	Campo de Ténis	Clube de Ténis de Paços de Brandão	36/2005
Paços de Brandão	Pavilhão Desportivo	Grupo Recreativo Independente Brandoense	90/2001
Paços de Brandão	Campo de Treinos e respetivos Equipamentos de Apoio	Clube Desportivo de Paços de Brandão	10/2012



Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Pigeiros	Sede	Associação Desportiva-Sociedade Columbófila de Pigeiros	6/2010
Pigeiros	Campo de Futebol, Polidesportivo e Outros	Freguesia de Pigeiros	69/2012
Rio Meão	Sede para Coletividades e Promoção de Atividades	Freguesia de Rio Meão	110/2000
Rio Meão	Pavilhão Gimnodesportivo	Juventude Atlético de Rio Meão	49/2001
Sanguedo	Sede	União Columbófila de Sanguedo	41/2003
S. Mª da Feira	Sede	Clube de Caça e Pesca de Santa Maria da Feira	27/1991
S. Mª da Feira	Posto de Abastecimento de Combustíveis	Clube Desportivo Feirense	11/2001
S. Mª da Feira	Construção de Polo ...	Casa dos Choupos - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL	86/2011
S. Mª da Feira	Utilização como Estaleiro	Freguesia de Santa Maria da Feira	3/2011
S. Mª da Feira	Sede da Junta	Freguesia de Santa Maria da Feira	2/2011
S. Mª da Feira	Sede	Sociedade Columbófila de Vila da Feira	63/2008
S. Mª da Feira	Sede	Grupo Golgota	26/2005
S. João de Vêr	Sede Social	A.C.D.L.S. - Associação Cultural e Desportiva Lavandeira, S. João de Vêr	45/2006
S. João de Vêr	Unidade de Saúde Familiar	Freguesia de S. João de Vêr	86/2010
S. João de Vêr	Instalação de Equipamento Podesportivo	Freguesia de S. João de Vêr	47/2006
S. Paio de Oleiros	Auditório	Freguesia de S. Paio de Oleiros	13/2007
Travanca	Casa Mortuária	Freguesia de Travanca	07/2011
Travanca	Complexo Desportivo	Freguesia de Travanca	45/2004
Vale	Edifício de Apoio à Terceira Idade	Centro Social e Paroquial do Vale	25/2006
Argoncilhe	Polidesportivo e sede da Liga de Melhoramentos e Beneficência da Vergada	Liga de Melhoramentos e Beneficência dos Lugares de Ordonhe, Ramil Vergada e Ermilhe	21/2013
Guisande	Centro Cívico do Viso	Centro Social S. Mamede	15/2014
Fiães	Implantação de Posto Redutor	Lusitâniagás - Companhia de Gás do Centro, SA	26/2014
Rio Meão	Escola Primária Viela	Freguesia de Rio Meão	15/2016
Mozelos	Construção Edifício destinado ao desenvolvimento das atividades estatutárias da associação.	GDCM - Grupo de Dinamização Cultural de Mozelos	21/2016
Vale	Centro de Dia e Atividades de Apoio à população Idosa	Centro Social e Paroquial do Vale	11/2017
Mozelos	Construção de um Edifício para desenvolvimento das atividades estatutárias da Associação	GDCM-Grupo de Dinamização Cultural de Mozelos	19/2017
Argoncilhe	Construção de Unidade de Prestação de Cuidados de Saúde	Administração Regional de Saúde do Norte, IP	19/2018
Santa Maria da Feira	Construção e Exploração de Complexo de Ténis	Clube Académico da Feira	18/2019



#### 8.2.14. Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar, continua a respeitar essencialmente aos bens doados ao Museu Convento dos Loios e ao Museu do Papel, pela complexidade artística que lhes são reconhecidas.

#### 8.2.15. Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Relativamente aos bens de domínio público, não estão a ser amortizados os bens do património histórico, artístico e cultural (45.5), terrenos (45.1) e aquisição de livros (42.3) em conformidade com o disposto nas alíneas a) e g) n.º 1, do artigo 36º da Portaria n.º 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE).

#### 8.2.16. Mapa das entidades participadas

O valor constante do mapa abaixo ilustrado não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP), conforme já mencionado.

Designação	Sede	Contribuinte n.º	Capitais Próprios	Resultado Líquido Exercício (2019)	Participação Capital Social	
					Valor	%
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M	Ed. Administrativo - Rua Interior ao Europarque - Apartado 160 4520-153 Stª Maria Feira	505120151	869 381,31 €	- 176 753,03 €	692 230,83 €	100%
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A	Rua dos Descobrimentos, 12 R/C Esq. 4520 Santa Maria da Feira	504134353	- 413 352,00 €	- 22 423,71 € c)	125 000,00 €	50%
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	Avenida Manuel Violas, n.º 476, Sala 23 4410-136 S. Félix da Marinha	504454536	271 772,26 €	32 042,62 € a)	30 000,00 €	20%
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	Rua Conde Barão 4415-103 Sermonde Vila Nova de Gaia	503698812	16 649 232,00 €	- 517 548,00 €	510 000,00 €	15%
Primus	Avenida dos Aliados, 236 - 1º 4000-065 Porto	502823305	163 098,00 €		100,00 €	0,06%
Fundação "Terras Santa Maria"	Rua António de Castro Corte Real - Apartado 132 4520-909 Santa Maria da Feira	502556773	3 377 081,18 €	30 147,95 € a)	4 987,98 €	10%
ADCL - Águas do Centro Litoral, SA	ETA da Boavista Av. Dr. Luís Albuquerque 3030-410 Coimbra	513606181	97 341 231,09 €	2 688 576,01 € a)	700 120,00 €	1,74%
FAM - Fundo Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149-015 Lisboa	513319182	417 857 175,00 €	4 333 432,92 € a)	1 852 825,50 €	0,44%
Águas do Douro e Paiva, SA	Rua de Vilar, N.º 235, 5º Anadar 4050-626 Porto	514310774	30 460 560,00 €	731 297,00 €	486 270,00 €	2,33%

a) Valor referente ao ano 2018

b) Processo de dissolução (Internacionalização na GAMP)

c) Apuramento Provisório



#### *8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço*

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas respetivas contas, tendo sido provisionado o montante de 2.644.130,03€. Estas dívidas dizem respeito principalmente à cobrança da taxa de resíduos sólidos e de saneamento, rendas de habitação social, refeições escolares, entre outras.

Ver Nota do ponto 8.2.27 – Provisões.

#### *8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança*

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do Município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.

Pelo que, o movimento a débito corresponde às garantias e cauções prestadas no ano e o movimento a crédito corresponde, essencialmente, às devoluções realizadas no período.



Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
9	CONTAS DE ORDEM	14.217.567,56 €	14.217.567,56 €	2.564.945,73 €	2.564.945,73 €	- €	- €
9,1	RECIBOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCÍCIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCÍCIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,2	FUNDOS CAUCIONADOS	3.009.205,49 €	5.093.422,04 €	303.404,19 €	436.703,33 €	- €	2.217.515,69 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	3.008.293,99 €	4.262.437,88 €	303.404,19 €	400.162,11 €	- €	1.350.901,81 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	4.262.437,88 €	- €	400.162,11 €	- €	4.662.599,99 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	3.008.293,99 €	- €	303.404,19 €	- €	3.311.698,18 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	818.900,16 €	- €	34.378,72 €	- €	853.278,88 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	818.900,16 €	- €	34.378,72 €	- €	853.278,88 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	41.082,96 €	357.584,42 €	9.788,41 €	97.852,43 €	- €	404.565,48 €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	12.084,00 €	- €	2.162,50 €	- €	14.246,50 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	911,50 €	- €	- €	- €	911,50 €	- €
9,3	GARANTIAS BANCÁRIAS	2.360.283,99 €	9.085.935,42 €	72.357,78 €	1.752.480,43 €	- €	8.405.774,08 €
09.3.1.01	Prestadas	- €	345.500,42 €	- €	95.689,93 €	- €	441.190,35 €
09.3.1.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Devolvidas	40.171,46 €	- €	9.788,41 €	- €	49.959,87 €	- €
09.3.2	Fornecedores de Imobilizado	2.320.112,53 €	8.740.435,00 €	62.569,37 €	1.656.790,50 €	- €	8.014.543,60 €
09.3.2.01	Prestadas	- €	8.740.435,00 €	- €	1.656.790,50 €	- €	10.397.225,50 €
09.3.2.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2.03	Devolvidas	2.320.112,53 €	- €	62.569,37 €	- €	2.382.681,90 €	- €
09.3.3	Loteamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	Prestadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9,9	CONTRAPARTIDA	8.809.867,98 €	38.210,10 €	2.189.183,76 €	375.761,97 €	10.585.079,67 €	- €
09.9.1	RECIBOS DE COBRANÇA	- €	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.084.216,55 €	- €	436.703,33 €	303.404,19 €	2.217.515,69 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	6.725.651,43 €	- €	1.752.480,43 €	72.357,78 €	8.405.774,08 €	- €
	<b>Total</b>	<b>14.217.567,56 €</b>	<b>14.217.567,56 €</b>	<b>2.564.945,73 €</b>	<b>2.564.945,73 €</b>	<b>10.623.289,77 €</b>	<b>10.623.289,77 €</b>

## Contas de Ordem

Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	8.848.078,08 €	Garantia e Cauções Accionadas	
Garantias e Cauções	8.809.867,98 €	Garantia e Cauções Devolvidas	375.761,97 €
Recibos para Cobrança	38.210,10 €	Receita Virtual cobrada	
Garantias e Cauções Prestadas	2.189.183,76 €	Receita Virtual anulada	
Receita Virtual Líquida	- €	Saldo para Gerência Seguinte	10.661.499,87 €
		Garantias e Cauções	10.623.289,77 €
		Recibos para Cobrança	38.210,10 €
<b>Total geral</b>	<b>11.037.261,84 €</b>	<b>Total geral</b>	<b>11.037.261,84 €</b>



O POCAL apenas obriga à contabilização dos valores titulados por documentos, os que são prestados ao Município, omitindo a obrigação dos valores titulados por documentos, mas prestado pelo Município a entidades externas pelo que abaixo se procede à divulgação das garantias emitidas:

Banco	Garantia n.º	Beneficiário	Valor
Santander totta	962300488011370	E.P. - Estradas de Portugal, SA	61.200,00 €
Santander totta	36230488084943	E.P. - Estradas de Portugal, SA	19.000,00 €
Santander totta		ICERR - Direção Estradas de Aveiro	3.000,00 €
Novo banco	283599	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	52.872,58 €
Novo banco	282429	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	28.930,28 €
Banco comercial português	125-02-0101257	Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA	165.102,10 €
Banco comercial português	125-02-0080724	Ministério da Economia - Instituto Geológico e Mineiro	7.481,97 €
Banco comercial português	125-02-0091696	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira	11.677,48 €
Caixa geral de depósitos	9015.007661.293	Comissão C. Região Norte	404.738,61 €
Caixa geral de depósitos	0306.002693.493	Tribunal Judicial Vila Feira	15.921,63 €
Caixa geral de depósitos	0306.002697.793	Tribunal Judicial Vila Feira	5.112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002703.593	Tribunal Judicial Vila Feira	5.112,68 €
Caixa geral de depósitos	0306.002732.993	Tribunal Judicial Vila Feira	1.084,89 €
Caixa geral de depósitos	0306.002710.893	Tribunal Judicial Vila Feira	698,32 €
Caixa geral de depósitos	0306.002714.093	Tribunal Judicial Vila Feira	567,38 €
Caixa geral de depósitos	0306.002718.393	Tribunal Judicial Vila Feira	274,34 €
Caixa geral de depósitos	0306.002725693	Tribunal Judicial Vila Feira	250,65 €
Caixa geral de depósitos	0306.002729.993	Tribunal Judicial Vila Feira	329,21 €
Caixa geral de depósitos	0306.002736.193	Tribunal Judicial Vila Feira	110.913,66 €
<b>Total</b>			<b>894.268,46 €</b>



### 8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Para a constituição do montante final do saldo das provisões que abaixo se apresenta, a antiguidade do saldo em dívida foi fundamental para o cálculo do valor a considerar.

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	2.821.969,73 €	541.936,45 €	719.776,15 €	2.644.130,03 €
29.1.1	Clientes	38.210,10 €	- €	1.756,11 €	36.453,99 €
29.1.2	Contribuintes c/c	- €	- €	- €	- €
29.1.3	Utentes	2.012.509,56 €	423.427,88 €	81.620,36 €	2.354.317,08 €
29.1.3.1	Rendas da Habitação Social	748.483,48 €	36.065,23 €	- €	784.548,71 €
29.1.3.2	Saneamento/Resíduos Sólidos	343.351,61 €	333.696,05 €	- €	677.047,66 €
29.1.3.3	Refeições Escolares	536.916,55 €	53.666,60 €	- €	590.583,15 €
29.1.3.9	Outras Situações	383.757,92 €	- €	81.620,36 €	302.137,56 €
29.1.4	Devedores Diversos	771.250,07 €	118.508,57 €	636.399,68 €	253.358,96 €
29.2	Provisões para Riscos e Encargos	819.805,82 €	357.137,11 €	195.016,87 €	981.926,06 €
29.2.1	Processos Judiciais em Curso	819.805,82 €	357.137,11 €	195.016,87 €	981.926,06 €
39	Provisões para depreciações de existências	126.378,91 €	- €	126.378,91 €	- €
39.6	Materias-primas, subsidiarias e de consumo	126.378,91 €	- €	126.378,91 €	- €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €

O saldo final das provisões no exercício de 2019 ascendeu a 3.626.056,09€, tendo ocorrido uma diminuição no montante de 142.098,37€, relativamente ao ano de 2018, em grande parte devido à anulação das provisões para depreciações de existências.

Na conta Provisões para Cobrança Duvidosa foram provisionadas todas as dívidas em mora há mais de 6 meses, tendo sido registado uma diminuição de 177.839,70€, contribuindo essencialmente para esta diminuição a redução da provisão da P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, S.A. Não obstante, esta grande diminuição, não se faz notar a expressividade no cômputo geral da conta mãe, porque por sua vez as provisões de saneamento/resíduos sólidos aumentaram no montante de 333.696,05€.

As provisões para riscos e encargos sofreram um aumento no montante de 162.120,24€ durante o ano de 2019, conforme o seguinte quadro.



Processo n.º	Valor reclamado 2019	Valor reclamado 2018
469/06. OBEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	99.180,25 €	99.180,25 €
1521/08.2BEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	- €	30.001,00 €
767/09.0BEVIS - Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	- €	143.614,25 €
184/13.8BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.000,01 €	- €
550/13.9BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.000,01 €	- €
903/13.2BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.000,01 €	- €
3976/13.4TBVFR - Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira	40.000,00 €	- €
648/15.9BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	5.277,41 €	- €
877/15.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	39.920,00 €	39.920,00 €
433/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.001,00 €	30.001,00 €
843/16.3BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.000,01 €	- €
1078/16.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	36.619,08 €	36.619,08 €
3775/16.1T8OAZ - Comarca de Aveiro-Oliveira de Azeméis-Juízo de execução	27.480,00 €	27.480,00 €
495/17.3BEAVR - Tribunal Administrativo de Aveiro	30.000,01 €	- €
661/17.1BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.588,62 €	30.588,62 €
1029/17.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	5.000,01 €	- €
633/18.9BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.000,01 €	11.000,00 €
1307/18.6BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	- €	21.401,62 €
2617/18.8T8VFR - J2 do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira	350.157,60 €	350.000,00 €
131/19.3BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	11.196,59 €	- €
151/19-JPSMAF - Julgados de Paz de Santa Maria da Feira	7.996,13 €	- €
195/19.0BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	12.020,28 €	- €
315/19.4BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	7.500,00 €	- €
339/19.1BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	30.000,01 €	- €
425/19.8BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	5.919,04 €	- €
1089/19.4BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	13.068,98 €	- €
2762/19.2T8VFR - J3 do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira	50.001,00 €	- €
<b>Total</b>	<b>981.926,06 €</b>	<b>819.805,82 €</b>
<b>Aumento</b>		<b>162.120,24 €</b>

As provisões foram efetuadas, tendo em consideração a materialidade dos valores em causa.

À data de 31 de dezembro de 2019, de acordo com o princípio da prudência, mantém-se para além de alguns processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, outros constituídos, cujos desfechos e efeitos financeiros de desconhecem.



**8.2.28. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço.**

		Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
5	Fundos Proprios				
51	Patrimonio	87.820.715,98 €	90.975,00 €	- €	87.911.690,98 €
57	Reservas	32.367.138,59 €	1.273.402,62 €	457.977,16 €	33.182.564,05 €
57.1	Reservas legais	5.603.120,84 €	823.362,60 €	- €	6.426.483,44 €
57.5	Subsidios	2.529.581,99 €	252.760,88 €	29.686,02 €	2.752.656,85 €
57.6	Doações	2.984.347,11 €	197.279,14 €	291,14 €	3.181.335,11 €
57.7	Reservas decorrentes da transferência de activos	21.250.088,65 €	- €	428.000,00 €	20.822.088,65 €
57.7.01	Cedências de terreno ao município	1.562.088,65 €	- €	- €	1.562.088,65 €
57.7.02	Europarque	19.688.000,00 €	- €	428.000,00 €	19.260.000,00 €
59	Resultados Transitados	115.666.802,53 €	- 3.223.644,84 €	- 17.690.562,75 €	132.464.539,32 €
59.01	Aplicação de Resultados	118.034.605,07 €	15.643.889,36 €		133.678.494,43 €
59.02	Ajustamentos Financeiros - MEP	28.113,90 €	11.562,01 €		39.675,91 €
59.99	Outras Variações de Capital	2.339.688,64 €	18.855.972,19 €	17.690.562,75 €	1.174.279,20 €
	<b>Total</b>	<b>235.854.657,10 €</b>	<b>- 1.859.267,22 €</b>	<b>- 17.232.585,59 €</b>	<b>253.558.794,35 €</b>

Na conta 51 – Património verificou-se um aumento de 90.975,00€, o qual se refere a correções ao balanço inicial de terrenos que não se encontravam registados à data.

Nas Reservas foram relevados factos que tiveram essencialmente a ver com o registo de parcelas de terrenos que vieram à posse do Município por doação ou cedência, e principalmente pelo aumento resultante da aplicação dos resultados líquidos.

Por conseguinte, procederemos à desagregação dos valores constantes por rubrica:

**Na 57.1 – Reservas Legais**

O aumento de 823.362,60€ refere-se unicamente à aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

**Na conta 57.5 – Subsídios**

Nesta conta registou-se um aumento no montante de 252.760,88€ e uma diminuição no montante de 29.686,02€, correspondentes a retificações efetuadas nas amortizações de anos anteriores referente as a obras financiadas.



## Na conta 57.6 – Doações

Durante o exercício económico de 2019, foram doados/cedidos ao Município os seguintes terrenos, devidamente aprovados pelo Executivo Camarário, que abaixo se inúmera em quadro próprio:

Descrição	Área	Freguesia	Valor
Parcela de Terreno	29,90 m2	Santa Maria de Lamas	149,50 €
Parcela de Terreno	13912 m2	Escapães	69 560,00 €
Parcela de Terreno	1991 m2	S. Miguel de Souto	9 955,00 €
Parcela de Terreno	2610 m2	S. Miguel de Souto	13 050,00 €
Parcela de Terreno	131 m2	S. Miguel de Souto	655,00 €
Parcela de Terreno	1966 m2	Rio Meão	9 830,00 €
Parcela de Terreno	83 m2	Fiães	415,00 €
Parcela de Terreno	553 m2	Gião	2 765,00 €
Parcela de Terreno	131 m2	S. Miguel de Souto	655,00 €
Parcela de Terreno	46 m2	S. Miguel de Souto	230,00 €
Parcela de Terreno	7 m2	S. Miguel de Souto	35,00 €
Parcela de Terreno	43,60 m2	Argoncilhe	218,00 €
Parcela de Terreno	284 m2	S. João de Vêr	1 420,00 €
Parcela de Terreno	315 m2	Paços de Brandão	25 950,00 €
Parcela de Terreno	67 m2	Lobão	335,00 €
Parcela de Terreno	315 m2	Canedo	1 575,00 €
Parcela de Terreno	840 m2	Rio Meão	4 200,00 €
Parcela de Terreno	185 m2	Rio Meão	925,00 €
Parcela de Terreno	796 m2	Rio Meão	3 980,00 €
Parcela de Terreno	492 m2	Rio Meão	2 460,00 €
Parcela de Terreno	666 m2	Rio Meão	3 330,00 €
Parcela de Terreno	3900 m2	Mozelos	19 500,00 €
Parcela de Terreno	40 m2	Mozelos	240,00 €
Parcela de Terreno	12 m2	S. Paio de Oleiros	60,00 €
Parcela de Terreno	24 m2	Santa Maria da Feira	120,00 €
Parcela de Terreno	268 m2	Espargo	1 340,00 €
Parcela de Terreno	22 m2	Rio Meão	110,00 €
Parcela de Terreno	1943 m2	Lourosa	9 715,00 €
Parcela de Terreno	238 m2	Mozelos	1 190,00 €
Parcela de Terreno	55 m2	Mozelos	275,00 €
Parcela de Terreno	2360 m2	Santa Maria da Feira	11 800,00 €
Parcela de Terreno	45 m2	Nogueira da Regedoura	225,00 €

Descrição	Valor
Donativo em especie - SND 1501/736	483,07 €
Donativo em especie - SND 1501/756	237,43 €



Os montantes referentes a donativos em espécie resultam de um protocolo existente entre o Município e a sociedade comercial Modelo Continente referente a doação de ração para os animais do Canil Municipal.

Na conta 57.7.02 – Europarque

Esta conta tem por objeto o controlo da concessão celebrada entre a Direção Geral do Tesouro e Finanças, como representante do Estado, e o Município de Santa Maria da Feira através do Auto de Cedência de Utilização e Aceitação do Complexo Europarque, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46/2015, de 9 de abril, pelo período de 50 anos.

Uma vez que estamos perante um ativo concessionado ao Município pelo período de 50 anos, para além de ter que estar contabilizado no ativo municipal, como intangível, está sujeito à correspondente amortização da concessão pelo mesmo período concedido, conforme se demonstra no quadro infra:

Descrição	Valor
Saldo ref. Ao registo da Cedência do Europarque	19 688 000,00 €
Imputação da amortização da concessão do Europarque	428 000,00 €
<b>Total</b>	<b>19 260 000,00 €</b>

A conta 59 - Resultados Transitados encontra-se subdividida em:

59.01 – Aplicação de Resultados – destina-se de acordo com o POCAL à transferência de parte do Resultado Líquido do Exercício anterior, no montante de 15.643.889,36€ conforme deliberado pela Reunião Ordinária da Câmara Municipal Santa Maria da Feira realizada no dia 1 de abril de 2019, sendo que, do remanescente do valor supramencionado, 823.362,60€ foram aplicados em Reservas Legais.

59.99 – Outras Variações de Capital – foi movimentada por regularizações, das quais se destacam no seguinte quadro:



Resultados Transitados - conta 59.99		2 339 688,64 €
<b>Diminuição</b>		
Arrecadação da Derrama - referente a anos anteriores	119 022,05 €	A partir de 2014 a Autoridade Tributária, através do site "Portal das Finanças", divulgou para cada tipo de Imposto, qual o ano a que diz respeito a cobrança da receita arrecadada em 2019. Pelo que, a contabilização destes impostos, teve em consideração o princípio da especialização do exercício, em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.
Arrecadação de IMI - referente a anos anteriores	16 805 926,50 €	
Arrecadação de IMT - referente a anos anteriores	22 521,43 €	
Arrecadação IUC - referente a anos anteriores	182 217,74 €	
Regularização de Terrenos	234 101,31 €	
Regularização Amortizações	511 486,31 €	
Regularização de Receitas	854 317,94 €	
Anulação de Provisão	126 378,91 €	
<b>Aumentos</b>		
Arrecadação da Derrama - referente a anos anteriores	55 609,82 €	A partir de 2014 a Autoridade Tributária, através do site "Portal das Finanças", divulgou para cada tipo de Imposto, qual o ano a que diz respeito a cobrança da receita arrecadada em 2019. Pelo que, a contabilização destes impostos, teve em consideração o princípio da especialização do exercício, em que os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.
Arrecadação de IMI - referente a anos anteriores	16 363 181,22 €	
Arrecadação de IMT - referente a anos anteriores	3 892,73 €	
Arrecadação IUC - referente a anos anteriores	128 219,69 €	
Regularização de Terrenos	499,17 €	
Regularização Amortizações	159 639,32 €	
Regularização de diversas intervenções	979 520,80 €	
<b>TOTAL</b>	<b>1 174 279,20 €</b>	

Do quadro supra, permite aferir que relativamente ao IMI, após as devidas imputações, o valor referente à cobrança efetiva do imposto relativo a anos anteriores a 2019, foi de 442.745,28 €.

Ora, apesar das diversas estimativas efetuadas, apenas temos conhecimento a que ano se refere a cobrança do imposto aquando da referida transferência, o que nos obriga a realizar estes ajustamentos.

Como já foi referido anteriormente a imputação da amortização concessão do Europarque é escriturada nesta conta. Para além destes registos foi necessário proceder a regularizações dos proveitos referentes às amortizações realizadas em bens financiados uma vez que, após o fecho das candidaturas, algumas candidaturas beneficiaram de mais financiamento pelo overbooking.

**8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS									
Contas	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
32.9	2.800,38	=	12,84	+	2.800,38	+	0,00	-	12,84
36.1	661.004,38	=	139.180,60	+	652.405,47	+	898,83	-	131.480,52
36.2	0,00	=	7,23	+	0,00	+	0,00	-	7,23
36.3	164.271,58	=	78.004,66	+	172.307,69	+	-726,50	-	85.314,27
36.5.1.1	165.506,87	=	19.698,88	+	160.528,69	+	-3.982,31	-	10.738,39
36.5.1.2	21.858,40	=	9.643,58	+	22.389,28	+	645,09	-	10.819,55
36.5.1.3	30.483,66	=	33,32	+	31.367,76	+	-4,10	-	913,32
36.5.2.1	2.810,14	=	228,89	+	2.802,28	+	-57,16	-	163,87
36.5.2.2	7.259,15	=	23.568,64	+	6.729,52	+	9,44	-	23.048,45
36.5.3	38.757,76	=	17.483,80	+	38.888,72	+	-160,53	-	17.454,23
36.5.4	49.565,82	=	47.020,89	+	50.092,51	+	-26.768,65	-	20.778,93
36.5.5	27.735,86	=	4.622,55	+	27.428,51	+	-139,85	-	4.175,35
36.5.6	27.309,26	=	2.575,95	+	26.983,14	+	78,67	-	2.328,50
36.5.7	8.562,44	=	53,83	+	8.519,82	+	0,00	-	11,21
36.5.8	23.452,75	=	98.109,17	+	19.275,08	+	-5.330,01	-	88.601,49
36.5.9.1	10.679,48	=	567,31	+	10.846,84	+	2,86	-	737,53
36.5.9.3	12.354,01	=	23.028,21	+	10.899,95	+	424,98	-	21.999,13
36.5.9.9	4.985,42	=	124,78	+	4.937,95	+	0,00	-	77,31
<b>Totais</b>	<b>1.259.397,36 €</b>		<b>463.965,13 €</b>		<b>1.249.203,59 €</b>		<b>- 35.109,24 €</b>		<b>418.662,12 €</b>

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais (1)	12,84 €	463.952,29 €
Compras (2)	2.800,38 €	1.246.403,21 €
Regularização de existências (3)	- € -	35.109,24 €
Existências finais (4)	12,84 €	418.649,28 €
<b>Custos no exercício (5) = (1) + (2) + (3) - (4)</b>	<b>2.800,38 €</b>	<b>1.256.596,98 €</b>

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados de acordo com o cálculo do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Aquando da contagem física dos artigos houve necessidade de proceder a correções, do qual resultou uma regularização das existências. O valor das regularizações ao inventario traduziu-se no montante negativo de 35.109,24€, sendo dos quais 26.768,65€ correspondente ao artigo material de escritório e o valor de 5.330,01€ correspondente ao artigo material de transporte.



### 8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2019	2018		2019	2018
681 Juros suportados	78.895,23 €	88.574,12 €	781 Juros Obtidos	29.503,76 €	59.785,51 €
682 Perdas em entidades participadas			782 Ganhos em entidades participadas		
683 Amortizações de investimento em imóveis			783 Rendimentos de imóveis		
684 Provisões para aplicações financeira			784 Rendimentos de participações de capital	55.000,57 €	48.383,25 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável			785 Diferenças de câmbio favorável		
Perdas em entidades participadas			786 Desc. De Pronto Pagamentp Obtidos		
687 Perdas na alienação de aplicações de Tesouraria			787 Ganhos na alien. Aplic. Tesouraria		
688 Outros Custos e Perdas Financeiras	217.720,01 €	32.570,49 €	788 Outros Prov. E Ganhos Financeiros		14.469,38 €
Resultados Financeiros	-212.110,91 €	1.493,53 €			
Total	84.504,33 €	122.638,14 €	Total	84.504,33 €	122.638,14 €

Os Resultados Financeiros apresentam-se negativos, registando em 2019 um total no montante de 212.110,91€, salientando-se uma variação negativa de 210.617,38€ em relação ano de 2018.

À semelhança dos anos anteriores, os juros suportados (encargos financeiros) diminuíram no montante 9.678,89€.

Ainda do lado dos custos, a conta outros custos e perdas financeiras teve um acréscimo no montante de 185.149,52€, resultante pela aplicação do MEP da empresa municipal Feira Viva EM , no montante de 176.753,03€.

Em relação aos rendimentos de participações de capital, o ano 2019 caracteriza-se por um acréscimo de proveitos desta natureza, no montante de 6.617,32€, comparativamente ao ano anterior. Esta subida deve-se à distribuição de dividendos oriundos da entidade participada Suldouro S.A., que ascendeu ao montante de 34.903,27€ e da entidade participada Águas do Douro e Paiva, S.A., no montante de 20.097,30€.



### 8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2019	2018		2019	2018
691 Transferências de capital concedidas	1.820.905,16 €	1.926.200,22 €	791 Restituição de Impostos		
692 Dívidas incobráveis			792 Recuperação de dívidas		
693 Perdas em existências	50.393,29 €	183.626,75 €	793 Ganhos em existências	15.284,05 €	10.732,59 €
694 Perdas em imobilizações	107.885,07 €	132.955,03 €	794 Ganhos em imobilizações	567.514,97 €	202.059,20 €
695 Multas e Penalidades	5.921,51 €	11.624,70 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	157.584,77 €	95.388,15 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões			796 Reduções de Amortizações e Provisões	278.393,34 €	2.553.088,33 €
697 Correções rel. Exercício anteriores	2.250.010,70 €	237.334,67 €	797 Correções Relativ Exerc. Anteriores	456.244,08 €	1.977.622,50 €
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	8.102,86 €	69.488,50 €	798 Outros Prov. E Ganhos Financeiros	2.136.976,38 €	1.921.302,74 €
699 Outros Custos e Perdas					
Resultados Extraordinários	- 631.221,00 €	4.198.963,64 €			
<b>Total</b>	<b>3.611.997,59 €</b>	<b>6.760.193,51 €</b>	<b>Total</b>	<b>3.611.997,59 €</b>	<b>6.760.193,51 €</b>

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2019 apresentaram um resultado negativo, na ordem dos 631.221,00€, contra o período anterior que registou um resultado de 4.198.963,64€.

Comparativamente ao ano de 2018, esta diminuição ficou a dever-se essencialmente aos proveitos e ganhos, que, designadamente na conta de reduções de amortizações e provisões no valor de 2.274.694,99€ e na conta correções relativas a exercícios anteriores no valor de 1.521.378,42€.

As transferências de capital resultam maioritariamente dos valores concedidos às freguesias que totalizaram o valor de 1.333.918,97€ e a diversas instituições concelhias as quais solicitam apoio, que a que no ano 2019 se traduziu no montante de 418.675,12€ refletindo a política adotada de cooperação entre as diversas entidades do concelho e o Município.

No lado dos proveitos, verificou-se uma diminuição significativo na conta “Correções relativas a exercícios anteriores”, que totalizou o montante de 456.244,08€. Para este valor contribuiu a derrama no montante de 222.964,55€.

É importante ressaltar que, patrimonialmente os valores arrecadados de impostos diretos, são contabilizados patrimonialmente de acordo com os princípios do acréscimo e diferimentos.

Para o resultado dos Resultados Extraordinários, continua a contribuir, significativamente a contabilização dos “Subsídios para Investimentos”, no montante de 1.872.893,17€. Este valor refere-se às obras financiadas, de acordo com as regularizações de fim do exercício, em que os montantes são creditados à medida que forem contabilizadas as amortizações dos elementos do Imobilizado.



### 8.3 Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

#### 8.3.1. Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2019 foram efetuadas:

- ❖ Catorze alterações ao Orçamento da Despesa;
- ❖ Duas revisões ao Orçamento da Receita.
- ❖ Três revisões ao Orçamento da Despesa

#### 8.3.2. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- ❖ Catorze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ❖ Catorze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Três revisões ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Três revisões ao Plano Plurianual de Investimentos.

### 8.4. Outras Informações Relevantes

#### 1. Passivos contingentes

Quando o POCAL é omissivo no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.

Para o acaso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Assim, de acordo com esta norma “Passivo Contingente é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou
  - ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.”

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município. Estas



ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários e outros. Da análise efetuada e da informação prestada pelo gabinete jurídico o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos desta natureza cujas perdas forma estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisão e são periodicamente reavaliados.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que a seguir se descrevem os processos em causa.

	Processo n.º	Valor reclamado
999/12.4BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
195/14.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
503/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
36/15.7BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
471/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
756/16.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
500/16.0 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
63/17.0 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
965/17.3 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
977/17.7 BEVRF	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
465/17.1 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
521/17.6 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
701/17.4 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1021/17.0 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1094/17.5 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1286/17.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
1328817/2017	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
312/18.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
953/18.2 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1363/18.7 BEAVR	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1484/18.6. EAPRT	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1767/18.5. EAPRT	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
1440820/2018	Tribunal Administrativo de Aveiro	sem indicação de valor
503/19.3 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
591/19.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor



## 2. Outras Informações

De acordo, com número 2 do artigo 17º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária informar as autarquias locais do montante dos recebimentos em atraso, existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. No entanto, após a consulta no portal das finanças (à data de 20/03/2020), na conta corrente do Município no item compromissos e pagamentos em atraso verificamos que ainda não existe a informação disponível referente ao ano de 2019 e anteriores para poder ser consultada e divulgada.

Por conseguinte, esta informação não se encontra espelhada nas demonstrações financeiras, nem é possível a sua divulgação. As consequências nas demonstrações financeiras, poderão não ter impacto, se não forem reconhecidos os critérios para reconhecimento dos ativos.

### 9. *Factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico*

Não existem factos relevantes ocorridos após termo do exercício económico em apreço.

